

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

CAUSATIVOS: (DE)COMPOSICIONALIDADE & HOLISMO

GUSTAVO BRAUNER

Prof. Dr. Jorge Campos da Costa
ORIENTADOR

PORTO ALEGRE
2007

ÁREA:
LINGÜÍSTICA APLICADA

Nível:
Tese de Doutorado

Comparação de duas teorias semânticas lexicais, a saber, a Teoria do Léxico Gerativo, de James Pustejovsky, e a Hipótese da Linguagem do Pensamento, de Jerry Fodor, a fim de avaliá-las quanto a seus fundamentos e metodologia à luz da Teoria das Interfaces de Jorge Campos da Costa.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

CAUSATIVOS: (DE)COMPOSICIONALIDADE & HOLISMO

Gustavo Brauner

Dr. Jorge Campos da Costa
Orientador

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de
Doutor em Letras, na área de concentração de Lingüística Aplicada

Data da defesa: 30/01/2008

Instituição depositária:
Biblioteca Central Irmão José Otão
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, março de 2008

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, amigos e incentivadores de todas as horas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais e minha família, pelo incentivo, compreensão e carinho.

Agradeço ao meu orientador, guru e mentor, Jorge Campos da Costa, pela amizade, aconselhamento, estímulo e confiança.

Agradeço também à minha namorada Aline Lorandi, pela amizade, incentivo, apoio e compreensão.

À Ana Maria Tramunt Ibaños, por todos esses anos de amizade, confiança, estímulo e orientação.

À Regina Zilberman, Maria da Glória Bordini e Maria Luíza Ritzel Remédios, por anos de amizade, companheirismo, cumplicidade e, também, estímulo e orientação.

Aos amigos e também colegas Gabriel Othero, Flávio Vargas e Roberta Jardim Azambuja, pela amizade, cumplicidade e apoio.

À Mara Rejane Martins Nascimento e Isabel Cristina Pereira Lemos, escudeiras não de um programa de pós-graduação, mas de *todo* um programa de pós-graduação, pela ajuda, orientação e convivência de tantos anos.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo confrontar duas teorias semânticas lexicais concorrentes, a saber, a teoria do léxico gerativo, de James Pustejovsky, decomposicionalista, e a teoria das representações mentais de Jerry Fodor, atomista. Nossa proposta é apresentar um breve histórico da semântica lexical através dos tempos, apresentando os momentos mais importantes dessa área, a fim de situar o leitor quanto ao tema. Apresentaremos também as mencionadas teorias, em capítulos próprios, e por fim proporcionaremos um “debate teórico” entre elas. O debate será avaliado à luz da Teoria das Interfaces, tal como delineada por Jorge Campos da Costa.

ABSTRACT

The present work has as its main objective to confront two lexical semantic theories, namely, the decompositionalist Generative Lexicon Theory, by James Pustejovsky, and the atomist Mental Representation Theory, by Jerry Fodor. Our proposal is to present a brief history of lexical semantics in order to bring the reader closer to our subject. We will also present the above-mentioned theories, so we can, in the final chapter, compare them. This comparison will be guided by the Interface Theory, by Jorge Campos da Costa.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	A SEMÂNTICA LEXICAL & OS VERBOS CAUSATIVOS	21
1.1	SOBRE O NOSSO PRIMEIRO CAPÍTULO	21
1.2	A SEMÂNTICA LEXICAL: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO-TEÓRICO.....	22
1.2.1	A ANTIGÜIDADE CLÁSSICA	25
1.2.1.1	O Crátilo, de Platão	27
1.2.2	O RENASCIMENTO DOS ESTUDOS LEXICAIS	30
1.2.2.1	A Semântica Lexical Pré-Estruturalista	33
1.2.2.2	A Semântica Lexical Estruturalista e Neo-Estruturalista	35
1.2.2.3	A Semântica Lexical Gerativa e Neo-Gerativa	38
1.2.2.3.1	A Semântica Lexical da Tradição Formalista	41
1.2.2.4.1	Semântica Lexical: Formalismo Lingüístico	47
1.3	CAUSATIVIDADE LINGÜÍSTICA	51
1.3.1	VERBOS CAUSATIVOS	52
1.3.1.1	Inacusativo	55
1.3.1.2	Ergativo	56
1.3.1.3	Incoativos	58
1.3.1.4	Anticausativo	58
1.3.2	O QUE É IMPORTANTE DESTACAR	59
2	A TEORIA DO LÉXICO GERATIVO	62
2.1	SOBRE O NOSSO SEGUNDO CAPÍTULO	62
2.2	FUNDAMENTOS DA TEORIA DO LÉXICO GERATIVO	62
2.3	A TEORIA DO LÉXICO GERATIVO	66
2.3.1	A REPRESENTAÇÃO EM NÍVEIS	67
2.3.1.1	A Estrutura Argumental	68

2.3.1.2	A Estrutura de Evento	69
2.3.1.3	A Estrutura Qualia	74
2.3.1.3.1	A Estrutura Qualia – o Papel Constitutivo	74
2.3.1.3.2	A Estrutura Qualia – o Papel Formal	77
2.3.1.3.3	A Estrutura Qualia – o Papel Télico	79
2.3.1.3.4	A Estrutura Qualia – o Papel Agentivo	82
2.3.1.4	A Estrutura de Herança Lexical	87
2.3.1.4.1	A Estrutura de Herança Lexical – Herança Fixa	87
2.3.1.4.2	A Estrutura de Herança Lexical – Herança Projetiva	87
2.3.2	OS MECANISMOS GERATIVOS	88
2.4	A TEORIA DO LÉXICO GERATIVO E OS CAU-	93
	SATIVOS LINGÜÍSTICOS	
3	A HIPÓTESE DA LINGUAGEM DO PENSAMENTO	99
3.1	SOBRE O NOSSO TERCEIRO CAPÍTULO	99
3.2	A HIPÓTESE DA LINGUAGEM DO PENSAMENTO	100
3.2.1	SENDO-COMUM, ESTADOS MENTAIS E ATITUDES PROPOSICIONAIS	101
3.2.2	COMPONENTES DA HIPÓTESE DA LINGUAGEM DO PENSAMENTO	107
3.2.2.1	A Teoria Representacional da Mente	111
3.2.2.2	Inatismo e a Linguagem do Pensamento	115
3.2.2.3	Naturalismo e a Linguagem do Pensamento	117
3.2.2.4	Produtividade e a Linguagem do Pensamento	124
3.2.2.5	Sistematicidade e a Linguagem do Pensamento	125
3.2.2.6	Representações na Linguagem do Pensamento	127
3.2.2.6.1	Causatividade Lingüística e a Hipótese da Linguagem do Pensamento	130
4	O DEBATE	134
4.1	SOBRE O NOSSO QUARTO CAPÍTULO	134
4.2	A TEORIA DAS INTERFACES	134
4.2.1	FUNDAMENTOS DA TEORIA DAS INTERFACES	135
4.2.2	A TEORIA DAS INTERFACES	138

4.2.2.1	A Semântica em Interface com a Lógica	140
4.3	O DEBATE	146
4.3.1	O DEBATE AO NÍVEL DOS FUNDAMENTOS	147
4.3.1.1	ALGUMAS QUESTÕES SEMÂNTICAS LEXI- CAIS	147
4.3.1.1.1	Composicionalidade	147
4.3.1.1.2	Definições	151
4.3.1.1.3	Ontologia	151
4.3.1.1.3.1	Ontologia versus Metafísica	152
4.3.1.1.3.2	A Visão Recebida de Compromisso Ontológico	152
4.3.1.1.3.3	Ontologia e Psicologia	153
4.3.1.1.3.4	Problemas com a Visão Recebida	154
4.3.1.1.3.4.1	O status da paráfrase	154
4.3.1.1.3.4.2	Ontologia Mundana versus Ontologia Categórica	157
4.3.1.1.3.4.3	A Inescrutabilidade da Referência	158
4.3.1.1.4	Holismo	159
4.3.2	O DEBATE ENTRE JAMES PUSTEJOVSKY E A DUPLA FODOR & LEPORE (1998)	161
4.3.2.1	Os Fundamentos Assumidos por Fodor & Lepore (1998)	162
4.3.2.2	A Análise de Fodor & Lepore (1998) da Teoria do Léxico Gerativo de James Pustejovsky	164
4.3.2.3	A Contra-Argumentação de Pustejovsky às Críticas de Fodor & Lepore	168
4.3.2.4	A Nossa Avaliação do Debate Fodor & Lepore ver- sus Pustejovsky ao Nível das Críticas	172
4.3.3	O DEBATE À LUZ DA TEORIA DAS INTERFA- CES	173
4.3.3.1	O Debate ao Nível dos Fundamentos à Luz da Teo- ria das Interfaces	174
4.3.3.2	O Debate ao Nível das Críticas à Luz da Teoria das Interfaces	178
4.3.3.3	A Nossa Avaliação do Debate à Luz da Teoria das Interfaces	180
5	CONCLUSÃO	180
6	BIBLIOGRAFIA	184
7	CURRÍCULO	191

INTRODUÇÃO

O presente trabalho situa-se no âmbito da Lingüística. A Lingüística, enquanto teoria científica¹, é o ramo da Ciência que investiga as propriedades da linguagem². Mas a Lingüística não é apenas uma ciência só. Na verdade, ‘lingüística’ é o termo usado para definir toda a Ciência da Linguagem, que engloba um grande número de campos de estudo – *subteorias* –, cada qual dedicada a investigar um aspecto específico da linguagem. Nesse sentido, a Lingüística se aproxima de outras grandes teorias científicas, tais como a Física, a Química e a Biologia, por exemplo.

A Física é a teoria científica que investiga a matéria e seu movimento, e, também, o espaço e o tempo. Ela engloba subteorias tais como a Mecânica Clássica, o Eletromagnetismo e a Termodinâmica. A Química, por sua vez, é a teoria científica que investiga a composição, a estrutura e as propriedades da matéria e as mudanças que esta sofre durante as reações químicas. Dentre as subteorias englobadas por ela, podemos citar a Química Nuclear, a Química Orgânica e a Química Analítica. Já a Biologia é a teoria científica que investiga a vida, a origem da vida, a evolução, o crescimento, o desenvolvimento, e a função da vida e dos seres vivos. Algumas das subteorias da Biologia são a Botânica, a Zoologia e a Ecologia. O mais importante aqui é compreender que a Lingüística não é uma ciência só, única em si mesma, mas que é uma ciência formada por

¹ Ou, também, ‘área científica’ ou ‘campo científico’.

² Esta será a definição de Lingüística que assumiremos para o desenvolvimento desta tese.

diversos campos diferentes e específicos de investigação e estudo, e que faz parte de um conjunto maior, aquele das ciências no geral³ (que aqui nos referiremos como Ciência, com ‘c’ maiúsculo).

Como mencionado, da mesma forma que outras teorias científicas, a Lingüística também engloba um grande número de subteorias. Dentre elas, pode-se destacar a Fonética, a Fonologia, a Sintaxe, a Semântica, a Pragmática, a Morfologia, e a Aquisição da Linguagem, entre outras. Se a Lingüística enquanto teoria científica é a investigação das propriedades da linguagem, então cada subteoria lingüística está voltada para investigações de propriedades *específicas* da linguagem. A Fonética, nesse sentido, investiga os sons que o ser humano é capaz de produzir – como eles são realizados pelo aparelho fonador humano, seu ponto e modo de articulação, etc. A Fonologia, a organização desses sons dentro de cada idioma específico. A Sintaxe, a estrutura da linguagem e dos diferentes idiomas. A Pragmática, o uso da linguagem. A Aquisição da Linguagem, como se dá a aquisição e o desenvolvimento da linguagem. As subteorias da Lingüística serão tantas quantas forem as delimitações de metodologias, construções de objetos, e filtros investigativos específicos, desde que voltados para a investigação de algum fenômeno de natureza lingüística.

Dentro da Ciência da Linguagem, o presente trabalho situa-se no âmbito da Semântica. A Semântica é a subteoria lingüística que investiga as propriedades do significado em linguagem⁴. Mas a Semântica, subteoria lingüística, também pode ser dividida em áreas menores, da mesma forma que a Lingüística ou a Física, que chamaremos ‘subdisciplinas’. Se, dentro da Lingüística, a Sintaxe, a Semântica e a Pragmática, por exemplo, investigam fenômenos específicos da linguagem, então subdisciplinas dessas áreas estarão voltadas para a investigação de fenômenos específicos das áreas que as englobam. No caso presente, pode-se dividir a Semântica em áreas tais como a Semântica Lexical, a Semântica Textual, e a Semântica Composicional, por exemplo. Dentro desse novo recorte, o presente

³ Ciência → teorias (científicas) → subteorias (científicas) → subdisciplinas (científicas). As teorias também são chamadas de ‘áreas (científicas)’ ou ‘campos (científicos)’. As subteorias, ‘subáreas (científicas)’ ou ‘subcampos (científicos)’. Usamos esta terminologia a fim de separar teorias no geral (hipóteses, suposições) e/de teorias científicas (ramos da Ciência)

⁴ Esta será a definição de Semântica que assumiremos para o desenvolvimento desta tese.

trabalho insere-se no âmbito da Semântica Lexical.

A Semântica Lexical é a subdisciplina semântico-lingüística que investiga as propriedades do significado lexical. Através da história desta subdisciplina, duas questões se tornaram centrais:

(A) Como as palavras referem?

e

(B) O quê as palavras referem?

Embora (A) e (B) por vezes tenham sido o centro de investigações não apenas lingüísticas, mas, também, filosóficas, por muitas vezes mais essas duas questões foram deixadas de lado em favor de fenômenos tidos como, pelo menos aparentemente, mais pertinentes, complexos ou relevantes, sendo (A) e (B) relegados a estudos apenas tangenciais ou complementares a discussões nessas duas (e outras) áreas.

A tradição das investigações envolvendo (A) e (B) tem suas origens no período clássico, na Grécia Antiga. Em um dos diálogos de Platão, *O Crátilo*, Sócrates, o filósofo grego, enquanto mediando um debate entre seus pupilos, desenvolve todo um raciocínio a respeito de o quê as palavras referem e de como as palavras alcançam essa referência. Embora o debate desenvolvido em *O Crátilo* não se encerre de maneira mais conclusiva com respeito a essas duas questões, ele traz uma contribuição que, mais tarde, nos tempos modernos e contemporâneos, será a base, o fio condutor, de muitos outros debates. A contribuição de Sócrates é a de que existe pelo menos duas maneiras de as palavras referirem, e de o quê as palavras referem – uma de ordem *convencionalista* e, outra, de ordem *naturalista*.

A corrente naturalista assume que existe uma relação natural entre as palavras e os objetos que elas designam. Para essa corrente, as palavras são naturalmente “apropriadas” às entidades que referem. Assim, as palavras, para essa corrente de pensamento, estão em relação direta com a natureza das coisas⁵ que

⁵ Por “coisa”, aqui, entende-se nomes de pessoas, objetos, valores, termos, enfim, quaisquer entidades concretas ou abstratas.

designam; se a palavra ‘morcego’ significa morcego, é por que essa é a referência direta à própria natureza de morcego, o animal real no mundo real. As onomatopéias (que, em grego, significa algo como “criação de nomes”) eram consideradas núcleos do vocabulário, a partir das quais as outras palavras se originaram.

A corrente convencionalista assume que a relação entre uma palavra e a entidade ou coisa do mundo referida por ela é meramente convencional, arbitrária. O ato de batismo, de nomeação, assim, não refere, necessariamente, a natureza do objeto nomeado, mas é, na verdade, apenas uma designação rígida para o objeto em questão, uma convenção social dos falantes de determinado idioma; em outras palavras, para os convencionalistas, a palavra ‘morcego’ significa morcego devido a um acordo entre todos os falantes de português brasileiro, no caso, e não porque o nome ‘morcego’ refere a real natureza do animal morcego, referente no mundo real. Essa relação é arbitrária, estabelecida pelo homem, não existindo, portanto, relação alguma entre uma palavra e a natureza da coisa que ela designa.

Embora a linguagem permanecesse um tópico de investigação bastante central através da história da ciência Ocidental, principalmente entre filósofos, arqueólogos, antropólogos, historiadores, e, também, filólogos⁶, foi apenas em um período histórico muito posterior à Antigüidade Clássica que surgiu uma disciplina Lingüística como tal. O século XX viu o despertar dessa “nova” ciência nos trabalhos do suíço Ferdinand de Saussure (1916)⁷, que delimitou, organizou e instrumentalizou a nova teoria lingüística.

Da maneira como o mestre suíço organizou a teoria lingüística, ela se encaixa na Ciência como um todo como um ramo da Psicologia Social. Sendo a linguagem de natureza social, as línguas, por sua vez, têm, também, natureza

⁶ Os estudos sobre a linguagem sempre estiveram presentes dentro da Filosofia, oriundos da tradição grega de investigar a gramática (que é um termo *grego*), a retórica e os fundamentos da linguagem. Dentro da Antropologia, os estudos sobre a linguagem estão voltados para a organização social da humanidade. Na História, os estudos sobre a linguagem têm importância, principalmente, no que tange a tradução de textos escritos em línguas hoje mortas e/ou textos antigos. A Filologia, por sua vez, busca desvendar e compreender a origem dos idiomas, principalmente através do estudo de textos e idiomas antigos.

⁷ Sempre que o texto apontar ‘Saussure’, ‘o trabalho de Saussure’, ou ‘a obra de Saussure’, estaremos nos referindo ao *Cours de Linguistique Générale*, livro de 1916, organizado pelos discípulos do mestre suíço Charles Bally e Albert Sechehaye, a partir de notas de palestras proferidas pelo Pai da Lingüística Moderna.

social. Ou seja, as línguas do mundo, nessa perspectiva, são convenções sociais. Dessa forma, a lingüística saussuriana encaixa-se na corrente convencionalista como apontada pelo filósofo grego Sócrates.

O trabalho de Saussure influenciou as investigações lingüísticas da primeira metade do século XX, e deu origem ao Estruturalismo Lingüístico⁸. Para o Estruturalismo Lingüístico, a linguagem é um sistema de signos que expressam idéias, e estudos dentro dessa perspectiva estavam focados na organização das línguas quanto às relações entre os elementos que as compunham. Nesse sentido, um dos principais tópicos de investigação de Saussure era o signo lingüístico. O signo lingüístico (ou, de maneira mais simples, ‘signo’) era entendido como uma entidade dupla, composta de *significado* e *significante*. O significante era a “imagem acústica”, a palavra usada para alcançar, referir, o significado. O significado, por sua vez, era o conceito dentro do sistema lingüístico referido pela palavra. A relação entre significado e significante é arbitrária; para Saussure, não existe qualquer razão natural de porquê um significado qualquer deve ser referido por uma palavra ou significante específico. Essa é mais uma evidência da associação do Estruturalismo Lingüístico com a corrente convencionalista – um significante (seja ele uma palavra, termo ou expressão) é designado para um significado de maneira arbitrária, como convencionalizado por uma comunidade qualquer de falantes de uma mesma língua. É também por isso que Saussure sustentava a idéia de que os estudos lingüísticos deveriam ser sincrônicos, e não, diacrônicos, pois o significante – a palavra – que refere determinado significado pode mudar através dos tempos⁹. Embora a identificação do significante como parte do sistema de uma língua seja bastante intuitiva, a identificação do significado como parte desse mesmo sistema não é tão intuitiva assim. Entretanto, o significado lingüístico, tanto quanto o significante, também faz parte do sistema lingüístico. O significado não é uma entidade real, mas apenas aquilo que é expresso por determinada palavra/significante dentro do sistema possível de uma

⁸ ‘Estruturalismo’ é a hipótese fundamentacional que assume que as relações estruturais entre os conceitos variam de uma cultura para a outra. Essa hipótese pode ser encontrada em diversas áreas, dentre elas as Ciências Sociais e as Ciências Econômicas.

⁹ Um estudo *sincrônico* da linguagem é o estudo de um sistema completo de linguagem dentro de um recorte de tempo específico. Já um estudo diacrônico é o estudo do desenvolvimento histórico de um sistema de linguagem.

língua qualquer, e é apenas o conceito, a idéia, de uma entidade real. As entidades reais, por sua vez, estão *fora* do sistema lingüístico, no mundo real, e são chamadas por Saussure de “referentes”. Assim, é fácil perceber porque o lingüista suíço encaixou a sua Lingüística na Psicologia Social – a linguagem é um sistema complexo *social*, produto da sociedade humana, e existe de maneira separada das coisas do mundo *natural* (que estariam no âmbito das Ciências Naturais).

Os primeiros trabalhos a investigar a Semântica dentro da perspectiva do Estruturalismo foram os de Weisgerber (1927), e Trier (1931). Para esses pesquisadores, a Semântica e, por conseguinte, a Semântica Lexical, deveria ser estudada na base de estruturas semânticas. Entretanto, a definição de o quê seriam as estruturas semânticas era um tópico de discussão passível de ser interpretado de diferentes maneiras dadas hipóteses de trabalho diferentes. Sendo assim, nessa época surgiram Semânticas diferentes dentro do Estruturalismo Lingüístico devido às diferenças existentes entre diferentes perspectivas. Seja qual fosse a perspectiva, entretanto, o conceito de significado dentro do Estruturalismo Lingüístico era o mesmo: a denotação, a referência a objetos dentro de algum universo do discurso, é mediada por um subsistema interno ao sistema de relações de diferença. Para Saussure, a característica mais precisa de um signo é ser exatamente aquilo que outros signos não são. Assim, os signos são definidos por aquilo que eles não são. Então, a denotação do signo ‘cão’ seria ‘aquilo que não é gato’, por exemplo. Assim, as palavras poderiam ser decompostas de acordo com esse sistema de relações de diferença: ‘cão’ é ‘aquilo que não é gato’, ‘aquilo que não é rato’, ‘aquilo que não é vegetal’, e assim por diante. Como na perspectiva estruturalista as palavras surgem de necessidades sociais, caso um novo animal, por exemplo, um dragão, surgisse na mesma sociedade em que a palavra ‘cão’ é usada, uma nova relação de diferença surgiria na entrada para ‘cão’: ‘aquilo que não é dragão’. E assim por diante. Mais tarde na história da Semântica Lexical, é daqui que surgem as teorias decomposicionalistas, que assumem que o significado de uma palavra pode ser decomposto em outras palavras que participam de seu significado.

Retomando e resumindo, para a Lingüística Estruturalista de Ferdinand de

Saussure, então, a resposta para (A)¹⁰ é a de que as palavras referem conceitos através de um sistema lingüístico estruturalmente complexo. A resposta para (B) é a de que as palavras denotam conceitos e expressam idéias internas ao sistema lingüístico em questão. No desenvolvimento histórico da Semântica Lexical e, de maneira mais geral, no desenvolvimento do estudo das palavras, estas foram as duas hipóteses que persistiram até meados do século XX.

Na década de 1950, na metade do século XX, entretanto, houve uma revolução que atravessou a barreira existente entre diversas áreas, tais como Computação, Antropologia, Psicologia e, também, a Lingüística. Essa revolução científica praticamente derrubou as hipóteses de trabalho anteriores, tais como o Estruturalismo e o Behaviorismo¹¹. Foi a revolução cognitiva liderada por Noam Chomsky.

Diferente da visão anterior, saussuriana, de que a linguagem não estava relacionada com o mundo natural, mas, sim, com a organização social humana, e de que a Lingüística, dessa maneira, deveria fazer parte da Psicologia Social, a perspectiva de Chomsky¹² e de outros cientistas que compartilhavam de suas idéias, era de que a linguagem é, na verdade, fruto da cognição humana e, portanto, parte do mundo natural, e a Lingüística, assim, deveria ser um ramo da Biologia e da Psicologia Cognitiva.

Para Chomsky, a linguagem está na mente. ‘Mente’ é entendida por Chomsky como uma referência à cognição humana, e serve ao mesmo tempo para referir o cérebro e a mente, pois o lingüista americano não assume uma visão dualista – quando se refere à mente, Chomsky se refere também ao cérebro, e vice-versa; estudar um implica estudar o outro. Na perspectiva cognitivista, a capacidade para a linguagem é uma faculdade comum a todos os seres humanos. A faculdade da linguagem é a capacidade que todos os seres humanos têm para

¹⁰ Retomando: (A) Como as palavras referem? (B) O quê as palavras referem?

¹¹ Usamos aqui ‘praticamente’, porque ainda hoje existem pesquisadores trabalhando dentro da perspectiva estruturalista e com suas hipóteses.

¹² Aqui na introdução e, também, ao longo de todo o nosso trabalho, sempre que nos referirmos a Chomsky sem o uso de datas, estaremos nos referindo ao conjunto de sua obra no geral, espalhada por um sem-número de publicações, comentários, notas, palestras, entrevistas, gravações, etc., oriundas da incrível longevidade teórico-profissional desse importante cientista. A obra seminal da tradição chomskyiana, para referência, é *Syntactic Structures*, de 1957.

adquirir, apreender, aprender, e usar as línguas do mundo. Assim, a Lingüística de Chomsky insere-se na corrente naturalista apontada por Sócrates, onde a linguagem é parte do mundo natural e serve, também, para referir o próprio mundo natural.

A lingüística chomskyiana, entretanto, está voltada quase que exclusivamente para a Sintaxe. De acordo com o Pai da Lingüística Cognitiva, a Semântica – e a Semântica Lexical, por associação – é ainda nebulosa demais para permitir estudos mais aprofundados. A Sintaxe, entretanto, já possui uma longa e vasta tradição de pesquisa, enraizada em estudos que têm origem na tradição grega da gramática, e, assim, pode ser explorada de maneira mais clara e objetiva a partir de um ponto de vista cognitivo.

Entretanto, essa visão não é compartilhada por todos os pesquisadores que assumem a perspectiva cognitivista. Para teóricos como Ray Jackendoff, Jerry Fodor e George Lakoff, é possível estudar semântica a partir de um filtro cognitivista. Embora partindo de uma mesma perspectiva-base, a Semântica Cognitiva, da mesma forma que a Semântica Estruturalista, foi dividida em ramos diferentes, dadas hipóteses de trabalho e suposições diferentes. Para alguns pesquisadores, a Semântica de base cognitiva deveria estar voltada para a busca de primitivos semânticos. Para outros, para as relações entre conceitos. Cada um desses diferentes ramos se desenvolveu de maneira independente dos outros, por vezes de maneira paralela, por vezes de maneira perpendicular ou até mesmo contrária. Seja como for, a Semântica Cognitiva é um campo de estudos ainda em desenvolvimento.

No geral, a Semântica Cognitiva está voltada para a apreensão, organização, recuperação e relações entre conceitos. Embora alguns pesquisadores assumam apenas a mente, outros apenas o cérebro, e, outros ainda, algum tipo de relação entre mente e cérebro, a forma como a organização dos conceitos se dá flutua entre as diferentes perspectivas. Na passagem da Semântica Estruturalista para a Semântica Cognitiva, o que houve, basicamente, foi uma mudança radical nos fundamentos assumidos pela teoria semântica, enquanto as mudanças explanatórias tivessem sido muito mais lentas. O expoente dessa transição é Jerrold J. Katz (1963).

A Semântica de Katz combinava a abordagem estruturalista com as duas principais características da abordagem cognitivista de Noam Chomsky: formalização e concepção naturalista. O modelo de Katz decompunha as entradas lexicais nas palavras que participavam de seu significado (da mesma maneira que os estruturalistas), mas seguindo um modelo formal de decomposição (usando árvores conceituais, em um paralelo com as árvores sintáticas de Chomsky), e assumia que o objeto da Semântica, nessa perspectiva, era a competência do usuário da linguagem para interpretar palavras e sentenças.

A partir do trabalho de Katz em Semântica e Semântica Lexical, surgiram duas perspectivas em Semântica Lexical: a decomposicionalista, e a atomista. Os decomposicionalistas, ligados à corrente convencionalista, continuam a seguir os preceitos estruturalistas de decomposição lexical, e assumem que o significado de uma palavra é formado a partir de outras palavras, o que envolve a hipótese de que conhecer o significado de uma palavra é conhecer também o significado de muitas outras. Os atomistas, por sua vez, ligados à corrente naturalista, assumem que uma palavra é um átomo de significado, e esse átomo é independente de outros.

Seja qual for a corrente assumida – naturalista ou convencionalista –, seja qual for a perspectiva assumida – estruturalismo ou cognitivismo –, uma questão sobre o léxico já está fora de debate: as palavras são criações arbitrárias, cuja relação com aquilo que referem sendo de natureza convencional. As línguas do mundo têm essa mesma natureza arbitrária, e sofrem variação ou mudança com o passar do tempo, com a disposição geográfica das diferentes comunidades de falantes, ou com a influência de outras línguas e idiomas. Para os convencionalistas e decomposicionalistas, essa questão da arbitrariedade da ligação das palavras com o seu significado já está embutida em seus fundamentos, e essa relação é interna ao sistema lingüístico. Para os naturalistas e atomistas, a relação entre as palavras e aquilo que elas referem também é de natureza arbitrária, mas aquilo que é referido pelas palavras é de natureza diferente das próprias palavras. As palavras, na perspectiva dos naturalistas, cognitivistas e atomistas, embora sejam fruto de convenções sociais, referem *conceitos* na mente/cérebro dos usuários da linguagem, que são independentes entre si, e, não, outras palavras. Assim, na perspectiva cognitivista, um conceito tem características próprias de

significação e combinação léxico-sintática, mas não depende do conhecimento de qualquer outro conceito. Relações de sentido tais como sinonímia, homonímia e hiperonímia se dão na base de compartilhamento de características, mas, não de referência aos mesmos ‘traços’.

Retomando e resumindo, na perspectiva cognitiva de Semântica Lexical, a relação entre as palavras e sua referência é arbitrária, convencional, estabelecida por uma comunidade de falantes que compartilha de uma mesma língua, da mesma forma que na Semântica Estrutural. Mas existem dois tratamentos diferentes e alternativos do significado lexical. Um deles, o decomposicionalista, assume que o significado de uma palavra é dado através de outras palavras. O outro tratamento dispensado ao significado lexical, aquele dos atomistas, assume que o significado de uma palavra é o conceito ao qual a palavra remete. A resposta dos decomposicionalistas para (A) é de que as palavras referem seus significados de maneira direta através de uma convenção estabelecida arbitrariamente dentro do sistema lingüístico da língua na qual estão inseridas. Sua resposta para (B) é a de que as palavras referem tanto entidades lingüísticas quanto entidades extralingüísticas, tais como outras palavras e objetos no mundo. A resposta dos atomistas para (A) é a de que as palavras referem através de uma convenção estabelecida arbitrariamente, da mesma forma que os decomposicionalistas. Entretanto, sua resposta para (B) é a de que as palavras referem conceitos no cérebro/mente dos usuários da linguagem, e, não, qualquer entidade real no mundo real, ou abstrata no sistema lingüístico.

O presente trabalho visa a confrontar duas teorias semânticas lexicais concorrentes, uma de cunho decomposicionalista, outra atomista, verificando o seu tratamento específico, intrateórico, do léxico, e avaliar a adequabilidade de tais teorias quanto aos seus fundamentos, objetivos, funcionalidade e a algumas questões recorrentes e importantes dentro da Semântica Lexical.

Para tanto, o primeiro capítulo de nosso trabalho trará uma pequena, porém necessária apresentação da história da Semântica Lexical, salientando momentos, nomes e questionamentos que tiveram maior importância no desenvolvimento dessa subteoria científica.

A seguir, o segundo capítulo de nosso trabalho apresentará o representante das teorias decomposicionalistas para o debate: a Teoria do Léxico Gerativo de James Pustejovsky, apresentando o tratamento dessa teoria para o léxico.

O terceiro capítulo de nosso trabalho, por sua vez, apresentará o representante das teorias atomistas: a Hipótese da Linguagem do Pensamento de Jerry Fodor.

Em nosso quarto capítulo, desenharemos o debate entre essas duas teorias, avaliando-o sob uma perspectiva meta-teórica e, por isso mesmo, imparcial, a Teoria das Interfaces de Jorge Campos da Costa.

A nossa hipótese de trabalho, e a hipótese que guia o desenho e a avaliação do debate da maneira que propomos entre atomistas e decomposicionalistas, é:

(C) A resposta para (A) e (B) depende de compromissos meta-teóricos, assumidos como fundamentos, pressupostos e objetivos gerais e específicos.

E essa hipótese mais geral nos leva à hipótese mais específica (D):

(D) Confrontar duas teorias quaisquer, mesmo que pertencentes a mesma área-mãe, exige que todas as teorias em jogo compartilhem dos mesmos fundamentos, pressupostos e de pelo menos alguns dos mesmos objetivos.

Passamos, agora, ao primeiro capítulo de nosso presente trabalho: A Semântica Lexical.

1 – A SEMÂNTICA LEXICAL & OS VERBOS CAUSATIVOS

1.1 – SOBRE O NOSSO PRIMEIRO CAPÍTULO

O presente trabalho tem por objetivo confrontar duas perspectivas concorrentes em Semântica Lexical quanto à questão clássica sobre a natureza do léxico. Esse debate, entretanto, tem suas raízes não na Linguística moderna e contemporânea, mas, sim, nas investigações filosóficas na Antigüidade Clássica, com Sócrates e Platão.

O ponto principal do debate é a questão de se o léxico, as palavras, são unidades mínimas de significado, conceitos verdadeiros, ou se o significado das palavras é composto por outras palavras, decomponível em primitivos semânticos de algum tipo. Desde os tempos dos filósofos gregos, duas perspectivas concorrem no que tange a essa questão.

A primeira, chamada de *decomposicionalismo*, assume que o significado das palavras é composto por outras palavras, e busca decompor o significado das palavras nas palavras que participariam de seu significado de modo a explicar as relações entre as palavras, entre as classes de palavras, e as maneiras de organização sintática das palavras dentro de sentenças, textos e discursos.

A segunda perspectiva, chamada de *atomismo*, assume que as palavras referem aos seus significados diretamente. Para os atomistas, o significado de uma palavra está ligado diretamente ao conceito que essa palavra refere, e, se existe qualquer relação entre os significados das palavras, isso se dá meramente

por compartilhamento de características semelhantes e, não, pela participação de uma palavra no significado de outra(s).

O tópico para o exame dos argumentos das duas propostas será o tratamento dispensado por ambas para o léxico, mais especificamente, para os verbos causativos.

A fim de situar o leitor quanto a esse debate, o nosso primeiro capítulo tem os seguintes objetivos:

(A) Apresentar uma breve revisão histórica da Semântica Lexical;

(B) Apresentar os verbos causativos de maneira basilar.

Nos dois próximos capítulos, apresentaremos as teorias que escolhemos para representar cada uma das duas correntes de pensamento, decomposicionismo e atomismo. A saber, as teorias escolhidas como representantes dessas duas correntes são, respectivamente, a Teoria do Léxico Gerativo, de James Pustejovsky, e a Hipótese da Linguagem do Pensamento, de Jerry Fodor.

Passamos, agora, à nossa revisão histórica da Semântica Lexical.

1.2 – A SEMÂNTICA LEXICAL: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO-TEÓRICO

Como mencionado na seção anterior, a questão de se as palavras têm significado em si mesmas ou se o seu significado é composto por outras palavras tem sido debatida desde os tempos dos filósofos gregos, na Antigüidade Clássica. E essa questão levantou outras duas:

(A) Como as palavras referem?

e

(B) O quê as palavras referem?

Embora (A) e (B) por vezes tenham sido o centro de investigações não apenas lingüísticas, mas, também, filosóficas, por muitas vezes mais essas duas questões foram deixadas de lado em favor de fenômenos tidos como, pelo menos aparentemente, mais pertinentes, complexos ou relevantes, sendo (A) e (B) relegados a estudos apenas tangenciais ou complementares a discussões nessas duas (e outras) áreas.

A tradição das investigações envolvendo (A) e (B) tem suas origens na Antigüidade Clássica, na Grécia Antiga. Em um dos diálogos de Platão, *O Crátilo*, Sócrates, o filósofo grego, enquanto mediando um debate entre seus pupilos, desenvolve todo um raciocínio a respeito de o quê as palavras referem e de como as palavras alcançam essa referência. Embora o debate desenvolvido em *O Crátilo* não se encerre de maneira mais conclusiva com respeito a essas duas questões, ele traz uma contribuição que, mais tarde, nos tempos modernos e contemporâneos, será a base, o fio condutor, de muitos outros debates. A contribuição de Sócrates é a de que existe pelo menos duas maneiras de as palavras referirem, e de o quê as palavras referem – uma de ordem *convencionalista* e, outra, de ordem *naturalista*.

Durante um longo período posterior à Antigüidade Clássica, as investigações sobre o léxico e a semântica lexical e, em especial, a como as palavras referem e o quê elas referem, ficaram como se estanques, tanto em filosofia quanto em lingüística.

O interesse pela semântica e, em particular, pela semântica lexical só ressurgiria com força nos séculos XIX e XX, através das investigações lógico-filosóficas de Gottlob Frege, e com a sistematização da disciplina Lingüística por Ferdinand de Saussure.

Os estudos nas duas tradições filosófica e lingüística ainda no século XIX e início do século XX influenciaram e dirigiram programas inteiros de pesquisa em estudos de épocas posteriores, seja de maneira direta, seja de maneira

indireta. De qualquer maneira, Saussure e Frege podem ser identificados como os fundadores modernos de tradições que de alguma maneira se voltaram para estudos sobre a organização e funcionamento do léxico.

A abordagem logicista de Frege desenvolveu-se, quase que exclusivamente, dentro da filosofia. Sua influência se deu, principalmente, sobre os trabalhos em Filosofia da Linguagem, e em investigações dentro da Lingüística Formal.

Já a Lingüística, tal como desenhada por Saussure, estava ligada à Psicologia Social. Para ele, a linguagem era um fenômeno social e, como tal, deveria ser investigada a partir de um ponto de vista social. Assim, trabalhos dentro do Estruturalismo Lingüístico, incluindo aqueles em Semântica e Semântica Lexical, também assumiam a língua como um fenômeno social.

No desenvolvimento histórico da Semântica Lexical e, de maneira mais geral, no desenvolvimento do estudo das palavras, a hipótese de que a linguagem é um fenômeno social persistiu até meados do século XX.

Na década de 1950, na metade do século XX, entretanto, houve uma revolução que atravessou a barreira existente entre diversas áreas, tais como a Computação, a Antropologia, a Psicologia e, também, a Lingüística. Essa revolução científica praticamente derrubou as hipóteses de trabalho anteriores, tais como o Estruturalismo e o Behaviorismo¹. Foi a revolução cognitiva liderada por Noam Chomsky.

Diferente da visão anterior, saussuriana, de que a linguagem não estava relacionada com o mundo natural, mas, sim, com a organização social humana, e de que a Lingüística, dessa maneira, deveria fazer parte da Psicologia Social, a perspectiva de Chomsky² e de outros cientistas que compartilhavam de suas

¹ Usamos aqui ‘praticamente’, porque ainda hoje existem pesquisadores trabalhando dentro da perspectiva estruturalista e com suas hipóteses.

² Aqui no nosso primeiro capítulo e, também, ao longo de todo o nosso trabalho, sempre que nos referirmos a Chomsky sem o uso de datas, estaremos nos referindo ao conjunto de sua obra no geral, espalhada por um sem-número de publicações, comentários, notas, palestras, entrevistas, gravações, etc., oriundas da incrível longevidade teórico-profissional desse importante cientista. A obra seminal da tradição chomskyiana, para referência, é *Syntactic*

idéias, era de que a linguagem é, na verdade, fruto da cognição humana e, portanto, parte do mundo natural. A Lingüística, assim, deveria ser um ramo da Biologia e da Psicologia Cognitiva e, não, das Ciências Sociais. Dessa maneira, a perspectiva chomskyiana insere-se na corrente naturalista de Sócrates.

A partir dessas duas perspectivas – social e cognitiva – surgem debates históricos quanto à natureza da linguagem, do léxico e das palavras. Por um lado, a corrente decomposicionalista encontra seu lugar entre os convencionalistas. Por outro, os atomistas se inserem nas fileiras dos naturalistas.

As próximas seções apresentarão o desenvolvimento das duas correntes – naturalista e convencionalista – dentro da história da Semântica Lexical, a fim de situar o leitor e salientar a importância do tópico em debate na presente tese.

Começaremos nossa apresentação pela Antigüidade Clássica, mostrando o estabelecimento da divisão naturalismo/convencionalismo. A seguir, passaremos para os desdobramentos dos argumentos dessas duas correntes durante o desenvolvimento da Teoria Lingüística moderna e contemporânea e a evolução do debate até o estado da arte corrente.

1.2.1 – A ANTIGÜIDADE CLÁSSICA

Além de importantes estudos sobre a retórica³ e até mesmo sobre categorias gramaticais⁴, os filósofos gregos tinham outra grande preocupação em relação à linguagem – a gramática. Para os primeiros estudiosos gregos, a gramática era parte da filosofia. De acordo com Back & Heckler (1988), os estudiosos gregos

Structures, de 1957.

³ Além de os sofistas terem se preocupado com “a arte do bem falar”, ou com “a arte da persuasão”, a retórica também recebeu importantes contribuições de Sócrates, Platão e Aristóteles.

⁴ O principal estudioso grego nessa área da linguagem foi Apolônio Díscolo (séc. II).

(1.01) “(...) perguntavam-se se uma instituição era regida pela natureza ou pela convenção. Por natureza entendiam que ela tinha a sua origem em princípios eternos e imutáveis, fora do próprio homem e, por isso, invioláveis; por convenção entendiam que era o resultado de costumes e tradição, um tipo de “contrato social” entre os membros do grupo e, por isso, mutável.” (Back & Heckler, 1988:7)

Desse confronto de idéias, surgiram duas correntes filosóficas envolvendo o estudo da linguagem: a dos naturalistas (também chamados de *analogistas*) e a dos convencionalistas (conhecidos também como *anomalistas*).

Os naturalistas acreditavam que havia uma relação natural entre as palavras e os objetos por elas designados. Para eles, as palavras eram naturalmente “apropriadas” às entidades por elas referidas. Assim, as palavras, para essa corrente de pensamento, estariam em relação direta com a natureza das coisas⁵ que designavam; se a palavra ‘morcego’ significa morcego, é por que essa é a referência direta à própria natureza de morcego, o animal real no mundo real. As onomatopéias (que, em grego, significam algo como “criação de nomes”) eram consideradas núcleos do vocabulário, a partir das quais as outras palavras se originaram.

Já os convencionalistas acreditavam que a relação entre a palavra e a entidade ou coisa no mundo, era meramente convencional. O ato de batismo, de nomeação, assim, não referia, necessariamente, a natureza do objeto nomeado, mas era, na verdade, apenas uma designação rígida para aquele objeto, uma convenção social dos falantes de determinado idioma; em outras palavras, para os convencionalistas, a palavra ‘morcego’ significa morcego devido a um acordo entre todos os falantes de português brasileiro, no caso, e não porque o nome ‘morcego’ refere a real natureza do animal morcego, no mundo real. Essa relação era arbitrária, estabelecida pelo homem, não havendo, portanto, relação alguma entre uma palavra e a natureza da coisa que ela designava.

Ao longo da história, a corrente convencionalista provou que a relação entre as palavras e seus referentes é mesmo estabelecida por convenção. Uma

⁵ Por “coisa”, aqui, entende-se nomes de pessoas, objetos, valores, termos, enfim, quaisquer

grande prova disso são as diferenças vocabulares de cada idioma. Esse assunto foi extensamente debatido por Ferdinand de Saussure⁶ e seus seguidores. Trabalhos como o de Pustejovsky⁷ são exemplos de pesquisa de base convencionalista. A corrente naturalista, por sua vez, serviu de base para estudos sobre a natureza da cognição humana e sua relação com a linguagem e a competência sintático-semântica dos falantes. Trabalhos como o de Fodor⁸ são exemplos de programas de pesquisa de base naturalista.

1.2.1.1 – O Crátilo, de Platão

É nessa discussão entre naturalistas e convencionalistas que se insere a obra *O Crátilo*, de Platão. Esse texto tem a tradicional estrutura de diálogo comum à filosofia grega, e apresenta três personagens: Crátilo (filósofo que tem uma visão naturalista com relação à linguagem), Hermógenes (que a princípio tem uma visão convencionalista com relação à linguagem) e Sócrates (mentor de Platão e voz da racionalidade e da sabedoria filosófica no diálogo).

Crátilo e Hermógenes representam os dois pólos extremos de pensamento; o primeiro, naturalista, acredita que os nomes ou são verdadeiros, ou não são nomes de qualquer tipo – para ele, ou uma palavra é a expressão perfeita de uma coisa, ou é apenas um som mal articulado; o segundo, Hermógenes, acredita que o ato de batismo, de nomeação, é convencional – os nomes dos objetos, assim como os nomes dos escravos, podem ser dados ou alterados sem problemas. Sócrates, por sua vez, aparece como a racionalidade, o caminho do meio, a alternativa criada a partir da junção dessas duas visões opostas.

O diálogo começa com Hermógenes, que pede esclarecimentos a Sócrates sobre a questão da atribuição de nomes na língua; o discípulo é convencionalista, mas quer que o mestre o ajude a mais bem esclarecer suas idéias, já que Crá-

entidades concretas ou abstratas.

⁶ Conforme o *Cours de Linguistique Générale*, de 1916.

⁷ Ver o capítulo 3 da presente tese.

⁸ Ver o capítulo 4 da presente tese.

tilo o estava tentando convencer a respeito das idéias naturalistas. Com muita humildade – e alguma ironia –, Sócrates começa sua investigação a respeito da origem e “justeza” dos nomes. A investigação de Sócrates, diferente do pensamento pedagógico atual, não se limita a um mesmo assunto finito e definido, com começo, meio e fim, mas, sim, dá vazão à investigação criativa, partindo de um ponto e procurando a melhor explicação para o tópico em debate.

Primeiramente, Sócrates assume que a relação entre as palavras e o que elas referem pode ser naturalista – como afirmara Crátilo a Hermógenes. Dentro dessa visão, ele se apóia na etimologia (do grego *etymo*, “verdadeiro”, e *logos*, “estudo” ou “ciência”) para buscar a verdade dos nomes na análise de seus elementos. Assim, ele investiga os nomes de diversos deuses e heróis gregos, justificando cada um deles a partir de conclusões meramente especulativas – e a partir de explicações de nomes de deuses e heróis gregos, Sócrates vai justificando a adequabilidade do nome a cada personagem, coisa ou objeto nomeado.

Por exemplo, Sócrates cita o selvagem Orestes, que deve seu nome a *oros* (montanha); ou Agamêmnon, que tem seu nome – que significa “admirável por sua perseverança” – justificado por ter sido um bravo guerreiro diante de Tróia, e, também, a explicação do nome do deus Apolo, que significa “aquele que sempre acerta o alvo”.

Os nomes, ainda segundo Sócrates, eram estabelecidos por uma espécie de *legislador de nomes*, alguém que conhecesse e trabalhasse com a linguagem, assim como o artesão trabalha com peças de artesanato, ou o lirista com sua música e instrumento (as palavras são comparadas com trabalhos artísticos, pois podem ser feitas de diferentes materiais e, ainda assim, terão sido bem feitas se tiverem significado). O legislador deveria ser auxiliado por um filósofo, ou poderia ser um filósofo, que lidava e trabalhava com a palavra em níveis superiores aos leigos, um *metanível*, por assim dizer⁹.

⁹ Ressaltamos aqui que, de acordo com a tradição helênica, não é estranho que o criador da linguagem seja um legislador, um homem do Estado, pois, para essa tradição, o criador das leis e da vida social também é o criador da linguagem, aquele que prescreve as regras para todos os artistas.

No decorrer do diálogo, embora seja convencionalista, Hermógenes se rende à argumentação clara de Sócrates sobre a justeza dos nomes às coisas nomeadas, seres, entidades ou objetos no mundo e fora dele.

Após a reflexão sobre os nomes de deuses e heróis da mitologia grega, Sócrates é indagado a investigar nomes que exprimem conceitos abstratos, como ‘beleza’, ‘sabedoria’, ‘coragem’ e ‘inteligência’. Da mesma forma que antes, Sócrates expõe sua argumentação a favor do naturalismo lingüístico e explica a origem e formação dessas palavras através de indagações filosóficas. Para ele, a palavra é espelho da junção de outras palavras que formam o seu significado. Assim, por exemplo, uma palavra como ‘filosofia’ é muito bem aplicada ao seu referente, pois ‘filos’ quer dizer amigo e, ‘sofia’, sabedoria¹⁰.

Porém, nesse ponto, Sócrates se dá conta de algo igualmente intrigante: se esses nomes derivaram de palavras primitivas que são responsáveis por lhes atribuírem significado, de onde se originam as palavras primitivas? Como elas surgiram e se ajustaram aos objetos e entidades que agora denotam?

Sócrates busca, então, auxílio nos sons da língua, e explica que os sons transmitem idéias. Assim, o fone [r] parece próprio para exprimir a idéia de movimento, devido às vibrações que causa quando o produzimos; o [l] exprime uma idéia de escorregadio, o [t] e o [d] parecem ser adequados à idéia de encadeamento e prisão, e assim por diante.

Essa argumentação naturalista – mais adiante sustentada por Crátilo, na última parte do diálogo – é, no entanto, é tomada por Sócrates como sendo fraca demais. E, num misto equilibrado entre as duas teorias (naturalista e convencionalista), Sócrates começa a se perguntar se não existem nomes que não são bem aplicados ao objeto que designam, já que nem sempre a relação entre *nome x ser* ou *objeto nomeado* é transparente como julgava ser.

Para a aflição de Crátilo, suas teorias sobre a justeza do nome vão sendo minadas gradativamente através de questionamentos levantados por Sócrates.

¹⁰ Isso nos faz lembrar da arbitrariedade relativa dos signos lingüísticos, já debatido em Saussure (1997). Uma discussão interessante sobre o tema aparece em Costa (1973).

Para este, há nomes que são bem aplicados às coisas que referem e há nomes que não o são. Como saber se esse “autor” original e primitivo dos nomes estabeleceu os nomes com conhecimento de causa? Como saber em que ele se fundou para tanto? Essas perguntas deixam Crátilo sem respostas sustentáveis.

Assim, conclui Sócrates, embora exista algo de naturalista a respeito da natureza da linguagem e do léxico, existe também algo de convencionalista. Mesmo com reflexões e questionamentos interessantes, *O Crátilo* termina sem respostas mais conclusivas a respeito da questão naturalismo *versus* convencionalismo. O desenvolvimento desse debate continuou – e continua – ao longo da história da Semântica Lexical.

1.2.2 – O RENASCIMENTO DOS ESTUDOS LEXICAIS

Embora a linguagem permanecesse um tópico de investigação bastante central através da história da ciência Ocidental, principalmente entre filósofos, arqueólogos, antropólogos, historiadores, e, também, filólogos¹¹, foi apenas em um período histórico muito posterior à Antigüidade Clássica que surgiu uma disciplina Lingüística como tal. O século XX viu o despertar dessa “nova” ciência nos trabalhos do suíço Ferdinand de Saussure (1916)¹², que delimitou, organizou e instrumentalizou a nova teoria lingüística.

Da maneira como o mestre suíço organizou a teoria lingüística, ela se encaixa na Ciência como um todo como um ramo da Psicologia Social. Sendo a linguagem de natureza social, as línguas, por sua vez, têm, também, natureza social. Ou seja, as línguas do mundo, nessa perspectiva, são convenções sociais.

¹¹ Os estudos sobre a linguagem sempre estiveram presentes dentro da Filosofia, oriundos da tradição grega de investigar a gramática (que é um termo *grego*), a retórica e os fundamentos da linguagem. Dentro da Antropologia, os estudos sobre a linguagem estão voltados para a organização social da humanidade. Na História, os estudos sobre a linguagem têm importância, principalmente, no que tange a tradução de textos escritos em línguas hoje mortas e/ou textos antigos. A Filologia, por sua vez, busca desvendar e compreender a origem dos idiomas, principalmente através do estudo de textos e idiomas antigos.

¹² Sempre que o texto apontar ‘Saussure’, ‘o trabalho de Saussure’, ou ‘a obra de Saussure’, estaremos nos referindo ao *Cours de Linguistique Générale*, livro de 1916, organizado pelos discípulos do mestre suíço Charles Bally e Albert Sechehaye, a partir de notas de pales-

Dessa forma, a lingüística saussuriana encaixa-se na corrente convencionalista como apontada pelo filósofo grego Sócrates.

O trabalho de Saussure influenciou as investigações lingüísticas da primeira metade do século XX, e deu origem ao Estruturalismo Lingüístico¹³. Para o Estruturalismo Lingüístico, a linguagem é um sistema de signos que expressam idéias, e estudos dentro dessa perspectiva estavam focados na organização das línguas quanto às relações entre os elementos que as compunham. Nesse sentido, um dos principais tópicos de investigação de Saussure era o signo lingüístico. O signo lingüístico (ou, de maneira mais simples, ‘signo’) era entendido como uma entidade dupla, composta de *significado* e *significante*. O significante era a “imagem acústica”, a palavra usada para alcançar, referir, o significado. O significado, por sua vez, era o conceito dentro do sistema lingüístico referido pela palavra. A relação entre significado e significante é arbitrária; para Saussure, não existe qualquer razão natural de porquê um significado qualquer deve ser referido por uma palavra ou significante específico. Essa é mais uma evidência da associação do Estruturalismo Lingüístico com a corrente convencionalista – um significante (seja ele uma palavra, termo ou expressão) é designado para um significado de maneira arbitrária, como convencionalizado por uma comunidade qualquer de falantes de uma mesma língua. É também por isso que Saussure sustentava a idéia de que os estudos lingüísticos deveriam ser sincrônicos, e, não, diacrônicos, pois o significante – a palavra – que refere determinado significado pode mudar através dos tempos¹⁴. Embora a identificação do significante como parte do sistema de uma língua seja bastante intuitiva, a identificação do significado como parte desse mesmo sistema não é tão intuitiva assim. Entretanto, o significado lingüístico, tanto quanto o significante, também faz parte do sistema lingüístico. O significado não é uma entidade real, mas a-

tras proferidas pelo Pai da Lingüística Moderna.

¹³ ‘Estruturalismo’ é a hipótese fundamentacional que assume que as relações estruturais entre os conceitos variam de uma cultura para a outra. Essa hipótese pode ser encontrada em diversas áreas, dentre elas as Ciências Sociais e as Ciências Econômicas.

¹⁴ Um estudo *sincrônico* da linguagem é o estudo de um sistema completo de linguagem dentro de um recorte de tempo específico. Já um estudo diacrônico é o estudo do desenvolvimento histórico de um sistema de linguagem.

penas aquilo que é expresso por determinada palavra/significante dentro do sistema possível de uma língua qualquer, e é apenas o conceito, a idéia, de uma entidade real. As entidades reais, por sua vez, estão *fora* do sistema lingüístico, no mundo real, e são chamadas por Saussure de “referentes”. Assim, é fácil perceber porque o lingüista suíço encaixou a sua Lingüística na Psicologia Social – a linguagem é um sistema complexo *social*, produto da sociedade humana, e existe de maneira separada das coisas do mundo *natural* (que estariam no âmbito das Ciências Naturais).

Os primeiros trabalhos a investigar a Semântica dentro da perspectiva do Estruturalismo foram os de Weisgerber (1927), e Trier (1931). Para esses pesquisadores, a Semântica e, por conseguinte, a Semântica Lexical, deveria ser estudada na base de estruturas semânticas. Entretanto, a definição de o quê seriam as estruturas semânticas era um tópico de discussão passível de ser interpretado de diferentes maneiras dadas hipóteses de trabalho diferentes. Sendo assim, nessa época surgiram Semânticas diferentes dentro do Estruturalismo Lingüístico devido às diferenças existentes entre diferentes perspectivas. Seja qual fosse a perspectiva, entretanto, o conceito de significado dentro do Estruturalismo Lingüístico era o mesmo: a denotação, a referência a objetos dentro de algum universo do discurso, é mediada por um subsistema interno ao sistema de relações de diferença. O significado de um item lexical, assim, está dentro do sistema. Para Saussure, a característica mais precisa de um signo é ser exatamente aquilo que outros signos não são. Assim, os signos são definidos por aquilo que eles não são. Então, a denotação do signo ‘cão’ seria ‘aquilo que não é gato’, por exemplo. Assim, as palavras poderiam ser decompostas de acordo com esse sistema de relações de diferença: ‘cão’ é ‘aquilo que não é gato’, ‘aquilo que não é rato’, ‘aquilo que não é vegetal’, e assim por diante. Como na perspectiva estruturalista as palavras surgem de necessidades sociais, caso um novo animal, por exemplo, um dragão, surgisse na mesma sociedade em que a palavra ‘cão’ é usada, uma nova relação de diferença surgiria na entrada para ‘cão’: ‘aquilo que não é dragão’. E assim por diante. Mais tarde na história da Semântica Lexical, é daqui que surgem as teorias decomposicionalistas, que assumem que o significado de uma palavra pode ser decomposto em outras palavras que participam de

seu significado.

Retomando, para a Lingüística Estruturalista de Ferdinand de Saussure, então, a resposta para (A)¹⁵ é a de que as palavras referem conceitos através de um sistema lingüístico estruturalmente complexo. A resposta para (B)¹⁶ é a de que as palavras denotam conceitos e expressam idéias internas ao sistema lingüístico em questão. No desenvolvimento histórico da Semântica Lexical e, de maneira mais geral, no desenvolvimento do estudo das palavras, estas foram as duas hipóteses que persistiram até meados do século XX.

1.2.2.1 – A Semântica Lexical Pré-Estruturalista

Apesar do aparente hiato nos estudos lingüísticos e, conseqüentemente, nos estudos lexicais entre a Antigüidade Clássica e o século XX, isso não quer dizer que não houvesse estudos da forma da Semântica Lexical nesse período, mas apenas que no início do século XX é que a pesquisa sobre o significado das palavras volta à cena de maneira mais intensa – juntamente com o surgimento de uma Ciência da Linguagem sistemática – e se estabelece como uma subdisciplina da nova e emergente disciplina Lingüística¹⁷.

De acordo com Geeraerts (2007), o tipo de pesquisa semântica dentro dos estudos lingüísticos no período entre 1870 e 1930 pode ser caracterizado por três traços principais:

- (1) Orientação diacrônica: o interesse da semântica desse período é a *mudança de significado*;

¹⁵ Retomando: (A) Como as palavras referem?

¹⁶ Retomando: (B) O quê as palavras referem?

¹⁷ No período entre as investigações na Antigüidade Clássica e a Era Moderna, os trabalhos mais próximos a uma Semântica Lexical eram, primeiramente, aqueles mais básicos, como a organização de dicionários; depois, aqueles mais técnicos, tais como a Lexicografia, a Etimologia, a Filologia, e a Morfologia.

- (2) *Mudança de significado* entendida como a mudança no significado das palavras – orientação semasiológica e, não, onomasiológica;
- (3) Concepção de significado como algo psicológico: o significado lexical é considerado como algo psicológico, um tipo de pensamento ou idéia compartilhado por uma comunidade de falantes de um mesmo idioma.

Nesse período, um pouco anterior à instrumentalização da disciplina Lingüística por Saussure, a mudança de significado de uma palavra é explicada como resultado de um processo psicológico¹⁸. Os mecanismos gerais de organização sintático-semântica que se supõem subjazer às mudanças de significado, e cuja presença pode ser explicada via estudos classificatórios da história das palavras, correspondem, por hipótese, a padrões de pensamento da mente humana.

1.2.2.2 - A Semântica Lexical Estruturalista e Neo-Estruturalista

Com a sistematização da disciplina lingüística por Saussure (ver a seção 1.2.2), logo surgiram estudos específicos voltados para cada subdisciplina da Ciência da Linguagem – Fonética, Fonologia, Sintaxe e Semântica, entre outras.

Dentro da tradição da Lingüística Estruturalista costuma-se atribuir as origens da semântica estruturalista a Trier (1931). Mas embora seu trabalho seja a primeira grande contribuição descritiva em Semântica Estruturalista, o primeiro trabalho teórico e metodológico nessa tradição foi desenvolvido por Weisgerber (1927).

O trabalho de Weisgerber (1927) critica as bases da semântica pré-

¹⁸ Assim que o Estruturalismo Lingüístico entra em cena, e a linguagem passa a ser entendida como um fenômeno social, a mudança de significado de uma palavra também passa a ser entendido como um fenômeno social, e, não mais, psicológico.

estruturalista exatamente nos três traços que a definem – para esse pesquisador, o estudo do significado não deveria ser diacrônico, mas sincrônico (seguindo os fundamentos lançados por Saussure, a identificação de um significante com o seu significado muda com o passar do tempo; assim, a ligação entre um significante e o seu significado deveria ser estudado dentro de um recorte específico de tempo). Além disso, Weisgerber também que o estudo do significado não deveria ser atômico, mas, ao invés disso, voltado para as *estruturas* semânticas, como de acordo com a perspectiva centrada na estrutura do Estruturalismo Lingüístico. E, finalmente, os estudos em Semântica deveriam se desenvolver de maneira autônoma, tendo em vista apenas a Lingüística e, não, a Psicanálise, Psiquiatria, Psicologia e psicologismos.

Essa postura teórica está embasada na suposição de que, se o signo lingüístico é determinado, pelo menos em parte, pela sua posição nas estruturas lingüísticas das quais faz parte, então a Semântica Lingüística e a Semântica Lexical deveriam tratar diretamente das estruturas lingüísticas, independentemente da maneira como elas (talvez) estejam formatadas na mente humana. Se o objeto da Semântica Lingüística consiste de fenômenos lingüísticos autônomos, então, para Weisgerber (1927), a metodologia da Semântica Lingüística também deve ser autônoma e, não, composta de empréstimos teóricos outros, extralingüísticos.

Se, por um lado, o foco dos estudos lingüísticos nessa época era a estrutura, por outro ainda havia divergências quanto à compreensão de o que é a estrutura semântica. Assim, é possível enumerar pelo menos três abordagens diferentes de investigação das relações estruturais entre os significados dos itens lexicais na semântica estruturalista dessa época.

A primeira abordagem é a relação de *similaridade semântica* que serviu de base para a análise dos *campos semânticos*, inaugurada por Trier (1931), e que teve desdobramentos no trabalho de lingüistas como Goodenough (1956) e Lounsbury (1956) e, de maneira aparentemente independente, no trabalho de estruturalistas europeus como Pottier (1964).

A segunda abordagem é das *relações semânticas não-analisadas*, tais

como sinonímia, antonímia e hiponímia, que só foram tomadas como base metodológica e analisadas sistematicamente dentro da semântica estruturalista por Lyons (1963).

E, finalmente, a terceira abordagem das relações semânticas estruturalistas é a das *relações sintagmáticas lexicais* identificadas por Porzig (1934) que, mais tarde, reapareceriam sob o rótulo de ‘restrições seletivas’ na semântica neo-estruturalista (veja abaixo), e que foram incorporadas na gramática gerativa por Katz & Fodor (1963).

Além dos trabalhos mencionados acima, e a partir desses, é possível apontar desdobramentos da semântica estruturalista dessa época em trabalhos de época posteriores. Alguns desses trabalhos mais contemporâneos podem ser ligados diretamente às três abordagens diferentes de o que as estruturas semânticas são (que na nomenclatura de Geeraerts (2007) são chamados de ‘neo-estruturalistas’).

Entre os descendentes contemporâneos da teoria dos campos semânticos, podemos destacar Coseriu (Coseriu & Geckeler (1981)), que continuou a trabalhar as relações entre a similaridade de significado entre diferentes itens lexicais.

A influência da abordagem das relações semânticas não-analisadas pode ser observada nos trabalhos de Cruse, como em Cruse (1986)¹⁹. Outros ‘descendentes’ dessa abordagem são Melçuk e seus colaboradores (Melçuk (1988; 1996)), cujo propósito é o de identificar um conjunto de relações semânticas universais válidas que permita a descrição de todas as associações semânticas entre itens lexicais de qualquer língua natural²⁰. Outro desdobramento contemporâneo dessa abordagem é a WordNet (Fellbaum, 1988), um projeto on-line envolvendo a criação de um banco de dados organizado sob a concepção de rela-

¹⁹ Entretanto, em um de seus trabalhos mais recentes, Cruse (2000), os resquícios da abordagem estruturalista são poucos, deixados de lado em favor de uma semântica de base cognitiva.

²⁰ A pesquisa desenvolvida por Melçuk envolve também a preparação de dicionários formalizados, como Melçuk (1984), por exemplo.

ções semânticas léxico-estruturais.

A terceira abordagem, a das relações sintagmáticas lexicais, por sua vez, teve desdobramentos em trabalhos como o de Firth (1957), onde a concepção de relações lexicais sintagmáticas se desenvolveram em uma tradição de análise colocacional²¹. A análise colocacional foi incorporada no *framework* de trabalho de Halliday (Halliday & Hassan, 1976), juntamente com a incorporação de uma abordagem lexicográfica (Sinclair, 1987; Moon, 1998). Como a análise colocacional envolve a descrição de fatos de co-ocorrência lexical no uso da linguagem, a abordagem das relações sintagmáticas lexicais também está diretamente ligada com a Lingüística de Corpus.

Os estudos lingüísticos de base Estruturalista – incluindo-se aí a Semântica Estruturalista – dominaram toda a primeira metade do século XX, e, se não tiveram desdobramentos diretos em estudos posteriores à metade desse século, então influenciaram indiretamente a estudos mais contemporâneos, seja nos fundamentos, seja na metodologia, como apresentado acima. Entretanto, embora o Estruturalismo Lingüístico ainda conte com alguns seguidores, essa perspectiva teve seu fim declarado com a Revolução Cognitiva na década de 1950.

1.2.2.3 - A Semântica Lexical Gerativa e Neo-Gerativa

Na década de 1950, com a revolução nas Ciências Cognitivas, uma nova Era tem início. Com a publicação de *Syntactic Structures*, em 1957, Noam Chomsky inaugura não apenas uma nova perspectiva, mas, também, toda uma mudança no eixo dos estudos lingüísticos (e, também, nos estudos em Filosofia, Psicologia, Computação, Inteligência Artificial e Neurociência, para citar apenas algumas das disciplinas afetadas por essa revolução). Essa mudança se deu tanto ao nível dos fundamentos quanto ao nível da metodologia, dos objetivos, das hipóteses e das suposições. Essa verdadeira revolução científica praticamen-

²¹ ‘Colocações’ são, grosso modo, seqüências de palavras, termos ou expressões que co-ocorrem com regularidade. Além disso, as colocações também se referem a restrições de como as palavras podem ser usadas em conjunto – por exemplo, que preposições são usadas com quê verbos, ou quê verbos, substantivos ou adjetivos são usados em conjunto.

te derrubou as hipóteses de trabalho e as perspectivas anteriores, tais como o Estruturalismo e o Behaviorismo²².

Para os Estruturalistas e Behavioristas, os indivíduos – e fenômenos ligados aos indivíduos – eram frutos do meio. Os fundamentos dessas duas perspectivas eram de cunho social. A linguagem era fruto da organização social humana em comunidades. O comportamento, respostas a estímulos externos ao indivíduo.

Diferente dessa perspectiva anterior, Chomsky²³ (e outros cientistas que compartilhavam de suas idéias, como John von Neumann, Warren McCulloch, Karl Leashley, entre outros²⁴), assumia que a linguagem é, na verdade, fruto da cognição humana e, portanto, parte do mundo natural, e não apenas um fenômeno social. A Lingüística e as ciências do comportamento, assim, deveriam ser ramos da Biologia e da Psicologia Cognitiva.

Para Chomsky, a linguagem está na mente. ‘Mente’ é entendida por Chomsky como uma referência à cognição humana, e serve ao mesmo tempo para referir o cérebro e a mente, pois o lingüista americano não assume uma visão dualista – quando se refere à mente, Chomsky se refere também ao cérebro, e vice-versa; estudar um implica estudar o outro²⁵. Na perspectiva cognitivista, a capacidade para a linguagem é uma faculdade comum a todos os seres humanos.

²² Usamos aqui ‘praticamente’, porque ainda hoje existem pesquisadores trabalhando dentro das perspectivas e hipóteses Estruturalista e Behaviorista, seja de maneira direta, como Ducrot, Carel e outros lingüistas da linha francesa envolvidos com as teorias do discurso, seja de maneira indireta, como os conexionistas.

²³ Aqui na introdução e, também, ao longo de todo o nosso trabalho, sempre que nos referirmos a Chomsky sem o uso de datas, estaremos nos referindo ao conjunto de sua obra no geral, espalhada por um sem-número de publicações, comentários, notas, palestras, entrevistas, gravações, etc., oriundas da incrível longevidade teórico-profissional desse importante cientista. A obra seminal da tradição chomskyiana, para referência, é *Syntactic Structures*, de 1957.

²⁴ Para uma revisão histórica das Ciências Cognitivas e nomes ligados a esse movimento, ver Gardner (2003).

²⁵ A diferença é que os avanços na tecnologia podem não ter alcançado o nível necessário para se estudar uma instância – o cérebro; então, pelo momento, focam-se os estudos na outra – a mente. Quando a tecnologia for suficiente, tudo o que foi desenvolvido até esse ponto quanto à mente será pesquisado então no cérebro. I.e.s, ‘Mente’, para Chomsky, é apenas uma metáfora – usa-se (mente + investigação filosófica) para se falar de (cérebro + inves-

A faculdade da linguagem é a capacidade que todos os seres humanos têm para adquirir, apreender, aprender, e usar as línguas do mundo. Assim, a Lingüística de Chomsky insere-se na corrente naturalista apontada por Sócrates, onde a linguagem é parte do mundo natural e serve, também, para referir o próprio mundo natural – que é representado na mente dos falantes.

A lingüística chomskyiana, entretanto, está voltada quase que exclusivamente para a Sintaxe. De acordo com o Pai da Lingüística Cognitiva, a Semântica – e a Semântica Lexical, por associação – é ainda nebulosa demais para permitir estudos mais aprofundados. A Sintaxe, entretanto, já possui uma longa e vasta tradição de pesquisa, enraizada em estudos que têm origem na tradição grega da gramática, e, assim, pode ser explorada de maneira mais clara e objetiva a partir de um ponto de vista cognitivo.

Entretanto, essa visão não é compartilhada por todos os pesquisadores que assumem a perspectiva cognitivista. Para teóricos como Ray Jackendoff, Jerry Fodor e George Lakoff, é possível estudar semântica a partir de um filtro cognitivista. Embora partindo de uma mesma perspectiva-base, a Semântica Cognitiva, da mesma forma que a Semântica Estruturalista, foi dividida em ramos diferentes, dadas hipóteses de trabalho e suposições diferentes. Para alguns pesquisadores, a Semântica de base cognitiva deveria estar voltada para a busca de primitivos semânticos. Para outros, para as relações entre conceitos. Cada um desses diferentes ramos se desenvolveu de maneira independente dos outros, por vezes de maneira paralela, por vezes de maneira perpendicular ou até mesmo contrária. Seja como for, a Semântica Cognitiva é um campo de estudos ainda em desenvolvimento.

No geral, a Semântica Cognitiva está voltada para a apreensão, organização, recuperação e relações entre conceitos. Embora alguns pesquisadores assumam apenas a mente, outros apenas o cérebro, e, outros ainda, algum tipo de relação entre mente e cérebro, a forma como a organização dos conceitos se dá flutua entre as diferentes perspectivas.

Na passagem da Semântica Estruturalista para a Semântica Cognitiva, o que houve, basicamente, foi uma mudança radical nos fundamentos assumidos pela Teoria Semântica, enquanto as mudanças explanatórias e descritivas foram muito mais lentas. O expoente dessa transição é Jerrold J. Katz (1963).

Após a revolução chomskyana ocorrida na Lingüística e nas Ciências Cognitivas na década de 1950, o modelo gerativista de descrição semântica lexical introduzido por Katz e Fodor (Katz & Fodor 1963) e, depois, desenvolvido com mais profundidade em Katz (1972), se tornou um trabalho seminal para os estudos em Semântica Lexical.

A semântica de Katz combinava a abordagem estruturalista com duas características intimamente ligadas à gramática gerativa: a formalização²⁶ e a concepção naturalista²⁷. Assim, a semântica katziana se munia, ao mesmo tempo, de um modelo descritivo de análise via um aparato formal e de uma concepção mentalista que tornava o objeto da semântica a competência do usuário da linguagem para interpretar sentenças.

Além disso, a semântica katziana agregava os três tipos de abordagens semânticas que formavam a base do programa semântico estruturalista. As relações delineadas pela teoria dos campos semânticos se refletiam na opção de Katz & Fodor (1973) pela análise dos componentes que formavam os itens lexicais; as restrições sintagmáticas na combinação de palavras aparecem nas restrições seletivas; e as relações lexicais levantadas por Lyons (1963), retomadas em Katz (1972), eram apontadas como centrais para qualquer teoria semântica.

Depois da semântica gerativa tal como delineada por Katz, a semântica lexical se desenvolveu sempre dentro de uma perspectiva em que a descrição seguia um caráter formal, muitas vezes buscando uma ligação com a cognição humana.

Mas, ao mesmo tempo em que a tradição lingüística se desenvolvia, se

²⁶ Exigência da proposta de Noam Chomsky.

²⁷ A mudança do paradigma behaviorista/comportamentalista para o paradigma mentalista/internalista.

desenvolvia também uma outra tradição – a tradição formalista, dentro da Filosofia. Os primeiros estudos nessa direção começaram com Frege, no século XIX, e se desenvolveram de maneira primeiro isolada da tradição lingüística – principalmente da tradição lingüística estruturalista – e, depois, redescoberta, mesclando-se à tradição lingüística, já dentro da perspectiva gerativa.

Assim, faz-se necessário apresentar alguns tópicos da tradição formal que são de importância para o desenvolvimento e para os desdobramentos da tradição lingüística.

1.2.2.4 - A Semântica Lexical da Tradição Formalista

Para o falante ordinário, aqui entendido como o usuário da linguagem despreocupado com o estudo científico da linguagem, a necessidade de compreender o significado de palavras de maneira isolada é o mais importante. Ou seja, para tal falante, o fato de que as palavras, quando organizadas em sentenças, contribuem com seu significado para compor o significado da sentença, onde, uma vez em contraste com as outras palavras ali encontradas, podem até mesmo perder seu significado tido como original, não é tão importante quanto o fato de que as palavras apresentam significado por si só, livres do contexto da sentença. Por exemplo, o falante ordinário não está preocupado em como o significado da sentença ‘Galinhas não voam’ é dado por uma função do significado de ‘galinhas’, ‘voar’ e do conetivo lógico da negação, ‘não’, mas com o fato de que a sentença como um todo significa algo e como essas palavras têm significado isoladamente.

Dessa forma, fez-se necessário a criação de dicionários, capazes de compilar de maneira organizada os diferentes significados das palavras que compõem uma determinada língua – o léxico dessa língua –, para que os falantes ordinários pudessem buscar o significado daquelas palavras que desconheciam – ou descobrir novos significados para palavras já conhecidas.

Para o estudo da linguagem enquanto disciplina científica, entretanto, diferente do que acontece com os falantes ordinários, o significado das palavras

por si só não é o suficiente, mas o contraste entre diferentes palavras e a forma como essas contribuem para formar o significado da sentença o é.

Embora a Lingüística, Ciência da Linguagem, só fosse instrumentalizada por Saussure no início do século XX, e, nessa perspectiva, fosse entendida como um fenômeno social, a linguagem já vinha sendo estudada de uma perspectiva lógico-formal desde algum tempo antes, com Gottlob Frege, no final do século XIX. E, dos trabalhos de Frege surgiu o que se pode chamar de uma Semântica Lexical Formal.

A Semântica Lexical Formal, assim como a Semântica Formal, é uma perspectiva que trabalha em interface com Lógica. Nessa interface, o que se torna importante não é o valor individual de cada palavra, mas o significado da sentença enquanto função do significado das partes – as palavras – mais a estrutura que carrega essas partes. Esse aspecto do significado lexical, que chamamos *estrutural*²⁸ ou *composicional*, é que tem sido estudado por estudiosos do léxico dentro das abordagens formais.

Mas embora hoje, dentro da Semântica Lexical Formal, se estude o léxico de um ponto de vista composicional, nem sempre foi assim. No que se pode considerar os primórdios da Semântica Lexical Formal moderna, ainda no escopo da Filosofia da Linguagem, e, em especial, nos problemas levantados por Gottlob Frege (1892/1980a), a preocupação era com as palavras de maneira individual.

A ênfase hoje dada ao aspecto composicional do léxico vem da influência do trabalho de Frege na lógica e na matemática, de sua crença de que (1) a verdade é a noção mais básica da lógica e (2) da conexão dos pensamentos com a verdade como a noção mais básica da semântica. Para Frege, a contribuição individual de cada constituinte de uma sentença é importante, uma vez que o valor de verdade de uma sentença é dado pelo significado da sentença como um todo, ou seja, se o significado de uma sentença determina o seu valor de verdade, e o

²⁸ E, não, ‘estruturalista’. ‘Estrutural’ se refere à estrutura sintática da sentença, enquanto ‘estruturalista’ se refere a uma perspectiva científica.

significado dessa sentença é dado por uma função do significado de suas partes, então o significado de cada parte isolada é importante. Assim, apesar de toda as críticas que recebeu de Russell, Frege nunca perdeu o interesse no significado individual das palavras, seu *sentido*, situação que não se manteve em épocas posteriores.

Ludwig Wittgenstein (o do *Tractatus Logico-Philosophicus*, de 1922), por exemplo, se preocupou mais com a estrutura e o significado da sentença, em detrimento do significado individual das palavras, pois, para ele, a Lógica – teoria das formas e da inferência – era tida como a chave para a Semântica. E, uma vez que a Lógica está centrada na estrutura, as palavras – o léxico – perderam a importância que tinham para Frege.

Um trabalho contemporâneo ao de Wittgenstein, e que teve grande influência nos estudos semântico-lexicais foi *Logical Syntax of Language*, de 1937, de Rudolf Carnap. Carnap, em sua primeira incursão nos estudos do léxico, definiu a interpretação semântica como uma espécie de tradução de uma linguagem para outra – transformando o significado de uma palavra em uma outra palavra de significado correspondente; mas o que Carnap não percebeu foi que, ao simplesmente substituir-se uma palavra S_1 por outra S_2 , não se resolve o problema da interpretação, pois desconhecendo-se o significado da palavra S_2 , não se explica S_1 . Ou seja, não há explicação para o significado de palavras individuais, e ainda levantou-se o problema da circularidade do significado.

Já Alfred Tarski (1944) talvez tenha tido um dos mais brilhantes *insights* quanto à interface Lógica/Linguagem Natural: comparar as categorias lógicas às categorias semânticas, e, ao mesmo tempo, manter as condições-de-verdade como base para a significação da sentença; mas o problema do modelo de Tarski foi não explicar qual a diferença entre o significado de palavras pertencentes a uma mesma classe, que, no máximo, referiam os mesmos objetos no mundo.

Quine (1943; 1952), então já alerta quanto ao problema da referência, estabeleceu a distinção entre sentido e referência (ou ‘designação’, em sua própria terminologia). Referência é o modo como se alcança um objeto, e sentido é o que a palavra denota. Assim, se assumimos que o significado é apenas a refe-

rência, então poderíamos dizer que todas as verdades do tipo $a = b$, como em ‘a Estrela do Amanhecer = a Estrela do Alvorecer’, apenas exemplificam a relação de sinonímia entre a e b , e que tal relação pode ser apreendida por qualquer pessoa que conheça a língua em questão, enquanto que, na verdade, só podemos estabelecer tais relações ao buscar a verdade desses fatos no mundo real, ontologicamente²⁹.

Carnap então retorna à cena, e apresenta seu sistema de *intensões*. Uma *intensão* é uma função dos índices, como por exemplo, mundos possíveis, para suas extensões – nomes próprios identificam indivíduos, e predicados, conjuntos de indivíduos. E, repetindo Tarski, Carnap compara as categorias lógicas às categorias semânticas. Isso, somado às intensões, garantiria a referência e a diferença no sentido – do ponto de vista da linguagem natural, mas não do ponto de vista lógico. Assim, da mesma forma que Tarski, Carnap falha em explicar a diferença entre palavras de uma mesma classe, pois é assumido que intensão é o mesmo que significado, a única garantia para a diferença na intensão de dois itens lexicais é que ou presumimos que essa intensão é diferente, o que não é explicado pelo sistema, ou que o significado está ligado às condições-de-verdade, o que, novamente, não explica o significado de uma palavra. Carnap apela então para os *postulados de significado*, estipulações sobre as relações entre os diferentes itens lexicais.

Em essência, um *postulado de significado* é uma estipulação das relações entre os itens lexicais. Em outras palavras, os postulados de significado são uma descrição em termos lógicos das relações entre os referentes ou (na terminologia de Carnap) extensões. Ao estabelecer um postulado de significado como (1.02), abaixo:

$$(1.02) (\forall x)(\text{Solteiro}(x)) \rightarrow (\sim\text{Não-casado}(x))$$

²⁹ O principal interesse de Quine eram os compromissos ontológicos e o comportamento dos

estipula-se que qualquer indivíduo que esteja na extensão do predicado ‘solteiro’ não está na extensão de ‘casado’ – as duas extensões estão, dessa forma, separadas.

A função de um postulado de significado é comumente descrita como relacionada às inferências que dele decorrem, e, particularmente, às inferências de base *semântica*. Por exemplo, as seguintes inferências são intuitivamente (semânticamente) válidas:

(1.03) João é solteiro.

João é não-casado.

(1.04) Isso são rosas.

Isso são flores.

(1.05) João correu.

João se moveu

(1.06) João viu Pedro correr.

Pedro correu.

O fato mais importante de tais inferências é que qualquer falante competente parece reconhecer a validade de (1.03) a (1.06), embora elas não sejam logicamente válidas quanto à lógica de primeira ordem (por exemplo, de ‘Rex é um cão’, temos que ‘existem cães’). Os postulados de significado têm grande importância para a Semântica de um modo geral. Eles se parecem com o que há de mais próximo da descrição do significado de um item lexical, e também po-

dem ser usados para dar o significado de expressões e sentenças estruturalmente compostas.

Mas apesar de a teoria dos postulados de significado parecer o que mais se aproxima do significado lexical, ainda parece faltar algo na sua formulação. Embora os postulados de significado fossem capazes de dar conta da descrição do significado de uma entrada lexical, e de aproximar o significado de uma entrada lexical a uma intensão, separando itens dentro de uma mesma categoria lexical, eles não são suficientemente específicos a ponto de estipular que ‘mesa’ se refere às mesas no mundo real, ou que ‘bola’ se refere às bolas, e assim por diante – eles parecem ligados, exclusivamente, ao sistema lingüístico do qual fazem parte.

Após a teoria dos postulados de significado de Carnap, surgiram outras teorias descritivas para o significado das palavras. Essas teorias, lingüísticas, e, não mais apenas filosóficas, buscavam decompor cada item lexical em redes ou árvores representando todos os possíveis sentidos do item em questão.

É aqui que as teorias formalistas da tradição filosófica se mesclam às teorias lingüísticas. É dessa tradição de decompor os itens lexicais que surgem propostas tais como a de Katz.

1.2.2.4.1 – Semântica Lexical: Formalismo Lingüístico

Como apresentamos anteriormente, Katz trouxe para a lingüística gerativa e, mais especificamente, para a semântica gerativa, tudo o que havia na semântica de base estruturalista, mais o que havia de importante para as teorias formalistas, e ligou tudo ao que era importante para a teoria gerativa: a concepção naturalista e a formalização.

O termo ‘formalização’ deve ser entendido aqui como a estrutura formal de descrição do significado, algumas vezes valendo-se também de fundamentos formais de descrição sentencial. A partir do trabalho de Katz, outras teorias formais de descrição do significado seguiram, por vezes buscando alguma ligação com a cognição humana – ou, pelo menos, assumindo que a cognição huma-

na é a responsável pela capacidade para a linguagem. O maior interesse dessa época é formalizar os conceitos de maneira a descobrir como a cognição humana faz esse processo, ligando o mundo real com as propriedades cognitivas humanas.

Mas no que tangia a referência no mundo real, nem as teorias decomposicionistas tais como a de Katz, nem a teoria dos postulados de significado parecem diferir. Ainda faltava uma ligação mais direta entre a referência lingüística e o mundo real. Tanto no Estruturalismo quanto no Gerativismo, o significado parecia se perder dentro do próprio sistema lingüístico, sem qualquer ligação com o mundo. Para suprir tal vazio, surgiram as teorias dos protótipos e estereótipos.

Em 1973, Eleanor Rosch propôs uma nova teoria sobre a representação conceitual – a Teoria dos Protótipos. Nessa teoria, os protótipos são os exemplos mais típicos de um determinado conceito, aqueles objetos que vêm à mente dos falantes quando pensando em um certo conceito. Os experimentos de Rosch demonstraram, por exemplo, que um carro é mais facilmente percebido como um exemplo do conceito *veículo* do que uma canoa, e muito mais facilmente percebido como um exemplo de *veículo* do que um elevador; já uma cebola é mais facilmente percebida como exemplo do conceito *vegetal* do que uma abóbora, e assim por diante. Dessa forma, argumentou Rosch, se os conceitos fossem representados meramente por conjuntos de características, então tais diferenças seriam inexplicáveis quando ocorrendo entre itens que possuem as mesmas características. Assim, se a representação mental de um determinado conceito é mais próxima de um bom exemplo, como carro em relação ao conceito *veículo*, então pode-se dizer que carro é o *protótipo* de veículo ou o veículo *prototípico*.

Já a Teoria dos Estereótipos, introduzida por Putnam (1975a), com o objetivo de descrever o conteúdo semântico lexical de palavras do tipo “natural”, como ‘tigre’ e ‘ouro’. De acordo com Putnam (1970/1975b), um falante competente associa com palavras desse tipo uma teoria supersimplificada que não é necessariamente verdadeira para todos os tigres, nem para todo ouro. Essa teoria

é uma descrição de um tigre (ou ouro) típico. Assim, embora existam tigres albinos, a teoria associada a ‘tigre’ descreve os tigres como seres listrados; e embora exista ouro branco, a teoria para ‘ouro’ descreve esse mineral como dourado.

Entretanto, nem a Teoria dos Protótipos, nem a Teoria dos Estereótipos parece dar conta de maneira mais completa do significado associado a um item lexical. Por isso, Minsky propõe um outro tipo de representação – os chamados *frames*. De acordo com Minsky (1975), um *frame* nada mais é do que uma representação das “situações estereotípicas”. Em um *frame*, é possível representar tanto as características necessárias associadas com a palavra quanto as características *tipicamente* associadas com ela. Dessa forma, é possível distinguir os *valores possíveis* dos *valores default* (padrão). O valor *default* é sempre aplicado quando uma propriedade não apresenta informação mais específica – é por isso que, quando um falante qualquer ouve uma história sobre um tigre, sem saber onde ele vive, o falante assume que o tigre vive na selva; se o falante não sabe a cor do tigre, então assume que é amarelo com listras negras; e assim por diante. Obviamente, os tigres não precisam viver na selva, mas, na perspectiva dos *frames*, é possível representar também os habitats em que um tigre poderia viver, o mesmo acontecendo com outras propriedades.

Em meados da década de 1990, surge uma nova proposta que remonta ao ideal katziano de representação semântica formalizada – a Teoria do Léxico Gerativo, de James Pustejovsky³⁰. Em linhas gerais, a Teoria do Léxico Gerativo busca formalizar o léxico através de uma decomposição lexical que seja ao mesmo tempo informativa e realmente gerativa, no sentido de que o léxico não consista apenas de uma enorme lista de sentidos, mas que incorpore também a possibilidade de combinar e derivar novos sentidos a partir da combinação de propriedades de um número finito de entradas lexicais. Nesse sentido, a proposta de Pustejovsky se aproxima daquela de Jackendoff, integrando representação formalizada e flexibilidade semântica.

³⁰ A Teoria do Léxico Gerativo é o assunto do segundo capítulo do presente trabalho.

Após essa breve revisão histórica dos estudos sobre como as palavras referem e o quê, exatamente, elas referem, faz-se necessário uma parada estratégica e resumo do que foi visto até aqui.

Os primeiros debates a respeito da natureza da linguagem dentro da tradição Ocidental de ciência se deram na Antigüidade Clássica, com os filósofos gregos Sócrates e Platão. Nesses debates, foram identificadas duas correntes de pensamento: a *naturalista* e a *convencionalista*.

No final do século XIX e início do século XX, debates quanto à natureza da referência lexical voltam a ter importância, dentro da perspectiva formalista de Frege. Entretanto, nessa interface Lógica/Linguagem Natural, a sentença passa a ter mais importância o que as palavras de maneira isolada, e a perspectiva formalista volta-se, durante muito tempo, exclusivamente para o significado composicional.

No século XX, Ferdinand de Saussure instrumentaliza a Teoria Lingüística, inserindo-a nas Ciências Sociais, como parte da Psicologia Social, fundando o Estruturalismo Lingüístico. Sendo a linguagem um fenômeno social, parte da convenção social, o Estruturalismo faz parte da corrente convencionalista como apontada por Sócrates. Para os estruturalistas, o significado está no sistema lingüístico. Essa perspectiva dura até a década de 1950.

Na década de 1950, ocorre a Revolução Cognitiva. A mudança mais drástica se dá no nível dos fundamentos – o que antes era tomado como social, externo ao indivíduo no Estruturalismo e no Behaviorismo, passa a ser entendido como de ordem cognitiva, interno ao indivíduo. A Lingüística, nessa perspectiva, faz parte da Biologia e da Psicologia Cognitiva. Sendo a Lingüística parte do mundo natural, essa perspectiva insere-se na corrente naturalista tal como apontada por Sócrates.

Na transição Estruturalismo-Cognitivismo, muito do que estava passou a ser observado através do novo filtro, e muitos dos avanços da época anterior foram assumidos ou revistos, incorporados agora a esse novo *framework* cognitivista.

De maneira mais específica, na Semântica Lexical, os convencionalistas/estruturalistas assumiam que o significado era parte do sistema lingüístico, que era definido pela sociedade. Já os naturalistas/cognitivistas assumiam que o significado era parte do mundo natural, e que os conceitos referidos pelas palavras remetiam a referências no mundo real.

Para os convencionalistas/estruturalistas, o significado de uma palavra podia ser decomposto em outras palavras, que participavam do seu significado. Por exemplo, o significado de ‘solteiro’ poderia ser decomposto nas palavras ‘humano’, ‘macho’, ‘adulto’, ‘não-casado’, que participariam do seu conteúdo semântico. Para os naturalistas/cognitivistas, entretanto, embora houvesse um tipo de decomposição lexical, essa decomposição não era de uma palavra, mas de um conceito – enquanto uma palavra estava no sistema lingüístico, o conceito estava no cérebro/mente. Enquanto o significado de uma palavra possa ser decomposto em outras palavras, o significado de um conceito não pode ser decomposto em outros conceitos, mas possui relações inferenciais com outros conceitos. Nessa perspectiva, chamada de atomista, o conceito é a unidade mínima de significado.

Na continuação de nosso trabalho, apresentaremos duas teorias semânticas lexicais. Uma, de base convencionalista/decomposicionalista, e, a outra, naturalista/cognitivista. A primeira, a Teoria do Léxico Gerativo, de James Pustejovsky, será apresentada no próximo capítulo. A segunda, a Hipótese da Linguagem do Pensamento, de Jerry Fodor, será o tema do nosso quarto capítulo. Apresentaremos o tratamento dispensado por essas duas teorias para o léxico e, mais especialmente, para os verbos causativos, a fim de avaliar o debate entre atomistas e decomposicionalistas quanto ao tratamento dos verbos causativos em nosso quarto capítulo.

Passamos, agora, aos verbos causativos.

1.3 – CAUSATIVIDADE LINGÜÍSTICA

O tópico da causatividade é central para muitos debates em Filosofia, e

gerou um sem-número de discussões envolvendo grandes nomes dessa área (Platão, Hume, Russell e Davidson, para citar apenas os mais proeminentes). Enquanto ‘causatividade’ é um termo que se refere ao fenômeno mais geral de causa e efeito, tendo implicações na Física, na Química e, também, em outras Ciências, o tópico da causatividade, em Lingüística, é muito mais pontual, restrito à sua expressão em linguagem natural.

Entretanto, a causatividade também gerou um grande número de debates dentro da gramática tradicional e da Lingüística, em todas as suas perspectivas (Estruturalista³¹, Cognitivista e Computacional, por exemplo). Esse tópico também foi instrumental no desenvolvimento de novas gramáticas – como a Gramática de Casos, de Fillmore (1968).

Algumas das questões mais proeminentes ligadas à causatividade lingüística são:

- (1) As relações lexicais;
- (2) As funções semânticas dos sintagmas nominais;
- (3) As relações de acarretamento;
- (4) As relações de sinonímia/paráfrase;

O presente trabalho, entretanto, visa a avaliar o tratamento dispensado por duas teorias semânticas lexicais para os verbos causativos. Assim, nos detemos, no desenvolvimento desta seção, nas questões *lexicais* da causatividade.

O objetivo da presente seção é apresentar de maneira basilar os verbos

³¹ A Teoria do Léxico Gerativo, de James Pustejovsky, e a Hipótese da Linguagem do Pensa-

causativos e algumas das formas de expressão da causatividade lingüística, salientando pontos importantes para o desenvolvimento do restante do presente trabalho. Não nos deteremos, aqui, em questões outras, ou teorias específicas a respeito do tópico da causatividade. Buscamos apenas caracterizar o fenômeno da causatividade em linguagem natural para que possamos apresentar o tratamento de duas teorias semânticas lexicais, e avaliar o tratamento que os verbos causativos recebem dessas mesmas duas teorias.

1.3.1 – VERBOS CAUSATIVOS

A causatividade será assumida neste trabalho como a expressão do fenômeno causa-efeito em linguagem natural. O fenômeno causa-efeito pode ser entendido, em linguagem natural, como apontando uma *mudança de estado*. Nesse sentido, é possível definir os causativos como quaisquer expressões que indiquem mudança de estado.

De acordo com Shibatani (1976), a maneira mais fácil de definir a causatividade em linguagem natural talvez seja através da caracterização da situação – que esse pesquisador chama de ‘situação causativa’ – que os causativos expressam. Assim, dois eventos são tomados como em uma situação causativa se as seguintes duas condições são verificadas:

- (1.07) a. A relação entre os dois eventos é tal que o falante acredita que a ocorrência de um evento, ‘o evento causado’, se deu no tempo t_2 , que segue t_1 , o momento do ‘evento causador’.
- b. A relação entre o evento causador e o evento causado é tal que o falante acredita que a ocorrência do evento causado é totalmente dependente da ocorrência do evento causador; a dependência desses dois eventos aqui deve ser tal que permita ao falante compreender a inferência contra-factual de que o evento causado não a-

conterceria naquele tempo particular caso o evento causador não tivesse acontecido, se todas as outras condições permanecessem as mesmas.

Embora o trabalho de Shibatani se insira na Sintaxe Funcional de Givón, que assume uma certa intensionalidade por parte dos falantes a cada enunciado, a sua definição de situação causativa não é prejudicada se a entendemos de maneira aberta – ao invés de assumir um falante para cada exemplo, e a crença do falante no que está dizendo, podemos nos ater, exclusivamente, ao conteúdo do que está sendo transmitido pelo exemplo.

Um ‘evento’, tal como apontado acima por Shibatani (1976), pode ser qualquer situação, como, por exemplo, aquelas em (1.08a-c), abaixo:

(1.08) a. João fez com que o carro parasse.

(a ação de João fez com que o carro, antes em movimento, paras-se)

b. Eu fervei uma água para o chimarrão.

(minha ação alterou a água da temperatura ambiente para o estado fervido)

c. A queda do dólar diminuiu a inflação.

(a mudança no estado do dólar alterou o estado da inflação)

Essa mudança de estado pode ser expressa de diversas maneiras nas línguas naturais. Por isso, a manifestação do fenômeno causa-efeito, a causatividade, também é chamada de ‘alternância causativa’. Por exemplo, (1.09a-b), abaixo:

(1.09) a. O governo aumentou os juros

b. Os juros aumentaram.

A construção transitiva em (1.09a) é considerada a expressão clássica da causatividade. Já a construção em (1.09b) também é chamada de forma anticausativa, incoativa, inacusativa ou ergativa, entre outras denominações³².

Existe ainda a possibilidade de a causatividade ser expressa por uma construção com o pronome reflexivo:

(1.10) a. Eu quebrei o vidro.

b. O vidro (se) quebrou.

Como demonstrado em (1.09a-8) e (1.10a-b), é possível distinguir pelo menos três maneiras de expressar a causatividade em linguagem natural – e, de maneira mais específica, no português brasileiro³³: transitiva, intransitiva, e reflexiva. Mas é possível identificar também formas diferentes de expressão da alternância causativa em linguagem natural – as mencionadas anticausativa, incoativa, inacusativa e ergativa.

Apresentaremos cada uma dessas em uma subseção própria, logo abaixo.

1.3.1.1 – Inacusativo

O termo ‘inacusativo’ é usado porque se supunha que os verbos nessa diátese³⁴ têm sua estrutura superficial derivada através do movimento do objeto

³² Mais adiante, discutimos e esclarecemos essa nomenclatura.

³³ Como o nosso objetivo nesta seção é apenas caracterizar a causatividade em linguagem natural, não nos detemos em exemplos em outras línguas, a não ser quando estreitamente necessário.

³⁴ ‘Diáteses’ são ‘subvozes’ gramaticais que indicam a orientação de como os participantes da oração são expressos: (1) Diátese Ativa: a ação transita do primeiro para o segundo participante (‘Ronaldinho marcou o gol da vitória’); (2) Diátese Passiva: o primeiro participante sofre a ação do segundo (‘O gol foi marcado por Ronaldinho’); (3) Diátese Reflexiva: o

profundo para a posição de sujeito pela não-atribuição de caso a este argumento na posição de base. Essa suposição vem da *Generalização de Burzio* (Burzio, 1986), que diz que:

(1.11) Os verbos que não atribuem papel temático ao sujeito não atribuem caso acusativo, e vice-versa.

O objeto se moveria, então, para a posição de sujeito e, dessa maneira, poderia atribuir caso nominativo. A inacusatividade não ocorre em todas as línguas, mas pode ser verificada em português europeu, onde o clítico é o objeto e, não, o sujeito da oração, em sentenças tais como (1.12), abaixo³⁵:

(1.12) Coisas destas, há-as aos montes em Marrocos.

Já no português brasileiro, o clítico acusativo de terceira pessoa não é mais usado. Mesmo com o verbo *ter*, a forma final é um acusativo³⁶:

(1.13) a. Tinha o banheiro feminino e o masculino naquele corredor.

b. *O banheiro masculino e o feminino tinham naquele corredor.

Apesar de a Generalização de Burzio falhar em muitas línguas (como em

primeiro participante é o mesmo que o segundo ('Ronaldinho marcou o seu gol'); (4) Diátese Recíproca: o primeiro e o segundo participantes sofrem uma mesma ação ao mesmo tempo ('Aquela partida consagrou Robinho e a sua pedalada'); (5) Diátese Causativa: aumenta em um o número de participantes do verbo ('Felipão fez o time repassar a estratégia'); (6) Diátese Recessiva: diminui em um o número de participantes do verbo ('O jogo acabou' (compare com 'O árbitro acabou a partida'))).

³⁵ Exemplo de Eliseu (1984).

³⁶ O que parece indicar que o sintagma nominal em posição pós-verbal com o verbo *ter* (no sentido de existir) não é sujeito.

latim e russo, por exemplo), ela se aplica em algumas outras (como o inglês)³⁷.

1.3.1.2 - Ergativo

‘Ergativo’³⁸ é uma denominação dada a todos os verbos que expressam ação, atividade, trabalho. Entretanto, essa denominação vem das *línguas ergativas*, que tratam (marcam) o agente dos verbos transitivos de maneira diferente do sujeito dos verbos intransitivos e do objeto dos verbos transitivos. As línguas ergativas mantêm uma equivalência entre o objeto de um verbo transitivo e o sujeito de um verbo intransitivo.

Nas línguas ergativas, quando o verbo é transitivo, o sujeito recebe o caso ergativo; quando o verbo é intransitivo, o sujeito fica no mesmo caso que um objeto direto, o caso absolutivo. Uma língua ergativa é o basco. Como exemplo³⁹, (1.14a-b), abaixo:

(1.14) a. Gizona etorri da.

(O.homem-ABS chegou)

“O Miguel quer café”

b. Gizonak mutila ikusi du.

(O.homem-ERG menino-ABS viu)

“O homem viu o menino”

‘Gizona’ (‘o homem’, em basco) tem uma marcação de caso diferente de-

³⁷ Como o objetivo desta seção não é avaliar o tratamento mais específico dispensado por certas teorias para certos fenômenos, mas, simplesmente, apresentar as formas de expressão da causatividade lingüística, não entraremos nos detalhes da Generalização de Burzio. Para um debate mais extenso sobre esse tópico, ver Burzio (1986), e Souza (1999).

³⁸ ‘Érgon’, em grego, significa ‘ação’, ‘trabalho’.

pendendo de o verbo ser transitivo ou intransitivo. Em (1.14a), a marcação é dada por um morfema nulo visto que se trata do caso absoluto. (1.14b), por sua vez, é a forma ergativa, marcada pelo sufixo ‘-k’. Tanto o sujeito da sentença intransitiva quanto o objeto da transitiva tem o mesmo caso absoluto, enquanto o caso ergativo aparece apenas no agente transitivo.

Nas línguas não ergativas, a denominação da forma ‘ergativo’ se aplica aos verbos que têm como sujeito o objeto da forma transitiva, como nos casos em (1.15a-b), abaixo:

(1.15) a. As lojas aumentaram *os preços*.

b. *Os preços* aumentaram.

1.3.1.3 - Incoativos

Em latim, ‘inchoare’ significa ‘começar’. A forma incoativa, então, indica o início de algum estado ou evento, e aparece, normalmente, com verbos intransitivos ou reflexivos. Entretanto, a forma incoativa também pode indicar a continuação, a manutenção, de um estado anterior. Por exemplo, (1.16a-c), abaixo:

(1.16) a. Ele envelheceu.

b. As folhas amarelaram.

c. A situação se estabilizou.

‘Envelhecer’, ‘amarelar’ e ‘estabilizar’ são considerados incoativos porque podem referir tanto a passagem de um estado em que o sujeito não é/está

³⁹ Exemplos retirados de <http://en.wikipedia.org/wiki/Ergativity>.

velho/amarelo/estabilizado para outro em que ele o *é/está*, quanto a passagem de um estado em que o sujeito *é menos* velho/amarelado/estabilizado para outro em que ele *é mais* velho/amarelado/estável.

Um exemplo de situação em que o incoativo indica a manutenção de um estado é dado em (1.17a-b), abaixo:

(1.17) a. O governo manteve a situação sob controle.

b. A situação se manteve sob controle.

1.3.1.4 - Anticausativo

Os anticausativos são verbos intransitivos onde o evento causador afeta o seu próprio sujeito, e dá qualquer indicação semântica ou sintática da causa desse evento. O sujeito do verbo inacusativo é o paciente, o experienciador. Pode-se assumir uma causa ou agente para a causatividade nesses casos, mas a estrutura sintática dos anticausativos tornam difícil a sua referência direta.

Por exemplo, os pares (a, b) em (1.18), (1.19) e (1.20), abaixo⁴⁰:

(1.18) a. Ele quebrou a janela.

b. A janela quebrou.

(1.19) a. O capitão afundou o navio.

b. O navio afundou.

(1.20) a. João ferveu o leite.

b. O leite ferveu.

⁴⁰ Os exemplos em (b) são a forma anticausativa.

1.3.2 – O QUE É IMPORTANTE DESTACAR

Como apresentado na seção (e subseções) acima, a causatividade, em linguagem, é a expressão de uma *mudança de estado*, e pode ser expressa de maneiras diferentes nas línguas naturais.

A causatividade lingüística remete, basicamente, a duas coisas:

- (1) Expressão sintática.
- (2) Expressão semântica.

A expressão sintática é refletida na da estrutura da sentença. A expressão semântica é a indicação da mudança de estado de um ponto anterior no tempo para um ponto posterior.

Como apresentamos nas duas primeiras seções do presente capítulo, existem pelo menos duas correntes de pensamento associadas à Lingüística – convencionalista e naturalista – que buscam explicar como as palavras referem e o quê as palavras referem. Cada uma dessas duas correntes de pensamento assume hipóteses e suposições próprias também quanto ao tratamento da causatividade em Lingüística.

Depois da proposta de Katz para a decomposição dos itens lexicais, seguiram-se muitos outros trabalhos que visavam a explicar como a sintaxe e a semântica estão organizadas dentro das palavras. Ou seja, esses trabalhos buscavam explicar a organização de (1) e (2) dentro das palavras.

Desse objetivo, surgiram duas linhas de pensamento. Uma delas, tal como Katz, assume que o significado de um item lexical, de uma palavra qualquer, poderia ser decomposto em outras palavras que participam do significado dessa palavra primeira, sob análise. A outra linha de pensamento assume que o significado não pode ser decomposto – é atômico.

No que tange aos causativos, os decomposicionalistas acreditam que o significado de verbos causativos, tal como ‘matar’, podem ser decompostos. ‘Matar’, nessa perspectiva, poderia ser decomposto em ‘causar a morte de’. Visto que pares de sentenças que apresentem ‘matar’ ou ‘causar a morte de’⁴¹ não parecem sofrer alteração (aparente) de significado na presença de uma ou de outra forma de expressão, a vertente decomposicionalista ganhou muitos adeptos ao longo da história da Semântica Lexical.

Os atomistas, por um outro lado, não acreditam na decomposição de uma palavra em outras palavras. Para essa linha de pensamento, fortemente associada à cognição, as palavras remetem a conceitos no cérebro/mente. Esses conceitos são atômicos, e sua definição é dada através de domínios inferenciais. No caso de um verbo causativo tal como ‘matar’, a inferência básica seria ‘(Mxy → Dy)’⁴². E, se existe algum tipo de similaridade entre ‘matar’ e ‘causar a morte de’, então essa similaridade é, simplesmente, uma similaridade entre as inferências. Por exemplo, ‘matar’ e ‘causar a morte de’ compartilham a inferência de ‘y morreu/está morto’. Quando essa inferência é expressa de um ou de outra forma, a inferência básica se mantém a mesma, mas o significado das duas sentenças é diferente.

O ponto central do debate clássico entre atomistas e decomposicionalistas é exatamente o tratamento dispensado por uma ou outra linha de pensamento para o léxico. E esse debate clássico é o ponto central da presente tese.

No segundo e no terceiro capítulos de nossa tese, apresentaremos uma teoria decomposicionalista e, outra, atomista, mostrando o tratamento dispensado por essas teorias para o léxico e para a causatividade lingüística, tal como apresentado neste capítulo.

Em nosso quarto capítulo, proporcionaremos um “debate teórico”, avaliando o tratamento dispensado por essas duas teorias para os causativos, a partir de uma perspectiva relativamente nova em Filosofia da Ciência – a Perspectiva

⁴¹ Compare: ‘João matou Pedro’ e ‘João causou a morte de Pedro’.

⁴² ‘Se x matou y, então y morreu/está morto’.

das Interfaces.

Passamos, então, à Teoria do Léxico Gerativo, de James Pustejovsky.

2 – A TEORIA DO LÉXICO GERATIVO

2.1 – SOBRE O NOSSO SEGUNDO CAPÍTULO

O segundo capítulo de nossa tese visa a apresentar a Teoria do Léxico Gerativo, de James Pustejovsky, e o tratamento dispensado por essa teoria para o léxico e, mais especificamente, para a causatividade lingüística.

Começaremos por apresentar os fundamentos assumidos por Pustejovsky quando do desenvolvimento da Teoria do Léxico Gerativo, seguindo então para a apresentação de sua teoria em si.

2.2 – FUNDAMENTOS DA TEORIA DO LÉXICO GERATIVO

(2.01) “The major part of semantic research until fairly recently has been on logical form and the mapping from a sentence-level syntactic representation to a logical representation language.” (Pustejovsky 1995:33)

Para James Pustejovsky, até meados da década de 1990, pouco havia sido dito, e, menos ainda, pesquisado, sobre o léxico em si. Como mostramos no primeiro capítulo de nosso presente trabalho, enquanto os tópicos sobre a forma sintática e a interpretação semântica eram tomados e retomados ao longo de obras e programas de pesquisa inteiros, poucas pesquisas eram dedicadas exclu-

sivamente ao léxico ou ao conhecimento lexical, embora, como Frege o fez, já se assumisse, tanto de maneira teórica quanto de maneira epistêmica, que muito da informação estrutural de uma sentença é mais bem representado através da perspectiva lexical.

Assim, em 1995, James Pustejovsky publicou o livro intitulado *The Generative Lexicon*, situado no âmbito da semântica lexical, onde propôs a Teoria do Léxico Gerativo, que lida, em especial, com o problema da multiplicidade de significados das palavras. O diferencial do modelo proposto em Pustejovsky (1995) para outros modelos decomposicionalistas até então é que a Teoria do Léxico Gerativo busca tratar de fenômenos como a natureza polimórfica da linguagem e o uso criativo das palavras em contextos novos, coisa que as teorias decomposicionalistas até então não faziam, tratando o léxico como uma lista ou conjunto estático de palavras, sem explicar a relação entre as palavras quando em um contexto.

Para a pesquisa desenvolvida nessa obra, Pustejovsky partiu três princípios:

(A) É necessário uma noção clara de boa-formação semântica para caracterizar uma teoria do significado – em outras palavras, desligar a noção de significado lexical de outras influências semânticas, como fatores do discurso ou da pragmática¹;

(B) A semântica lexical deve procurar representações mais ricas que simples descrições de papéis temáticos² como método detalhado e organizado para a decomposição lexical³;

¹ O que sugere que esses outros fatores devem ser tratados de maneira diferente, ou separadamente, das contribuições semânticas dos itens lexicais do texto ou discurso.

² Ver Grubber (1965) e Fillmore (1968). Para Pustejovsky (1995), papéis temáticos são mais úteis para estabelecer o mapeamento de estruturas sintáticas na linguagem, mas grosseiros demais para serem úteis para uma interpretação semântica mais profunda de uma sentença.

³ De acordo com Levin & Rappaport (1986), papéis temáticos são úteis, no máximo, para esta-

(C) A semântica lexical deve estudar todas as categorias sintáticas, a fim de caracterizar a semântica da linguagem natural⁴.

A partir desses princípios, Pustejovsky (1995) assume que os objetivos de qualquer teoria dentro da área da semântica lexical são:

- (i) classificar adequadamente os itens lexicais de uma língua, em classes que relacionem suas expressões sintáticas e semânticas;
- (ii) representar formalmente a linguagem, para capturar a natureza gerativa da criatividade lexical e o fenômeno da extensão do sentido;
- (iii) descrever como as expressões da linguagem natural têm conteúdo e explicar como esse conteúdo pode ser modificado quando em contextos novos;
- (iv) fornecer um tratamento unificado tanto para o fenômeno da polivalência quanto para o da mudança de tipos e da polissemia.

Para James Pustejovsky, o léxico não pode ser representado como um conjunto estático de palavras; assim, uma teoria semântica lexical qualquer não deve mapear apenas o significado de itens lexicais dentro da sentença, de maneira estática e individual, mas capturar as relações semânticas existentes entre as palavras, de modo a facilitar esse mapeamento. Com esse argumento, Puste-

belecer estratégias muito gerais de mapeamento das estruturas sintáticas de uma linguagem.

⁴ Para Pustejovsky (1995), isso significa que o léxico deve trazer, diferentemente do que outras pesquisas apontam, informações para outras classes de palavras além da classe dos verbos, sempre privilegiada em estudos anteriores à Teoria do Léxico Gerativo.

jovsky (1995) salienta a importância da sintaxe, uma vez que o significado não pode ser completamente desligado da estrutura que o carrega.

Embora não aponte diretamente, existe um pressuposto que pode ser inferido de uma leitura de Pustejovsky (1995). A Teoria do Léxico Gerativo não explicita a natureza das palavras, apenas assume que elas existem dentro do sistema de cada língua. Essa hipótese aponta uma forte conexão da Teoria do Léxico Gerativo com a corrente convencionalista tal como apontada por Sócrates e, depois, elaborada por Saussure e seus discípulos. Mesmo que de maneira implícita, a Teoria do Léxico Gerativo assume que todas as palavras estão interligadas quanto ao seu significado, sendo que o significado de uma palavra é dado pela decomposição do significado dessa palavra primeira em outras palavras. Se isso é assim, então as palavras existem dentro de um mesmo sistema lingüístico, tal como o desenhado pelo Estruturalismo Lingüístico, onde tudo é interno ao sistema. Por essa razão identificamos a Teoria do Léxico Gerativo com a corrente decomposicionalista no primeiro capítulo da presente tese.

É importante não esquecer também do objetivo mais geral da Teoria do Léxico Gerativo – servir de descrição do funcionamento das palavras para a programação de computadores. Ou seja, a identificação do sistema de funcionamento do léxico de maneira tal a possibilitar a sua replicação em sistemas computacionais.

Com esses fundamentos em mente, James Pustejovsky desenvolveu sua teoria semântica lexical decomposicional intitulada Teoria do Léxico Gerativo.

2.3 – A TEORIA DO LÉXICO GERATIVO

(2.02) “Besides grouping words into distinct semantic classes, lexical semantics is the study of how words are semantically related to one another” (Pustejovsky, 1995:23)

Como vimos na subseção anterior, a teoria semântica lexical apresentada por James Pustejovsky em seu *The Generative Lexicon* parte do princípio de que o léxico não pode ser representado como um conjunto estático de palavras. Para esse autor, é necessário um modelo mais complexo que o desenvolvido pelas teorias lexicais até então, que tratavam o léxico ou como uma lista numerada de sentidos, como nas teorias decomposicionalistas anteriores a dele, ou que não tratavam o léxico de maneira individual, preocupando-se com fatores estruturais ou composicionais da sentença, como os estudos de base lógica. Para Pustejovsky (1995), tal modelo deve ser formado por um sistema de representação do conhecimento lexical em conjunção com mecanismos gerativos para mais bem captar a natureza polimórfica da linguagem e o uso criativo das palavras em diferentes contextos.

De acordo com Pustejovsky (1995), existe uma série de regularidades lingüísticas que podem ser geradas por um sistema tal como o da teoria do léxico gerativo. Dessas generalizações, temos como resultado um léxico com um número menor de entradas lexicais do que o apresentado por outros modelos de representação do significado, como os léxicos de enumeração do sentido, que permitem que o léxico tenha múltiplas listas de palavras, cada uma anotada em separado com um significado ou sentido lexical estático. Em um léxico de enumeração de sentido, teríamos, grosso modo, entradas tais como aquelas em (2.03), abaixo:

(2.03) a. Manga = fruta.

b. Manga = parte de uma peça de vestuário (camisa, camiseta).

Ou seja, léxicos de enumeração de sentido recorrem a listas intermináveis de entradas em separado, cada qual representando um sentido possível de uma mesma palavra⁵. Mas para se alcançar o grau computacional exigido por Puste-

⁵ Embora seja possível argumentar que não se trata da *mesma* palavra – apenas de uma forma léxico-morfológica homônima.

jovsky, o mais relevante é considerar as relações lógicas entre os sentidos que um determinado item lexical pode assumir do que simplesmente listar os diferentes sentidos que ele pode assumir quando em determinado contexto ou situação. Um sistema que considere tais relações lógicas pode, então, prever a conexão entre ‘janela’, significando objeto físico, e ‘janela’, significando abertura, por exemplo. Em suma, as propriedades dos itens lexicais podem – e, para Pustejovsky (1995), *devem* – ser previstas pelo sistema, simplificando as entradas lexicais em si.

2.3.1 – A REPRESENTAÇÃO EM NÍVEIS

(2.04) “Assuming that the core problem for natural language semantics is one of assigning the correct semantic interpretation to any string in the language, we would hope that the mapping between word forms and semantic forms can proceed in a well-defined and possibly deterministic process” (Pustejovsky, 1995:34)

A teoria do léxico gerativo assume, nos termos de Pustejovsky (1995), um método procedural de decomposição lexical. Para tanto, o autor propõe um modelo de decomposição formal da linguagem, que seja tanto expressivo quanto flexível o suficiente para capturar a natureza gerativa da criatividade lexical e o fenômeno da extensão do sentido. Nesse modelo, os itens lexicais são decompostos em formas estruturadas sobre os quais operam mecanismos gerativos. Pustejovsky (1995) usa o termo ‘gerativo’ no sentido chomskyano – de que através de uma decomposição adequada da estrutura interna das palavras, e da descrição das relações entre as estruturas internas das palavras quando de seu uso, um sistema tal como o da Teoria do Léxico Gerativo pode descrever o processo de ‘geração’ de sentido e encontrar o sentido procurado pelo usuário da linguagem quando de sua opção pelas palavras escolhidas. Dessa forma, um léxico gerativo é um sistema computacional envolvendo níveis de representação. É através do cruzamento entre as formas estruturalmente decompostas em níveis de representação com os mecanismos gerativos que se chega à representação completa do significado de um item lexical.

Essa representação estruturada é dividida em quatro níveis. São eles:

1. *Argument Structure* (Estrutura Argumental): especifica o número e o tipo de argumentos lógicos e como se dá a sua realização sintática;
2. *Event Structure* (Estrutura de Evento): define os tipos de evento de um item lexical ou de uma frase e distingue ESTADOS, PROCESSOS e TRANSIÇÕES; e também prevê estruturas sub-eventuais;
3. *Qualia Structure* (Estrutura Qualia): apresenta os atributos essenciais de um objeto, os modos de explanação desse objeto, através dos papéis FORMAL, CONSTITUTIVO, TÉLICO e AGENTIVO;
4. *Lexical Inheritance Structure* (Estrutura de Herança): identifica o modo como uma estrutura lexical está relacionada com outras estruturas no *type lattice*, e a sua contribuição para a organização global de um léxico.

Apresentaremos, nas subseções 2.3.1.1-2.3.1.4, cada um desses níveis de representação em detalhes.

2.3.1.1 - A Estrutura Argumental

(2.05) “What began as the simple listing of the parameters or arguments associated with a predicate has developed into a sophisticated view of the way arguments are mapped onto syntactic expressions.” (Pustejovsky 1995:63)

O detalhe da arquitetura proposta por Pustejovsky (1995) para a representação da decomposição lexical é que a estrutura argumental não é suficiente, por si só, para caracterizar o significado, como proposto anteriormente, em outras teorias (Gleitman, 1990; Fisher, Gleitman & Gleitman, 1991; Pinker, 1989).

De acordo com Pustejovsky (1995), a estrutura argumental de uma palavra pode ser entendida como a especificação mínima de sua semântica lexical. Embora por si só a estrutura argumental de uma palavra seja inadequada para capturar a caracterização semântica de um item lexical, ela é um componente necessário para essa tarefa. Sendo assim, Pustejovsky (1995) introduz uma dis-

tinção entre os quatro tipos de argumentos para os itens lexicais: os ARGUMENTOS VERDADEIROS, os ARGUMENTOS *DEFAULT*, os ARGUMENTOS SOMBRA, e os ADJUNTOS VERDADEIROS:

1. ARGUMENTOS VERDADEIROS: são parâmetros do item lexical realizados sintaticamente, e devem, necessariamente, vir expressos sintaticamente: ‘João chegou tarde’;
2. ARGUMENTOS *DEFAULT*: são o significado tido como padrão, os parâmetros que participam das expressões lógicas na estrutura qualia, mas que não são necessariamente expressos sintaticamente: ‘João construiu a casa com tijolos’;
3. ARGUMENTOS SOMBRA: são os parâmetros que são incorporados semanticamente no item lexical; eles podem ser expressos apenas por operações de subtipagem ou por especificações do discurso: ‘Maria fritou o peixe com um óleo caro’;
4. ADJUNTOS VERDADEIROS: são os parâmetros que modificam a expressão lógica, mas que também são parte da interpretação situacional, e que não estão vinculados a qualquer representação semântica de um item lexical particular: ‘João foi para Porto Alegre no domingo’.

Dados esses quatro tipos de estrutura de argumento, Pustejovsky (1995) assume que os argumentos para um item lexical ARG_1, \dots, ARG_n são representados em uma lista onde o *argumento tipo* (“argument type”) é codificado diretamente na estrutura de argumento – ARGSTR – como mostrado em (2.06), abaixo, onde o D-ARG é um argumento *default*, e S-ARG é um argumento sombra:

$$(2.06) \quad \left(\begin{array}{l} \alpha \\ ARGSTR = \end{array} \left(\begin{array}{l} ARG_1 = \dots \\ ARG_2 = \dots \\ D-ARG = \dots \\ S-ARG = \dots \end{array} \right) \right)$$

Para exemplificar, a semântica lexical do verbo ‘construir’ poderia ser (parcialmente) representada com as especificações da estrutura de argumento em (2.07), abaixo:

$$(2.07) \left(\begin{array}{l} \text{construir} \\ \text{ARGSTR} = \end{array} \left(\begin{array}{l} \text{ARG}_1 = \text{indiv\u00edduo_animado} \\ \text{ARG}_2 = \text{artefato} \\ \text{D-ARG} = \text{material} \end{array} \right) \right)$$

O que deve ficar claro quanto à estrutura argumental é a utilidade da distinção lógica entre os argumentos tipo, tanto ao nível descritivo, em termos de cobertura dos tipos possíveis de construção, quanto ao nível teórico, em termos de formulação dos princípios de mapeamento das formas semânticas lexicais.

2.3.1.2 - A Estrutura de Evento

Para Pustejovsky (1995), os eventos desempenham um papel bem reconhecido pelos teóricos da semântica verbal. Normalmente, a variável correspondente aos eventos para um verbo dentro de uma semântica baseada em eventos é listada como um único argumento dentro do parâmetro lógico definido por um predicado ou relação particular. Mas isso assume uma visão atômica onde os aspectos internos do evento que são referidos pela variável única se tornam inacessíveis. Ou seja,

(2.08)“(...) we need a means for both representing the subeventual structure associated with lexical items while expressing the necessary relation between events and the arguments of the verb”. (Pustejovsky 1995:68)

Assim, Pustejovsky (1995) assume que os eventos podem ser sub-

classificados em pelo menos três tipos: PROCESSOS, ESTADOS e TRANSIÇÕES. Além disso, Pustejovsky (1995) também assume uma estrutura sub-eventual para esses tipos de evento. Isso devido à vantagem de permitir princípios de ligação entre predicados e argumentos para se referir a sub-eventos na representação semântica. Assim, a fim de organizar internamente a estrutura de evento, Pustejovsky (1995) propõe três restrições de ordenamento:

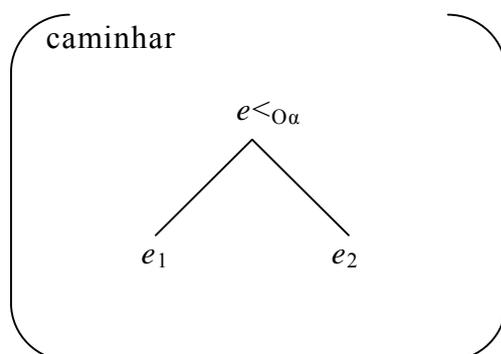
- (2.09) $<_{\alpha}$: *exhaustive ordered part of*: um evento ‘E’ é uma estrutura complexa de evento, constituída de dois sub-eventos, e_1 e e_2 , sendo que e_1 e e_2 são temporalmente ordenados de forma que e_1 preceda e_2 :

$$\left(\begin{array}{l} \text{construir} \\ \text{EVENTSTR} = \end{array} \left(\begin{array}{l} E_1 = \text{processo} \\ E_2 = \text{estado} \\ \text{RESTR} = <_{\alpha} \end{array} \right) \right)$$

- (2.10) O_{α} : *exhaustive overlap part of*: um evento ‘E’ é composto de dois sub-eventos, e_1 e e_2 , que são simultâneos; esse tipo de evento é melhor exemplificado por predicados tais como ‘comprar’ e ‘vender’, que ocorrem simultaneamente:

$$\left(\begin{array}{l} \text{comprar} \\ \text{EVENTSTR} = \end{array} \left(\begin{array}{l} E_1 = \text{processo} \\ E_2 = \text{estado} \\ \text{RESTR} = O_{\alpha} \end{array} \right) \right)$$

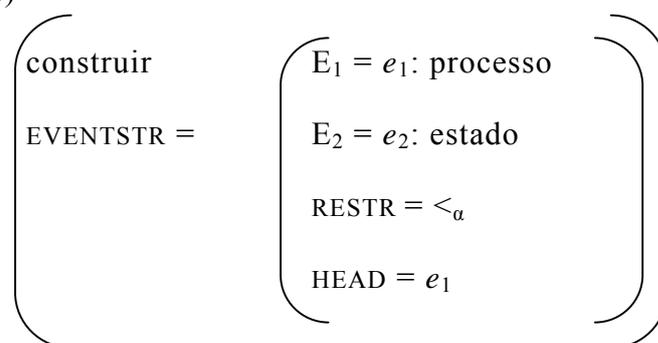
- (2.11) $<_{O_{\alpha}}$: *exhausted ordered overlap*: um evento ‘E’ é constituído de dois sub-eventos simultâneos, e_1 e e_2 , mas que são estruturados de tal maneira que e_1 começa um pouco antes de e_2 :



Pustejovsky (1995) usa o verbo ‘caminhar’ como exemplo de um evento com dois sub-eventos que acontecem quase que simultaneamente porque os processos de movimento se dão em uma relação de sobreposição: o movimento eficiente e anterior das pernas é que traz o movimento final para o corpo.

Entretanto, a noção mais importante fornecida por esse nível de representação do significado lexical é a noção de ‘nuclearidade’ (“*headedness*”). A nuclearidade é uma propriedade de todos os tipos de eventos, mas distingue o conjunto de transições, especificando que parte da matriz do evento está sendo focada pelo item lexical em questão. Assim, a estrutura de evento, além de trazer os dados relativos aos eventos, sub-eventos e as restrições de ordenamento, também aponta o sub-evento mais proeminente dentro da estrutura de um evento maior através da noção de nuclearidade. Por exemplo, a estrutura de evento para o verbo construir, em (2.12), abaixo:

(2.12)



Pustejovsky (1995) chama a estrutura assim representada de ‘estrutura de

evento estendida' (“*extended event structure*”). De acordo com o autor, existem várias motivações para postular um núcleo como parte da estrutura de evento. Por exemplo, sintagmas de predicados denotando transições, preposições e advérbios podem ter seu escopo por sobre todo um evento, ou por sobre sub-eventos pertencentes a um evento maior. Observe-se os exemplos em (2.13), abaixo:

- (2.13) a. João correu para casa por uma hora.
 b. A TV a cabo ficou fora do ar por dois dias.
 c. Maria ficou fora da cidade por duas semanas.

Outra motivação para a postulação de um núcleo como parte da estrutura de evento tem sua origem na maneira como certos advérbios modificam o sub-evento inicial, como no caso de transições:

- (2.14) João construiu a casa cuidadosamente.

Em (2.14), acima, o que está sendo modificado pelo advérbio é o ato de construir, e não o resultado final da construção – i.e., a casa. Através da noção de nuclearidade, a proeminência de um ou de outro evento pode mais facilmente ser identificada quando de sua representação na estrutura de níveis.

De acordo com Chishman (2000):

(2.15) “É, sem dúvida, a possibilidade de *subspecificação semântica* o aspecto mais interessante desse formalismo. Além de indicar que um sub-evento representa o núcleo, (...), uma estrutura de evento também pode representar os sub-eventos como tipos não-marcados.” (Chishman, 2000:52)

Assim, a polissemia acontece exatamente quando uma expressão qualquer

não tem um sub-evento marcado como núcleo. Estruturas de eventos que não têm núcleo marcado permitem tantas interpretações quantos sejam os núcleos de evento potenciais.

2.3.1.3 - A Estrutura Qualia

A estrutura qualia é o grande trunfo da Teoria do Léxico Gerativo. É ela que dá as fundações para uma abordagem semântica inerentemente polimórfica. É a estrutura qualia que dá força relacional a um item lexical. De acordo com Pustejovsky (1995), um léxico gerativo analisa todos os itens lexicais como relacionais até certo grau – mas a maneira como essa propriedade relacional é expressa funcionalmente difere de categoria para categoria, e também de classe semântica para classe semântica.

Essa abordagem do estudo do significado das palavras tem origem, em parte, no trabalho de Moravcsik (1973) sobre os modos de explanação de Aristóteles, que dá ênfase a aspectos do significado de uma palavra ignorados por abordagens formais da semântica lexical. De acordo com Pustejovsky (1995),

(2.16) “By looking at modes of *explanation* for a Word, we permit a much richer description of meaning than either a simple decompositional view or a purely relational approach to Word meaning would allow” (Pustejovsky, 1995:76)⁶

Assim, da mesma forma que a estrutura argumental, a estrutura qualia é subdividida em diferentes subníveis. Cada um desses subníveis corresponde a uma parte constitutiva do significado de um item lexical, mas a estrutura qualia não se limita a listar as propriedades de um item lexical. Uma vez que os valores da estrutura qualia são apresentados na forma de tipos (“*types*”), a estrutura qualia contém os predicados já fornecidos pela própria palavra. Os níveis da estrutura qualia são:

⁶ Ao se olhar para os modos de *explanação* de uma palavra, permitimos uma descrição muito mais rica do significado do que aquela que a abordagem da simples decomposição ou que aquela puramente relacional permitiria.

- *Constitutive Role* (papel constitutivo): expressa a relação de um objeto e seus constituintes ou partes;
- *Formal Role* (papel formal): distingue o objeto dentro de um domínio maior;
- *Telic Role* (papel télico): indica o propósito e a função do objeto:
- *Agentive Role* (papel agentivo): fatores envolvendo a origem ou como um objeto “veio a ser”.

As subseções em 2.3.1.3.1-2.3.1.3.4, logo abaixo, apresentam nos termos de Pustejovsky (1995) cada um dos papéis da estrutura qualia.

2.3.1.3.1 – A Estrutura Qualia – o Papel Constitutivo

O papel CONSTITUTIVO expressa a relação de um objeto e seus constituintes ou partes:

- i. Material
- ii. Peso
- iii. Partes e elementos componentes

mas não se refere apenas às partes ou ao material que constituem um objeto, mas define, para um objeto, do que esse objeto é parte, se é que tal relação existe. A relação `parte_de` permite dois tipos de abstração:

(2.17) a. $\lambda x \exists y [\text{parte_de}(y,x)]$

b. $\lambda x \exists y [\text{parte_de}(x,y)]$

A função (2.17a) define a relação ‘parte de’ mais convencional, enquanto (2.17b) define a relação entre, por exemplo, uma mão e o corpo a qual pertence. O exemplo em (2.18), abaixo, mostra como ‘mão’ codifica aquilo de que é parte de:

(2.18) $\left(\begin{array}{l} \text{mão} \\ \text{ARGSTR} = [\text{ARG1} = x:\text{membro}] \\ \text{QUALIA} = \left(\begin{array}{l} \text{FORMAL} = x \\ \text{CONST} = \text{parte_de}(x,y:\text{corpo}) \end{array} \right) \end{array} \right)$

Assim, a relação no papel CONSTITUTIVO permite não apenas a referência ao que constitui algo, mas também ao quê esse algo constitui, em parte – uma mão é parte de um corpo, e um corpo tem como parte uma mão.

2.3.1.3.2 – A Estrutura Qualia – o Papel Formal

O papel FORMAL distingue o objeto dentro de um domínio maior:

- i. Orientação
- ii. Magnitude
- iii. Forma
- iv. Dimensionalidade
- v. Cor
- vi. Posição

Existem dois tipos de estruturas associadas com o papel FORMAL:

(2.19) a. *Tipificação simples*: o valor do papel FORMAL é idêntico ao tipo do argumento;

b. *Tipificação complexa* (pontuada): o valor do papel FORMAL define a relação entre argumentos de diferentes tipos.

Quanto à (2.19a), a tipificação do argumento de um nominal pode definir exhaustivamente a informação trazida pelo papel FORMAL. Para nominais que denotem tipos simples (mas não tipos pontuados), o próprio papel FORMAL é um tipo de restrição para a estrutura argumental (ou seja, o argumento referido). Nesses casos, a estrutura qualia tem a seguinte forma (mínima):

$$(2.20) \quad \left(\begin{array}{l} \alpha \\ \text{ARGSTR} = [\text{ARG1} = x:\tau] \\ \text{QUALIA} = [\text{FORMAL} = x] \end{array} \right)$$

Os substantivos ‘homem’ e ‘mulher’ são tipos de *humanos*, que se distinguem por gênero, predicado binário. Essa distinção é inerente na formação composicional da separação desses dois tipos dentro do tipo humano e, como essa é uma distinção representada como CONSTITUTIVA, utilizando o predicado ‘macho’, temos (2.21), abaixo:

$$(2.21) \quad \left(\begin{array}{l} \text{homem} \\ \text{ARGSTR} = [\text{ARG1} = x:\text{humano}] \\ \text{QUALIA} = \left(\text{CONST} = \text{macho}(x) \right) \end{array} \right)$$

FORMAL = x

Essa é a matriz estrutural básica para tipos simples. Tipos mais complexos, pontuados, exigem estruturas um pouco mais complexas. Nomes relacionais, tais como porta, jornal ou janela⁷, assim como alternâncias nominais que são resultado de algum processo, tais como destruição ou examinação são casos clássicos de polissemia lógica, nos termos de Pustejovsky (1995). Essa polissemia é codificada diretamente no tipo do objeto em questão da seguinte maneira: para um nominal α que denote um tipo complexo (pontuado), por exemplo, $\tau_1 \cdot \tau_2$, o papel formal define como os argumentos se relacionam entre si. O tipo mais geral do nominal é o tipo complexo. O esquema da forma da estrutura qualia para esses nominais é aquela em (2.22), abaixo:

$$(2.22) \quad \left(\begin{array}{l} \text{homem} \\ \\ \text{ARGSTR} \\ \\ \text{QUALIA} \end{array} \right) = \left(\begin{array}{l} \left(\begin{array}{l} \text{ARG1} = x:\tau_1 \\ \text{ARG2} = x:\tau_2 \end{array} \right) \\ \\ \left(\begin{array}{l} \tau_1 \cdot \tau_2_{\text{lc}} \\ \text{FORMAL} = P(y, x) \end{array} \right) \end{array} \right)$$

Conforme o comportamento dos tipos pontuados, além do papel FORMAL que define a relação entre os argumentos, também deve haver referência ao argumento pontuado $x \cdot y$ na estrutura qualia para essa representação ser bem formada – por exemplo, $R(e, w, x \cdot y)$. Um bom exemplo dessa relação é o substantivo livro e a sua relação com o verbo ler. A atividade de ler exige não apenas que o complemento seja de natureza informativa ou proposicional, mas, também, que seja passível de ser lido; em outras palavras, o complemento deve ter

⁷ ‘Porta’ pode significar, entre outros sentidos, tanto ‘passagem’ quanto ‘objeto que permite ou não a passagem’; ‘jornal’, por sua vez, ‘objeto físico informativo’ ou ‘instituição’; e ‘janela’, ‘abertura física’ ou ‘possibilidade’.

alguma manifestação física para ser interpretado. Mas ter a propriedade de manifestação física não é suficiente para um item qualquer ser passível de leitura – o item deve ser algo que possa ser lido, ou seja, algo informativo, como um livro, jornal ou revista.

2.3.1.3.3 – A Estrutura Qualia – o Papel Téliico

O papel TÉLICO indica o propósito e a função de um objeto de duas maneiras diferentes:

- i. O propósito de um agente ao desempenhar determinada ação.
- ii. Função ligada a certas atividades ou objetivo que especifica certas atividades.

Para Pustejovsky (1995), o conhecimento lexical envolve também os modos de explanação associados com uma palavra, ao invés de apenas as funções semânticas dessa palavra em especial. O papel TÉLICO pode representar dois modos de explanação:

(i) *Téliico Direto*: alguma coisa sobre a qual alguém age diretamente.

$$\left(\begin{array}{l} \alpha \\ \text{ARGSTR} \\ \text{QUALIA} \end{array} \right) = \left(\begin{array}{l} [\text{ARG1} = x:\tau] \\ \left(\begin{array}{l} \text{FORMAL} = x \\ \text{TÉLICO} = R(e, y, x) \end{array} \right) \end{array} \right)$$

(ii) *Téliico de Propósito*: algo que é usado para facilitar uma atividade em particular.

$$\left(\begin{array}{l} \alpha \\ \text{ARGSTR} = [\text{ARG1} = x:\tau] \\ \text{QUALIA} = \left(\begin{array}{l} \text{FORMAL} = x \\ \text{TÉLICO} = R(e, x, y) \end{array} \right) \end{array} \right)$$

A estrutura em (i), acima, apresenta o TÉLICO básico de algum substantivo como ‘cerveja’, onde a referência à atividade de beber é incorporada através de uma variável para o substantivo como objeto do predicado ‘beber’. O propósito do objeto é a atividade dada no papel télico. Como ilustração, (2.23), abaixo:

$$(2.23) \left(\begin{array}{l} \text{cerveja} \\ \text{ARGSTR} = [\text{ARG1} = x:\text{líquido}] \\ \text{QUALIA} = \left(\begin{array}{l} \text{FORMAL} = x \\ \text{TÉLICO} = \text{beber}(e, y, x) \end{array} \right) \end{array} \right)$$

Já a estrutura em (ii), acima, apresenta o segundo tipo de télico – aquele de propósito –, encontrado em objetos que são usados para facilitar ou levar a cabo alguma atividade, tais como ferramentas ou talheres, como uma faca:

$$(2.24) \left(\begin{array}{l} \text{faca} \\ \text{ARGSTR} = [\text{ARG1} = x:\text{talher}] \\ \text{QUALIA} = \left(\begin{array}{l} \text{FORMAL} = x \\ \text{TÉLICO} = \text{cortar}(e, x, y) \end{array} \right) \end{array} \right)$$

De acordo com Pustejovsky (1995), são esses tipos de relações entre tipos de qualia que permitem algumas alternâncias observadas em agentes e instrumentos que participam de estruturas causativas tais como aquelas em (2.25) e (2.26), abaixo:

(2.25) a. O martelo quebrou o vidro.

b. Maria quebrou o vidro com o martelo.

(2.26) a. A faca cortou o pão

b. João cortou o pão com a faca.

2.3.1.3.4 – A Estrutura Qualia – o Papel Agentivo

O papel agentivo traz fatores envolvendo a origem ou como um objeto “veio a ser”:

- i. Criador
- ii. Artefato
- iii. Tipo Natural
- iv. Cadeia Causal

A maneira como algo é criado é um modo de explanação que diferencia entre tipos naturais e artefatos construídos. De acordo com Pustejovsky (1995), o conhecimento de como um objeto foi criado é um modo de explanação importante para distinguir entre objetos e eventos no mundo.

Se o item lexical é um nome, então o papel AGENTIVO é representado como um predicado de evento, onde o objeto sendo definido está, tipicamente, ligado ao segundo argumento da relação. Para um tipo nominal simples, a estrutu-

ra qualia básica é aquela apresentada em (2.27), abaixo:

$$(2.27) \left(\begin{array}{l} \alpha \\ \text{ARGSTR} = [\text{ARG1} = x:\tau] \\ \text{QUALIA} = \left(\begin{array}{l} \text{FORMAL} = x \\ \text{AGENTIVO} = R(e, y, x) \end{array} \right) \end{array} \right)$$

A representação em (2.27), acima, corresponde à semântica dos artefatos. Do ponto de vista AGENTIVO, biscoitos, bolos e pães normalmente são assados. Assim, o processo de assar, dados tais objetos, é uma atividade de criação, enquanto que, se relacionado com objetos tais como batatas, cenouras e outros tipos naturais, é apenas um predicado de mudança de estado. Para Pustejovsky (1995), simplesmente listar os diferentes sentidos de verbos tais como ‘assar’ é deixar de lado a generalização semântica que pode ser expressa pela linguagem – a de que certos objetos são criados através de uma atividade, enquanto outros apenas mudam de estado dada essa mesma atividade. Embora o sentido seja o mesmo, ele se manifesta através de efeitos gerais diferentes, resultando em um fenômeno de “sentido em contexto”.

A explanação de como algo é criado não se restringe aos substantivos. E, dentre os substantivos, não apenas aos artefatos e objetos de tipo simples. Com o uso de tipos pontuados, a Teoria do Léxico Gerativo é capaz de atribuir valores únicos para o papel AGENTIVO de um item lexical. Nesse caso, para os nominais pontuados, o papel AGENTIVO pode se referir diretamente ao argumento pontuado:

$$(2.28) \left(\begin{array}{l} \alpha \\ \text{ARGSTR} = \left(\begin{array}{l} \text{ARG1} = x:\tau_1 \\ \text{ARG2} = x:\tau_2 \end{array} \right) \\ \text{QUALIA} = \left(\begin{array}{l} \tau_1 \cdot \tau_2 \text{ lcp} \end{array} \right) \end{array} \right)$$

FORMAL = P(y, x)

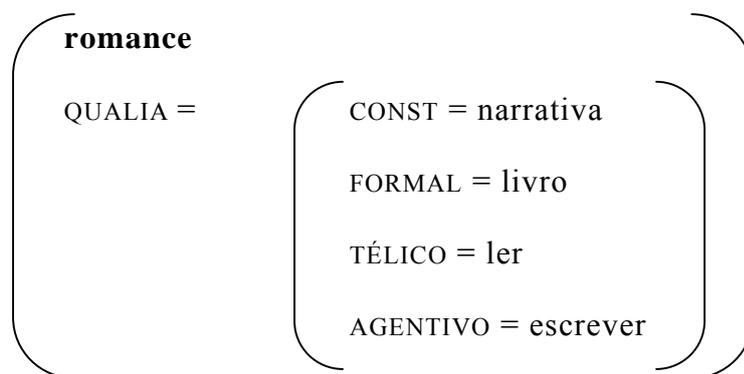
AGENTIVO = R(e, w, x, y)

Quanto aos diferentes níveis da estrutura qualia, deve-se ressaltar que todas as categorias expressam uma estrutura qualia, mas que nem todos os itens lexicais apresentam valores para cada papel desse nível de representação. O primeiro ponto destacado é importante para mostrar como um léxico gerativo propõe uma representação semântica composicionalmente uniforme de todos os elementos de uma sentença. O segundo ponto permite ao teórico ver a estrutura qualia como relativamente aplicável ou especificável para cada classe semântica particular.

A estrutura qualia pode ser entendida como o conjunto de propriedades ou eventos associados a um item lexical que mais bem explica o que a palavra significa. Por exemplo, para se compreender o que ‘biscoito’ ou ‘cerveja’ significam, reconhecemos que ambas as palavras são, respectivamente, comida e bebida. Enquanto ‘biscoito’ é um termo que descreve um objeto no mundo, ‘comida’ denota por fazer referência à função do que fazemos com alguma coisa – i.e., como usamos essa coisa. O papel télico de ‘comida’ codifica esse aspecto funcional de seu significado, representado informalmente como [TÉLICO = comestível]. Da mesma forma, a distinção entre substantivos semanticamente relacionados como ‘romance’ e ‘dicionário’, por exemplo, se dá na base de o papel AGENTIVO de cada um desses itens ser diferente. Embora tanto um romance quanto um dicionário sejam livros, objetos físicos, a maneira como são usados é diferente: as pessoas *lêem* romances, mas *consultam* aos dicionários.

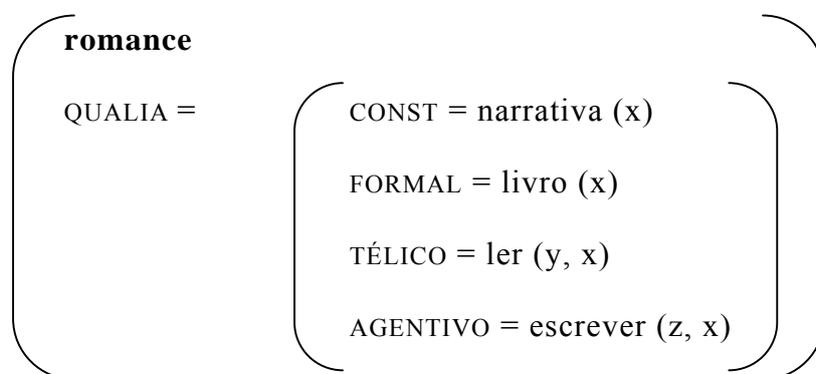
Observe-se, por exemplo, a estrutura qualia do nominal ‘romance’, em (2.29), abaixo:

(2.29)



A representação da estrutura qualia de ‘romance’, em (2.29), acima, expressa todos os aspectos essenciais para se compreender o significado de ‘romance’. Já (2.30), abaixo, explicita o formalismo que capacita a estrutura qualia a interagir com os outros níveis de representação do significado:

(2.30)



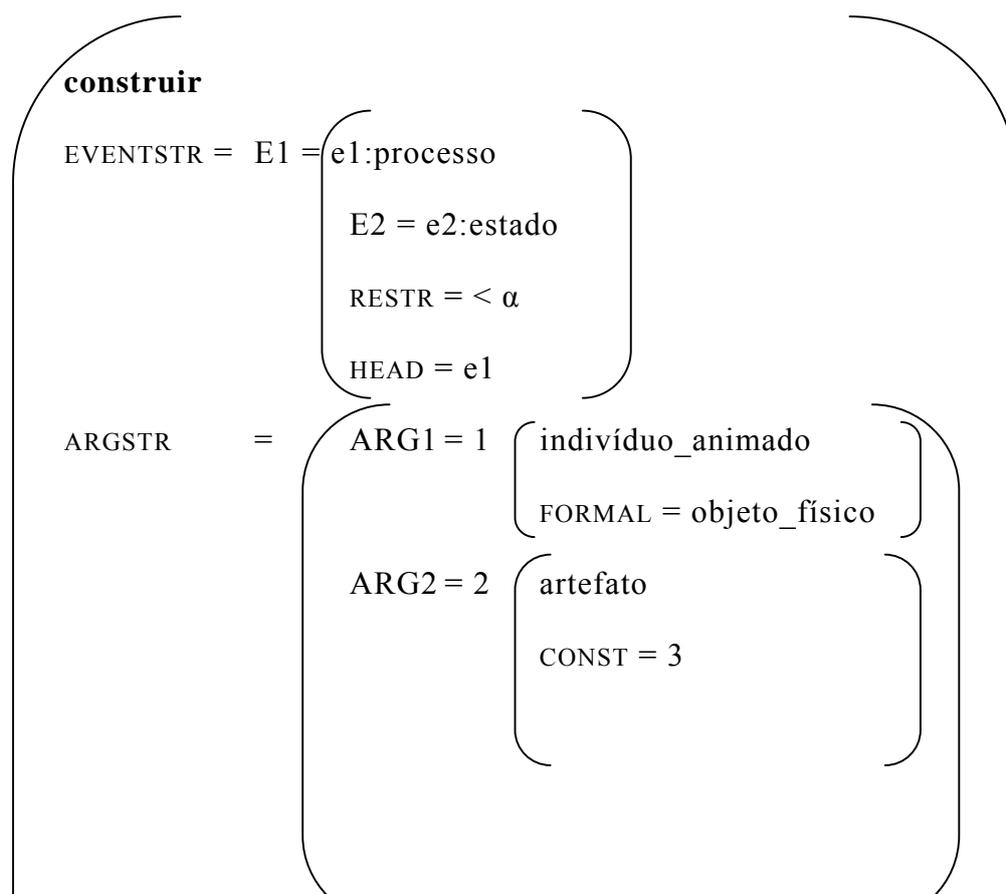
Observe-se que, em (2.30), os valores dos papéis CONSTITUTIVO e FORMAL referem-se a propriedades do objeto, enquanto que os valores dos papéis TÉLICO e AGENTIVO referem-se a eventos dos quais o item lexical em questão pode participar.

Cada um dos papéis apresentados em (2.30) representa uma interpretação *default* das propriedades e dos eventos ligados ao item lexical sob análise. Essa forma *default* dos argumentos é que leva a interpretação das palavras dessa ou daquela maneira quando elas aparecem no contexto de uma sentença.

Munida então de tal arquitetura representacional, a denotação de um objeto, dentro da perspectiva da Teoria do Léxico Gerativo, deve indicar os papéis que compõem a estrutura qualia, o que significa dizer que conhecer um objeto envolve não somente a capacidade de identificá-lo ou referi-lo, mas também a de explicar como um objeto/artefato vem a existir ou para que ele é usado. É interessante destacar que, através desse sistema, Pustejovsky (1995) apresenta os nominais como elementos ativos quando sob o efeito de determinadas operações, como no caso dos complementos dos verbos do tipo *type-shifting* (veja a próxima secção).

Com a estrutura qualia assim delineada, podemos apresentar um exemplo integrando-a aos outros níveis de representação. Usaremos o mesmo exemplo já apresentado em seções anteriores, o verbo *construir*. Como salientado, existem três argumentos associados a esse verbo: dois argumentos verdadeiros e um argumento *default*. Além disso, ‘construir’, como um verbo de realização, apresenta dois sub-eventos – um processo e um resultado. Assim, a estrutura qualia de construir ficaria como aquela apresentada em (2.31), abaixo:

(2.31)



$$\begin{array}{l}
 \text{QUALIA} = \left(\begin{array}{l}
 \text{criar} \\
 \text{formal} = \text{existir} (e_2, 2) \\
 \text{AGENTIVO} = \text{ação_construir} (e_2, 1, 3)
 \end{array} \right) \\
 \text{D-ARG1} = 3 \left(\begin{array}{l}
 \text{material} \\
 \text{FORMAL} = \text{massa}
 \end{array} \right) \\
 \text{FORMAL} = \text{objeto_físico}
 \end{array}$$

O processo é apresentado como o ato agentivo envolvendo tanto o sujeito sintático ARG₁, que deve necessariamente ser expresso sintaticamente, quanto o argumento *default*, D-ARG₁, relacionado ao objeto lógico pela relação constitutiva do ARG₂. O papel formal da estrutura qualia expressa o estado final do objeto ARG₂.

2.3.1.4 - A Estrutura de Herança Lexical

A estrutura de herança lexical é a estrutura menos desenvolvida de toda a Teoria do Léxico Gerativo. A estrutura de Herança lexical identifica como uma estrutura lexical está relacionada com outras estruturas no dicionário de uma língua. Em outras palavras, a estrutura de herança lexical mostra como se dá a ligação de um item lexical qualquer a um conjunto maior de conceitos. Esse nível de representação é delineado por Pustejovsky (1991), e conta com dois mecanismos para representar as relações lexicais: uma herança *fixa*, e uma herança *projetiva*.

2.3.1.1.1 – A Estrutura de Herança Lexical – Herança Fixa

A herança fixa é um mecanismo que inclui métodos convencionais de herança, em que a representação estática de um item lexical pode ser percorrida a fim de se encontrar itens relacionados, tais como hipônimos e hiperônimos (ver Katz, 1963). Mas dada a estrutura qualia da Teoria do Léxico Gerativo, as generalizações e especificações são dadas por diferentes papéis – o que permite, por

exemplo, excluir inferências indesejáveis ligadas ao significado dos itens lexicais.

2.3.1.1.1 – A Estrutura de Herança Lexical – Herança Projetiva

A herança projetiva é um mecanismo para estruturar o conhecimento lexical a partir da criação de estruturas relacionais para categorias *ad hoc*. Nesse sentido, a herança projetiva está voltada para categorias ligadas ao conhecimento de mundo.

Trabalhando com a estrutura qualia, o sistema pode, então, gerar conceitos relacionados dentro do contexto específico. Por exemplo, em ‘João levou uma bolada na pinha’, ‘pinha’, embora seja parte do mundo vegetal, seria interpretado como um membro do corpo humano, visto que ‘João’ se refere a um ser humano.

Essencialmente, essa é a contribuição da estrutura de herança para a Teoria do Léxico Gerativo.

2.3.2 – OS MECANISMOS GERATIVOS

Enquanto as informações contidas nos níveis de representação das entradas lexicais indicam a preocupação da Teoria do Léxico Gerativo em capturar a expressividade do léxico, são os fatores gerativos os responsáveis pelo processo interpretativo em si. De acordo com Chishman (2002), para Pustejovsky (1995), a representação semântica só se justifica por facilitar as inferências que um sistema computacional de raciocínio deve desempenhar para compreender uma sentença. Sob esse prisma, a estrutura qualia assume a função de não apenas estruturar o conhecimento ligado a um item lexical, mas também a de permitir interpretações diferentes de uma mesma palavra quando essa aparece em contextos diferentes.

Os três principais mecanismos propostos pela teoria do léxico gerativo para operar sobre os níveis de representação são os *paradigmas conceituais le-*

xicais (“lexical-conceptual paradigms”), a *operação de coerção de tipo* (“type-coercion operation”) e a transformação semântica chamada *co-composição* (“co-composition”).

Os *paradigmas conceituais lexicais* fornecem os meios para se caracterizar um item lexical como uma metaentrada – em outras palavras, os paradigmas conceituais lexicais permitem aos itens lexicais assumir significados diferentes, e expressam o modo como os níveis de representação interagem para codificar as ambigüidades de alternâncias nominais. Por representar a relação lógica entre os sentidos polissêmicos como um *dotted type* (os tipos pontuados), os paradigmas conceituais lexicais projetam ambos os significados sem aumentar o número de entradas lexicais, o problema inflacional dos léxicos de enumeração de sentido. Observe a representação do item ‘jornal’, em (2.32), logo abaixo, na página seguinte:

$$(2.32) \left(\begin{array}{l} \text{jornal} \\ \text{ARGSTR} = \left(\begin{array}{l} \text{ARG}_1 = x: \text{organização} \\ \text{ARG}_2 = y: \text{inf.objeto_físico} \end{array} \right) \\ \text{QUALIA} = \left(\begin{array}{l} \text{org.inf.obj_físico_lcp} \\ \text{FORMAL} = y \\ \text{TÉLICO} = \text{ler} (e_2, w, y) \\ \text{AGENTIVO} = \text{publicar} (e_1, x, y) \end{array} \right) \end{array} \right)$$

Segundo Pustejovsky (1995), a motivação semântica para o emprego dos objetos pontuados é a de que os conceitos associados a portas, janelas e livros não podem ser caracterizados com base na conjunção de tipos simples ou de propriedades. Já a motivação lexical diz respeito à predizibilidade e a sistematicidade de línguas particulares. Tais paradigmas conceituais lexicais também servem para representar a polissemia regular associada a eventos, como em

‘construção’ (processo.resultado), ‘almoço’, ‘lanche’ (evento.comida), o que não deixa de ser uma tentativa de unificar diferentes estruturas do léxico dentro de um único formalismo representacional gerativo.

Já a *operação de coerção de tipo* tem por finalidade capturar a relação semântica entre itens lexicais considerados por Pustejovsky (1995) como sistematicamente ambíguos, e reduzir a quantidade de ambigüidade lexical que a gramática exige. Esse mecanismo converte um argumento para o tipo que é esperado por uma função; do contrário, ocorre um erro de tipagem. Para explicar o comportamento de verbos do tipo ‘começar’, ‘gostar’, ‘querer’ e ‘acreditar’ (ou seja, do tipo *type-shifting*), que co-ocorrem com diferentes argumentos, Pustejovsky (1995) coloca que é o complemento que se ajusta, através da mudança de tipos, às exigências da função regente.

Segundo o autor, nas sentenças onde não há uma atividade explícita ou evento, o verbo seleciona um dos papéis télicos de seu objeto; ou seja, o verbo seleciona um propósito ou função de seu objeto. Observe-se (2.33), abaixo:

(2.33) a. A secretária começou a carta.

Pesquisas recentes (de Almeida, 2002; McElree, 2002) em semântica lexical sugerem que verbos como ‘começar’ e ‘gostar’ selecionam semanticamente complementos que denotam uma atividade ou um evento. Quando nenhuma atividade ou evento é especificado na forma de um complemento progressivo ou infinitivo, como em ‘João começou (a ler/a escrever) o livro’, é dito que o verbo coage/força o objeto direto NP a mudar seu papel de entidade para uma atividade que o verbo ‘começar’ exige como complemento (como, por exemplo, ‘a escrever’, ou ‘a ler’).

A sentença (2.33a), então, por não especificar nem uma atividade, nem um evento, força o verbo a selecionar, de seu complemento ‘a carta’, um propósito ou função especificado em sua estrutura qualia, alterando o tipo do complemento para uma ‘atividade’. Dessa forma, (2.33a) poderia ser interpretado

como (2.33b) ou (2.33c), abaixo:

(2.3) b. A secretária começou a ler a carta.

c. A secretária começou a escrever a carta.

Assim, através da estrutura qualia de um item lexical, é possível deduzir e, por conseguinte, apreender o significado de uma sentença com verbos do tipo *type-shifting* como (2.33a), acima. A passagem de (2.33a) para (2.33b) ou (2.33c) vai depender da seleção do papel télico do item lexical em questão, o que aparentemente não afeta a interpretação da mesma quanto ao modelo proposto em Pustejovsky (1995).

Sob essa ótica, assume-se que o verbo é monomórfico quanto à seleção semântica; caso o complemento apropriado não esteja presente na posição de complemento, este é coagido/forçado pelo verbo a corresponder ao tipo exigido pelas restrições de tipagem do verbo.

Outra operação que expressa bem essa forma alternativa de conceber a aplicação da função é a *co-composição*, uma regra que permite que o significado de uma sentença também seja determinado a partir da aplicação da função do argumento sobre o verbo. Trata-se de uma forma de composicionalidade pouco convencional, chamada por Pustejovsky (1995) de ‘composicionalidade enriquecida’. O caso clássico de co-composição apresentado pelo autor para ilustrar esse processo envolve as sentenças com verbos como ‘bake’ (assar), que podem receber duas interpretações diferentes: mudança de estado, como em (2.34a), e criação, em (2.34b), abaixo:

(2.34) a. John baked the potato.

b. John baked the cake.

Segundo Pustejovsky (1995), só existe um sentido para ‘bake’ – o de mudança de estado. A segunda interpretação, (2.34b), é derivada através da pró-

própria semântica de ‘cake’ (bolo), que faz referência ao agente da estrutura qualia no processo ‘bake’. Essa noção de composicionalidade enriquecida parece aplicar-se à representação da semântica dos verbos subespecificados, como ‘usar’ e ‘ter’, cuja interpretação depende da informação contida na estrutura qualia do complemento.

Para encerrar nossa apresentação da Teoria do Léxico Gerativo, vamos demonstrar seu tratamento dos adjetivos. A estratégia que a teoria apresentada em Pustejovsky (1995) traz para lidar com eles é chamada de *ligação seletiva*. Essa operação é usada para analisar a permeabilidade de sentido envolvendo a modificação adjetival, e consiste em criar um mecanismo capaz de fazer uso da descrição semântica dos nomes modificados para dar conta dos sentidos contextualizados.

Esse recurso é relevante uma vez que parece solucionar problemas apresentados por outras teorias semânticas lexicais decomposicionalistas, como a inabilidade dos léxicos de enumeração de sentidos em expressar as aplicações criativas de um adjetivo, a dependência semântica dos constituintes que o acompanham, e a possibilidade de modificar indivíduos ou eventos.

Com a ligação seletiva, adjetivos como ‘rápido’, ‘bom’ e ‘longo’ podem ser computados como predicados de evento, permitindo que se chegue a uma interpretação seletiva sobre um evento de uma estrutura qualia particular. Aplicando esse mecanismo ao papel télico de uma estrutura qualia como a do nominal ‘faca’, em (2.35), abaixo, obtemos (2.36) como resultado dessa operação:

(2.35)

$$\left(\begin{array}{l} \text{faca} \\ \text{ARGSTR} = \left(\begin{array}{l} \text{ARG}_1 = x: \text{ferramenta} \\ \text{D-ARG1} = y: \text{objeto_físico} \end{array} \right) \\ \text{QUALIA} = \left(\begin{array}{l} \text{FORMAL} = x \end{array} \right) \end{array} \right)$$

TÉLICO = cortar (e, x, y)

(2.36) Uma boa faca: uma faca que corta bem.

Encerramos assim nossa apresentação da arquitetura da Teoria do Léxico Gerativo, de seu sistema de decomposição lexical e dos mecanismos que permitem a interação entre diferentes itens lexicais. Passamos agora ao tratamento dispensado pela Teoria do Léxico Gerativo, tal como apresentada em Pustejovsky (1995), dos causativos lexicais.

2.4 – A TEORIA DO LÉXICO GERATIVO E OS CAUSATIVOS LINGÜÍSTICOS

Tal como Shibatani (1976)⁸, Pustejovsky (1995) caracteriza a causatividade lingüística como envolvendo eventos: eventos causadores, e eventos causados. Embora não use essa mesma terminologia, essa é a proposta de Pustejovsky para a causatividade.

Para Pustejovsky (1995), então, a causatividade é representada na estrutura de evento (parte da estrutura qualia) das entradas lexicais que participam de eventos – que é o caso dos causativos. O evento como um todo é composto de “eventos menores”, sub-eventos, que especificam ainda mais a situação causativa em questão. Os estados e processos são compostos de um único sub-evento. As transições podem ser subdivididas em *achievements* e *accomplishments*. Os *achievements* são compostos de dois sub-eventos, ou de um sub-evento que inverte o predicado⁹. Já os *accomplishments*, por sua vez, normalmente são compostos da ação seguida de um sub-evento de *achievement*.

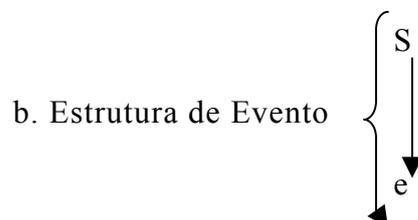
Assim, dentro da Teoria do Léxico Gerativo, podemos exemplificar cada uma dessas estruturas de evento da seguinte maneira:

⁸ Ver seção 1.3.

⁹ Por exemplo, ‘A porta fechou’ (pressupõe que a porta estava aberta), ou ‘A porta abriu’

(2.37) Estados

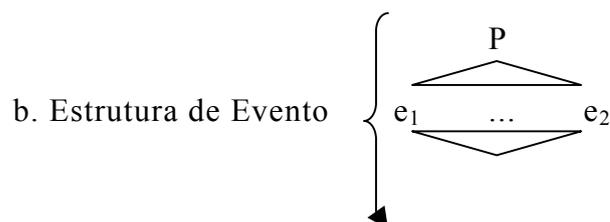
a. A porta está fechada.



Nesse tipo de estrutura, não existe mudança de estado – apenas a manutenção do estado inicial.

(2.38) Processos/Atividades

a. João correu.



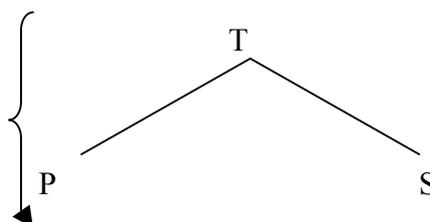
A representação em (2.38a-b) indica que os processos e atividades podem ser decompostos em sub-eventos. O verbo ‘correr’, por exemplo, poderia ser decomposto em sub-eventos, tais como levantar uma perna, baixar a outra, movimentar os braços, etc, embora, como um todo, ‘correr’ indique um tipo específico de *deslocamento*.

(2.39) Transições

– Achievements:

a. O navio afundou.

b. Estrutura de Evento

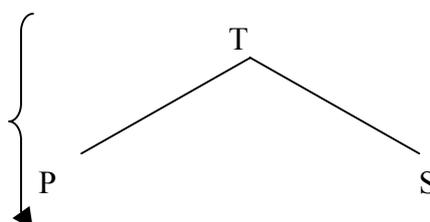


Esta representação da estrutura de evento indica a passagem de um estado para outro de forma reflexiva. Embora não seja possível em todas as línguas, também pode ser representada pela Teoria do Léxico Gerativo.

– Achievements:

a. João afundou o navio.

b. Estrutura de Evento



Embora a estrutura de evento dos *achievements* seja igual a dos *accomplishments*, a diferença está no resto da estrutura qualia, nas seleções entre estrutura de eventos e estrutura qualia, que indicam a possibilidade da ação de um agente. O evento causado, então, é resultado da ação desse agente (par as estrutura de evento e a estrutura qualia de ‘afundar’, veja (2.41), mais abaixo). O fato de a estrutura de evento para a entrada lexical ‘afundar’ não ter um núcleo (‘head’) permite o seu uso em duas construções gramaticais diferentes – a inacusativa e a causativa (2.40a-b):

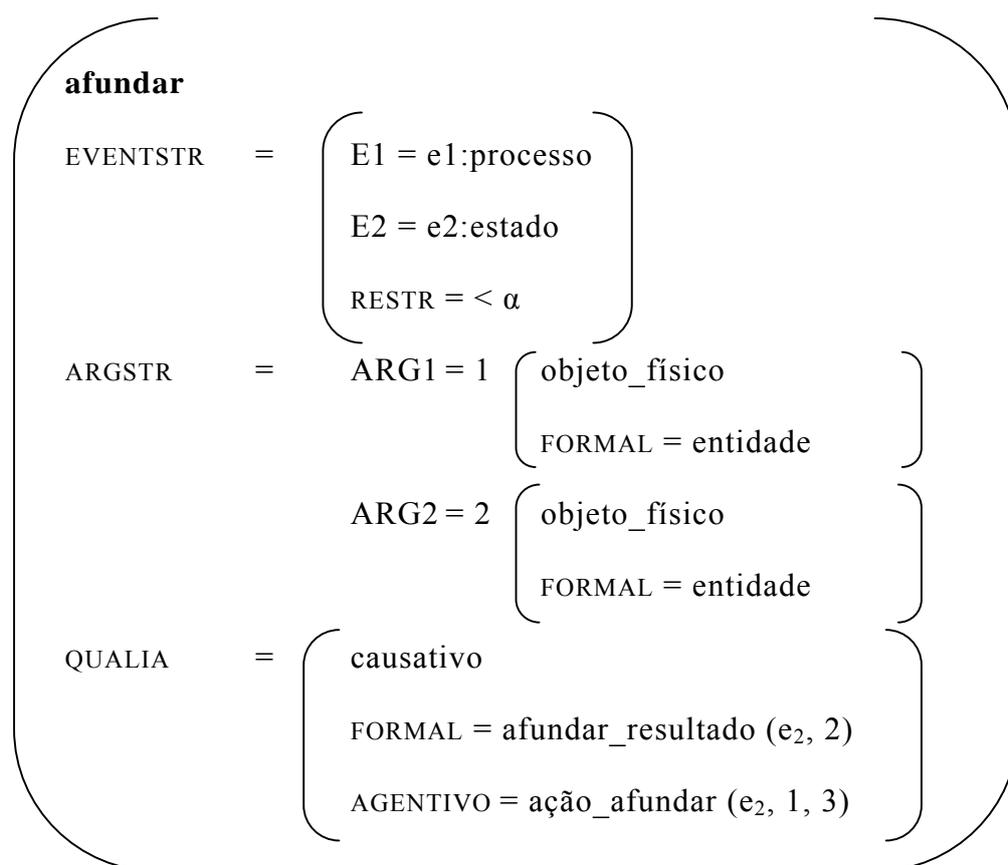
(2.40) a. João afundou o navio.

b. O navio afundou.

A possibilidade da realização do verbo ‘afundar’ de duas maneiras diferentes não se dá apenas devido à falta de um núcleo na sua estrutura de evento, mas porque essa ausência de nuclearidade permite que tanto o papel agentivo quanto o papel formal da estrutura qualia sejam selecionados.

Isso acontece porque a presença de um ou mais papéis da estrutura qualia na estrutura competem pela projeção na sentença, e o mecanismo de nuclearidade age como o filtro que seleciona o conjunto de argumentos possíveis.

(2.41)



Como apresentamos no começo desta seção, a estrutura dos eventos causativos é composta de dois sub-eventos. O primeiro é o evento causador, e, o segundo, o evento causado. Se o foco de uma sentença for o segundo sub-

evento, temos a forma *incoativa* (intransitiva ou reflexiva).

Os verbos que indicam estados – ou a manutenção de um estado – não apresentam mudança de significado. Os verbos que referem processos, e os verbos que referem transições – os *accomplishments* e *achievements* – têm um componente de mudança em seu significado, que é o que indica a mudança de estado e, assim, a causatividade.

Por um lado, Pustejovsky (1995) trata dos eventos apenas em si mesmos, descrevendo a sua estrutura básica. Por outro, inclui essa descrição dentro da estrutura de eventos¹⁰, sub-estrutura da matriz de cada item lexical (que participe de eventos), que, trabalhando em sinergia com a estrutura qualia, permite uma ou outra projeção sintático-semântica na sentença.

Como apresentamos ao longo deste capítulo, na perspectiva da Teoria do Léxico Gerativo o significado de uma palavra pode ser decomposto em outras palavras, que participam de seu significado.

As entradas da estrutura qualia, em especial, indicam como um item lexical veio a ser o que é, por exemplo. Na sua matriz, a sua decomposição mostra como esse item lexical veio a ser. Um bolo, por exemplo, é assado, e feito de massa.

O verbo ‘assar’, assim, faz parte do significado de ‘bolo’ e, também, de todos os outros pratos que são assados (‘pratos’ aqui entendidos no sentido de ‘comida’). Além disso, ‘assar’ também participa do significado de artefatos cuja origem envolva ‘assar’ – telhas e tijolos, por exemplo, são feitos de barro (massa), e levados a um forno especial para assarem (nesse sentido, um ‘prato’ feito de argila ou porcelana também pode ter sido assado).

Na verdade, pode-se assumir que os verbos causativos participam de qualquer artefato – os artefatos foram criados de alguma maneira (construídos, assados, montados, lapidados, pintados, etc).

O nosso ponto é que essa relação entre uma palavra e outras palavras que

¹⁰ Ver a seção 2.3.1.2, acima.

participam de seu significado é o centro da decomposição lexical: uma palavra está relacionada a outra e, conhecer o significado de uma palavra envolve conhecer o significado de pelo menos uma outra. Para saber que um bolo é assado, um falante tem que saber também que ‘assar’ indica mudança de estado.

Esse comentário a respeito da questão de o conhecer o significado de uma palavra implica conhecer o significado de pelo menos uma outra será central para o debate que apresentaremos no quarto capítulo de nossa tese. Por hora, salientar esse ponto é suficiente.

Para os objetivos que temos em vista na presente tese, a apresentação que fizemos da Teoria do Léxico Gerativo neste capítulo é suficiente, principalmente nas questões que tangem a decomposição do significado de um item lexical em outros itens lexicais.

Sendo assim, passamos agora para o nosso terceiro capítulo, onde apresentaremos uma teoria atomista, a saber, a Hipótese da Linguagem do Pensamento de Jerry Fodor, a fim de, em nosso quarto capítulo, proporcionarmos um debate teórico entre as duas teorias, avaliando-as quanto a seus fundamentos e a algumas das questões mais importantes em semântica lexical.

3 – A HIPÓTESE DA LINGUAGEM DO PENSAMENTO

3.1 – SOBRE O NOSSO TERCEIRO CAPÍTULO

No capítulo anterior, apresentamos a proposta teórica de James Pustejovsky para uma semântica lexical – a sua Teoria do Léxico Gerativo. Apresentamos, agora, a outra teoria que assumimos como relevante para o trabalho proposto na presente tese – a Hipótese da Linguagem do Pensamento, de Jerry Fodor.

Diferentemente da Teoria do Léxico Gerativo, a Hipótese da Linguagem do Pensamento não é uma teoria semântica lexical per se; na verdade, a Hipótese da Linguagem do Pensamento é uma teoria que engloba aspectos relativos à cognição humana, dentre eles, a linguagem. Assim, a Hipótese da Linguagem do Pensamento aborda tópicos tais como o processo de tomada de decisões, o aprendizado das línguas naturais, a estrutura e organização do pensamento e a representação de conceitos, entre outros.

No que tange a linguagem, a Hipótese da Linguagem do Pensamento, sendo uma teoria de base cognitiva, trata de assuntos tais como a representação semântica de conceitos na mente/cérebro, a interação dessas representações entre si, a ligação entre o léxico das línguas naturais e aquilo que esse léxico refere na mente/cérebro dos falantes. Essa interação entre as representações de conceitos e a ligação entre o léxico de uma língua com aquilo que refere é o que se poderia chamar de teoria semântica lexical embutida no programa de pesquisa da Hipótese da Linguagem do Pensamento.

Nosso percurso teórico se dará da seguinte maneira: em cada seção e subseção deste capítulo, apresentaremos um dos componentes da Hipótese da Linguagem do Pensamento, e os argumentos que dão sustentação a essa teoria. Terminaremos o presente capítulo apresentando o tratamento dispensado pela Hipótese da Linguagem do Pensamento para o léxico.

3.2 – A HIPÓTESE DA LINGUAGEM DO PENSAMENTO

A Hipótese da Linguagem do Pensamento (do inglês, “Language of Thought Hypothesis”) é uma teoria de base cognitiva que busca explicar o funcionamento da mente¹. A Hipótese da Linguagem do Pensamento² (LOTH, doravante) é uma teoria que faz parte de um projeto de pesquisa empírico em andamento sobre o funcionamento da mente, e do processamento do pensamento. Além disso, a LOTH também é, mesmo que implicitamente, uma hipótese a respeito da natureza das atitudes proposicionais e dos processos mentais envolvendo esse tipo de estado mental. Incutido nesse projeto de trabalho também está o objetivo de a LOTH endossar a psicologia do senso-comum através de uma psicologia cognitiva científica, demonstrando que o *framework* geral e as categorias intensionais da psicologia do senso-comum podem ser usados em uma teoria na psicologia cognitiva científica.

A LOTH postula que o pensamento se dá em uma linguagem mental, que consiste em um sistema de representações existente no cérebro, e que é realizado fisicamente pelo cérebro de todos os organismos pensantes. Esse sistema de representações tem uma semântica e uma sintaxe combinatória de sorte tal que as operações sobre as representações são causativamente sensíveis apenas às propriedades sintáticas das representações.

¹ Quando usamos a expressão ‘mente’, estamos propositalmente assumindo uma visão dualista, que separa a mente do cérebro. Para esclarecer a divisão mente/cérebro, usaremos a já clássica metáfora do computador: assume-se que o cérebro, um objeto físico, uma realidade física, concreta, é o hardware, a parte física de um computador; a, mente, por sua vez, é o software, a parte virtual, abstrata, que é implementada, realizada pelo cérebro, mas que não está limitada ao cérebro.

² Usaremos ‘LOTH’ para nos referirmos à Hipótese da Linguagem do Pensamento (“Language of Thought Hypothesis”), e ‘LOT’ para nos referirmos à Linguagem do Pensamento (“Lan-

De acordo com a LOTH, o pensamento é, grosso modo, a transformação de uma *instância de marcação* particular (*token*³, em termos técnicos) na marcação (*tokening*) de uma *representação* particular, e esse *token*, essa representação marcada, tem uma estrutura constituinte sintática em conjunto com uma estrutura constituinte semântica apropriada. Assim, o pensamento consiste em operações sintáticas sobre as representações marcadas. A maioria dos argumentos a favor da LOTH tem sua força na capacidade de a LOTH explicar certos fenômenos empíricos tais como a produtividade e a sistematicidade do pensamento.

A fim de apresentar ao leitor de maneira clara a Hipótese da Linguagem do Pensamento de Jerry Fodor, a próxima subseção tratará da relação entre a psicologia do senso-comum, os estados mentais e as atitudes proposicionais, a fim de apresentar e esclarecer esses pontos tão importantes para a compreensão geral da LOTH.

Nas subseções posteriores, apresentaremos os diversos argumentos que compõem a LOTH de maneira mais articulada, detalhada e informativa.

3.2.1 - SENSO-COMUM, ESTADOS MENTAIS E ATITUDES PROPOSICIONAIS

A psicologia do senso-comum⁴ atribui à diversidade de estados mentais – crença, desejo, esperança, medo, expectativa, etc. – a explicação para os diversos comportamentos humanos possíveis (e, às vezes, até mesmo para o compor-

guage of Thought”).

³ O termo *type*, ou, em português, ‘tipo’, refere-se a uma categoria qualquer de seres existentes. Uma instância particular qualquer de uma classe/categoria, de um tipo, é chamada de *token*. Por exemplo, Sócrates é um *token* da categoria ser humano. Manteremos os termos *type* e *token* em inglês por fazerem parte da terminologia técnica da área aqui em questão.

⁴ A psicologia do senso-comum (do inglês, “folk psychology” e, também, “common sense psychology”) – também chamada de ‘psicologia ingênua’ (“naïve psychology”) – é o conjunto de estados mentais – convicções, preconceitos socialmente condicionados e hipóteses sobre o mundo – que estão implícitos na descrição do comportamento das pessoas. Nesse conjunto incluem-se conceitos tais como a crença (João acredita que Maria é inteligente), o desejo (Pedro deseja que o jogo esteja passando na TV), a esperança (Maria espera se casar), o medo (João tem medo de cobras), e a expectativa (Maria espera que Pedro lhe peça em casamento antes do Natal), entre outras. Atribuir a causa do comportamento de um indivíduo a um desses estados mentais é o ato de qualificar tais estados mentais como atitudes proposicionais.

tamento dos não-humanos, i.e., dos animais). Assumindo-se esses estados mentais como um conjunto de atitudes proposicionais⁵, ou, em outras palavras, como um conjunto de estados mentais que ligam uma pessoa ao conteúdo de um estado mental, pode-se dizer que as atitudes proposicionais são pensamentos que refletem a posição de um sujeito quanto a uma proposição⁶. Em outras palavras, a psicologia do senso-comum assume que a postura de uma pessoa a um estado mental são relações entre um agente e o objeto de uma atitude.

De acordo com Russell (1918), aos verbos que refletem estados mentais deveríamos chamar ‘verbos proposicionais’, quando tratando da linguagem per se, e de ‘atitudes proposicionais’ quando tratando de estados mentais ou psicológicos:

(3.01) “Que tipo de nome deveríamos dar para os verbos do tipo ‘acreditar’ e ‘desejar’ e assim por diante? Eu estaria inclinado a chamá-los de ‘verbos proposicionais’. Esse é um nome sugerido apenas por conveniência, porque eles são verbos que têm uma *forma* que relaciona um objeto com uma proposição. Como eu estava explicando, isso não é o que eles realmente fazem, mas é conveniente chamá-los de verbos proposicionais. É claro que você poderia chamá-los de ‘atitudes’, mas eu não gostaria disso porque é um termo psicológico e, embora todas as instâncias de nossa experiência sejam psicológicas, não existe razão para se supor que todos os verbos sobre os quais eu estou falando sejam psicológicos. Nunca existe razão para se supor esse tipo de coisa.” (Russell, 1918:227)

As sentenças que têm verbos proposicionais, i.e., que exprimem atitudes proposicionais, enfim, que apontam algum tipo de posição de um agente para

⁵ Atitudes proposicionais são estados mentais que ligam uma pessoa a uma proposição. As atitudes proposicionais são assumidas, de maneira geral entre os pesquisadores, como os componentes mais simples do pensamento, e podem expressar significados ou conteúdos que têm um valor de verdade que pode ser verdadeiro ou falso. Sendo um tipo de *atitude*, isso implica que uma pessoa pode ter diferentes posturas mentais quanto a uma proposição – por exemplo, acreditar (João *acredita que* Maria é inteligente), desejar (João *deseja que* o jogo esteja passando na TV), esperar (Maria *espera que* Pedro a peça em casamento antes do Natal.). Linguisticamente, as atitudes proposicionais têm a forma relativa “que” – João *acredita que* X, Maria *deseja que* Y, etc.

⁶ Em filosofia da mente, as proposições são assumidas como o conteúdo mental das atitudes proposicionais. Por exemplo, se João acredita que *está chovendo*, então João tem um estado mental, uma atitude proposicional, de crença de que está chovendo; o conteúdo mental, portanto, a proposição de João é ‘está chovendo’.

uma proposição, são chamadas de *sentenças de crença*⁷. Uma sentença de crença é complementada por uma sentença que é chamada de *sentença complemento*⁸. Por serem o objeto da atitude do agente, as sentenças complemento também são chamadas *objeto de crença*. Por exemplo, na sentença em (3.02), abaixo

(3.02) João acredita que Maria é inteligente.

‘João acredita que’ é uma sentença de crença que apresenta uma relação entre um agente e um estado mental. ‘Maria é inteligente’, por sua vez, é a sentença complemento, o objeto de crença do agente.

O objeto de crença é a parte semanticamente avaliável de uma sentença de crença, e é avaliável em termos de verdadeiro ou falso. No exemplo (3.02), acima, a sentença ‘João acredita que Maria é inteligente’ é avaliada da seguinte maneira:

(3.03) A crença de João de que Maria é inteligente é verdadeira se e somente se a sentença complemento ‘Maria é inteligente’ for verdadeira.

Agentes diferentes podem ter atitudes iguais quanto a uma mesma proposição, ou atitudes diferentes para uma mesma proposição, como exemplificado em (3.04), abaixo:

⁷ *Sentenças de crença* (do inglês, “belief sentences”) são sentenças usadas para atribuir um estado mental a um agente. Por exemplo, na sentença ‘João deseja que o jogo esteja passando na TV’, ‘João deseja que’ é a sentença de crença. Embora existam atitudes outras além da crença, os exemplos na literatura da área costumam girar em torno da atitude de crença, e, por essa razão, o termo ‘sentenças de crença’ é usado para generalizar o fenômeno de que um agente tem uma atitude/postura em relação a um estado mental qualquer: Maria espera se casar, Maria espera que Pedro a peça em casamento, etc.

⁸ *Sentenças complemento* (do inglês, “complement sentences”) são as sentenças relativas que seguem as sentenças de crença, i.e., a parte da sentença que vem depois do “que” em uma sentença de crença qualquer. Por exemplo, na sentença ‘João acredita que Maria é inteligente’, ‘Maria é inteligente’ é a sentença complemento. As sentenças complemento são o objeto das sentenças de crença, aquilo que é realmente acreditado pelo agente de uma sentença de crença.

(3.04) João acredita que Maria é inteligente, e Pedro também acredita que Maria é inteligente, mas Paulo discorda da crença de João e de Pedro, pois acredita que Maria não é inteligente.

A psicologia do senso-comum também coloca que as crenças estão conectadas entre si em diversas relações semânticas e inferenciais. Por exemplo, (3.05), abaixo:

(3.05) Se João acredita que todos os políticos são corruptos, e se João acredita que o irmão de Pedro é um político, então é esperado que João acredite (ou infira) que o irmão de Pedro é corrupto.

A psicologia do senso-comum sustenta que esse tipo de relação semântica, o acarretamento, assim como outras relações semânticas e inferenciais – sinonímia, antonímia, hiponímia, etc. –, também se dá entre as sentenças de crença, e não apenas entre os objetos de crença, aquilo que é realmente acreditado pelo agente:

(3.06) O que João acredita é diferente daquilo que Pedro acredita.

Esse tipo de relação semântica ou inferencial entre as sentenças de crença ou entre os objetos de crença tem a forma de um processo causal entre premissas e sua conclusão, o que de certa maneira limita as implicaturas possíveis a partir de um raciocínio, refletindo a verdade empiricamente observável do fato de que as pessoas não chegam a conclusões consideradas impróprias a partir de premissas consideradas próprias; no exemplo em (3.05), a crença de João de que todos os políticos são corruptos, e de que o irmão de Pedro é político conduz João para a conclusão de que o irmão de Pedro é corrupto, mas não para a conclusão de que seu cachorro é corrupto, ou para a conclusão de que todos os marcianos são verdes. De acordo com a psicologia do senso-comum, as crenças interagem causalmente entre si de acordo com o seu conteúdo particular.

Essa perspectiva de interação causal entre premissas e conclusões devido à atitude do agente com relação à proposição ao nível cognitivo também reflete os fatos empíricos do raciocínio prático⁹ e da tomada de decisão de comportamento¹⁰ pelos seres humanos, que parecem responder ao conteúdo do que é acreditado, esperado, temido, etc.:

(3.07) Se João acredita que todos os políticos são corruptos, e se a eleição está próxima, então João pode acreditar que seu voto não vale nada e desejar votar nulo, ou desejar votar no candidato que considere o menos corrupto – nessa perspectiva, João pode acreditar que é melhor votar do que não votar.

Em outras palavras, um organismo relevante qualquer diante de uma situação em que precise tomar uma decisão parece ser capaz de representar, pelo menos intuitivamente, um quadro como o apresentado por Fodor (1975:28), reproduzido abaixo, que destaca, para o agente, (A) suas opções de comportamento, (B) as conseqüências prováveis de agir sobre essas opções e (C) a situação original em que eles se encontram. Assim, o modelo de decisão de comportamento seria algo do tipo:

- (i) O agente se encontra em uma situação (S).
- (ii) O agente acredita que certo conjunto de opções de comportamento ($B_1, B_2, B_3, \dots, B_n$) estão disponíveis para ele em S ; i.e, dada a situação S , B_1 - B_n são as opções que constituem o que o agente acredita que pode fazer.

⁹ O raciocínio prático (do inglês, “practical reasoning”) pode ser observado através de dois filtros diferentes, e ambas as perspectivas são relevantes para o tópico aqui desenvolvido: um dos filtros é o filosófico, que relaciona o raciocínio prático com a aplicação da razão por sobre uma tomada de decisões qualquer, i.e., uma tomada de decisões sobre um curso de ação; o outro é o cognitivo, relacionado com o processo de eliminação de possibilidades contra-produtivas, e.g., ligar para a polícia ao procurar por um adolescente desaparecido na noite anterior parece produtivo, enquanto que ligar para embaixada da Tunísia pelo mesmo motivo parece contra-produtivo.

¹⁰ A decisão de comportamento (do inglês, “decision of behavior”) está ligada às reações de um indivíduo qualquer quando defrontado com uma experiência qualquer.

- (iii) A consequência provável de realizar cada uma das opções de B_1 - B_n é prevista; i.e., o agente computa um conjunto de hipóteses da forma ‘se B_i for realizada em S , então com certa probabilidade, C_i ’. Que hipóteses serão computadas e que probabilidades serão levadas em consideração depende de o que o agente conhece ou acredita sobre situações do tipo de S .
- (iv) Uma ordem de preferência é atribuída para as consequências.
- (v) A decisão de comportamento do agente é determinada como uma função das preferências a das probabilidades atribuídas.

Essa interação causal entre atitudes proposicionais, proposições, estados mentais, conteúdo mental, raciocínio prático e decisões de comportamento estão no coração do fenômeno da causatividade, e se reflete também na linguagem¹¹. Retomaremos o tópico da causatividade na linguagem mais adiante em nosso texto, quando da apresentação de outros aspectos da LOTH.

Resumindo o que apresentamos nesta subseção, temos que a psicologia do senso-comum coloca que os seres humanos (e, também, os animais) têm estados mentais e posturas diversas quanto a esses estados mentais. Essas atitudes com relação a diferentes estados mentais são chamadas atitudes proposicionais, e cada proposição – o estado mental em si – interage com outras proposições dada a natureza do seu conteúdo e às diversas relações causais que se estabelecem entre elas; em um nível diferente, mas de maneira semelhante, as *atitudes* proposicionais também interagem entre si. A interação entre as diferentes proposições e as diferentes atitudes com relação às proposições é decisiva na decisão do comportamento de cada organismo/agente, que possui mecanismos para identificar e computar os aspectos por ele reconhecidos da situação em que se encontra e decidir o melhor curso de ação a tomar dado esse quadro. Esse quadro computacional é composto das proposições – o conteúdo mental – e das atitudes proposicionais – as diferentes posturas – do organismo/agente.

¹¹ Para a nossa hipótese sobre a relação causatividade/cognição, ver o Apêndice A.

Encerrada nossa apresentação da relação entre a psicologia do senso-comum, os estados mentais e as atitudes proposicionais, pontos tão importantes para a compreensão geral da LOTH, passamos agora para a apresentação dos argumentos que compõem a Hipótese da Linguagem do Pensamento.

3.2.2 - COMPONENTES DA HIPÓTESE DA LINGUAGEM DO PENSAMENTO

Como apontamos anteriormente neste mesmo capítulo, a Hipótese da Linguagem do Pensamento é uma teoria a respeito do funcionamento da mente, do pensamento, do pensar, da natureza das atitudes proposicionais, dos processos mentais envolvendo as atitudes proposicionais e uma teoria que também busca endossar a psicologia do senso-comum através de uma psicologia cognitiva científica baseada nos preceitos dessa psicologia menos avançada do ponto de vista científico.

Para alcançar todos esses múltiplos objetivos, Jerry Fodor elaborou diversos componentes que, somados, dão corpo, consistência e garantem a integridade filosófica, metodológica e teórica da LOTH. O foco de nossa apresentação da LOTH será a interface entre todos esses componentes, observando-se os níveis filosófico, metodológico e teórico que dão suporte para cada um deles. Nossa apresentação trará cada componente da LOTH delineado de maneira própria, mas nunca totalmente desligado dos níveis metateóricos.

Como destacamos na apresentação mais geral da Hipótese da Linguagem do Pensamento no início da seção 3.2, a LOTH é uma teoria a respeito do funcionamento da mente, do pensar e do pensamento. A LOTH postula que o pensar e o pensamento se dão em uma linguagem mental – a Linguagem do Pensamento, também chamada ‘Mentalês’. De acordo com Fodor (1987):

(3.08) “No coração da teoria (Teoria Representacional da Mente) está a postulação de uma linguagem do pensamento: um conjunto infinito de ‘representações mentais’ que funcionam como os objetos imediatos das atitudes proposicionais como o domínio dos processos mentais.” (Fodor, 1987:16-7)

A premissa para a formulação da LOTH é

(3.09) “(C)ertos tipos de padrões muito centrais de explanação psicológica pressupõem a disponibilidade, para o organismo atuante, de algum tipo de sistema representacional.” (Fodor, 1976:31)

Sendo assim, as relações causais de raciocínio prático e decisão de comportamento que apresentamos na seção anterior devem se desenvolver em algum tipo de sistema representacional; e, para existir representação, deve existir, necessariamente, um sistema responsável pelas representações. E se isso é assim, então o processo de decisão do organismo deve ser computacional, pois deve existir algum tipo de processamento das representações no sistema representacional, de modo que:

(3.10) “a ação que o agente realiza é a consequência de computações definidas sobre representações de ações possíveis. Se não há representações, não há computações. Sem computações, sem modelo” (Fodor, 1975:31)

A decisão de comportamento de um indivíduo, então, deve ser o resultado de um processo de computação. E como um processo de computação exige um *medium*, um meio onde se realizar, a alternativa de Fodor é a formulação de um sistema de representações interno aos organismos pensantes, ou, em outras palavras, uma linguagem do pensamento. Perceba-se que é impossível assumir *processos* de computação sem se assumir também uma *linguagem* de computação, um sistema de representações, e vice-versa; as representações devem ser computadas de alguma forma, e a computação dever ser sobre alguma coisa e se dar em algum meio. De acordo com Fodor, o ponto central desse argumento é:

(3.11) “(...) representação pressupõe um meio de representação, e não há simbolização sem símbolos. Em particular, não há representação interna sem uma linguagem interna.” (Fodor, 1976:55)

Se as relações causais que disparam o raciocínio e as decisões de comportamento são representações na linguagem interna, a hipótese de Fodor é que os processos de computação sobre essas representações devem ser fórmulas nessa mesma linguagem interna. Dessa maneira, aponta Fodor (1975), a linguagem do pensamento, ou qualquer linguagem interna assumida, torna-se uma pré-condição para qualquer teoria em psicologia cognitiva contemporânea. Isso por que todas prevêem um sistema de representações e o processamento dessas representações.

Para Fodor, esse sistema de representações em uma linguagem interna não é uma língua, não é um idioma natural. Na perspectiva de Jerry Fodor, a linguagem do pensamento é, na verdade, uma pré-condição para a aquisição de qualquer língua natural. Mas não é, ela mesma, uma língua natural.

De acordo com Pinker (2002), existem alguns problemas em se assumir a linguagem do pensamento (LOT, doravante) como tendo a mesma natureza das línguas naturais. Analisando vários fenômenos típicos das línguas naturais, é possível verificar não apenas o fato de que a LOT não pode ter a mesma natureza que uma língua natural qualquer, como também a necessidade de que a LOT não seja uma língua natural.

O primeiro desses fenômenos/problemas apontados por Pinker (2002) é a ambigüidade. Valendo-nos de alguns dos exemplos de Pinker (2002:89-90):

(3.12)a. Child's Stool Great for use in Garden [*Banquinho/fezes de criança excelente para jardins*]

b. Stud Tires Out [*Coluna cede/O garanhão se exauriu*]

c. Iraqi Head Seeks Arms [*Presidente iraquiano procura armas/Cabeça iraquiana procura braços*]

d. Queen Mary Having Bottom Scraped [*Fundo do Queen Mary transformado em ferro velho/A Rainha Maria está com os fundilhos em frangalhos*]

é possível verificar que cada exemplo contém uma palavra ambígua. De acordo com Pinker (2002), todos estes exemplos foram retirados de manchetes de jornais de língua inglesa. Sendo assim, o objetivo por trás da escolha de cada uma

dessas palavras não deve ser a ambigüidade – o autor de cada uma das manchetes certamente sabia que sentido de cada palavra queria que seus leitores procurassem. E se podem existir duas idéias que correspondem a uma só palavra, então, por um princípio de economia, os pensamentos não podem ser palavras tais como as palavras das línguas naturais.

O segundo problema apontado por Pinker (2002) é o de falta de explicitação lógica nas línguas naturais. Observando o exemplo de McDermott (1981), em (3.13), abaixo:

- (3.13) a. Ralph é um elefante.
 b. Elefantes vivem na África.
 c. Elefantes têm presas.

Pinker (2002) salienta que parece correto deduzir, dadas as premissas em (3.12a-c), que “Ralph vive na África” e que “Ralph tem presas”, mas que tal dedução não seria verdadeira, uma vez que as presas de Ralph são só dele, enquanto que a África em que ele habita é a mesma de todos os outros elefantes¹². As sentenças por si só, quer sejam elas em português, quer sejam elas em inglês ou em qualquer outra língua natural, podem não trazer ou incluir informação suficiente para que sejam interpretadas de maneira apropriada, haja visto os objetivos do falante, o que não implica que o *processamento* dessas sentenças em língua natural seja impróprio.

Um terceiro problema identificado por Pinker (2002) é o da co-referência, caracterizado por esse autor da seguinte maneira: imagine que uma pessoa comece a falar sobre uma outra pessoa usando a expressão ‘o homem loiro alto de sapatos pretos’. Na segunda vez que essa pessoa se referir ao homem descrito na primeira expressão, provavelmente se referirá a ele apenas como ‘o homem’. Na terceira, como ‘ele’. As três expressões, entretanto, não se referem

¹² As duas leituras possíveis para a sentença em (3.12c) são: ‘Elefantes têm presas, e cada elefante têm as suas próprias presas’ (cada elefante tem o seu par de presas) e ‘Elefantes têm presas, e todos eles têm as mesmas presas’ (só existe um par de presas, e todos os elefantes são donos dele).

a três pessoas diferentes, ou a três maneiras diferentes de se pensar a respeito da mesma pessoa – a segunda e a terceira expressões são apenas maneiras econômicas de referir a mesma pessoa. Apesar de as línguas naturais não o fazerem, parece que alguma coisa, algum sistema, no cérebro/mente, é capaz de tratar, representar ou de alguma maneira processar as três expressões como tendo o mesmo referente.

Já o quarto problema caracterizado por Pinker (2002) está relacionado com os anteriores, mas decorre daqueles aspectos das línguas naturais que só podem ser interpretados em um contexto específico – como o contexto de uma conversa ou texto; em outras palavras, o quarto problema apontado por Pinker (2002) é o problema da dêixis¹³. No exemplo de Pinker (2002:91), considerando os artigos ‘um’ e ‘o’ em (3.14), abaixo,

(3.14)a. O filho de 14 anos de um policial, aparentemente enfurecido depois de ter sido castigado por causa de notas ruins, abriu fogo dentro de sua casa, *matando um policial* e ferindo três pessoas antes de ser atingido mortalmente.

b. O filho de 14 anos de um policial, aparentemente enfurecido depois de ter sido castigado por causa de notas ruins, abriu fogo dentro de sua casa, *matando o policial* e ferindo três pessoas antes de ser atingido mortalmente.

temos que, em (3.14a), parece que o filho enfurecido de um policial matou um policial qualquer; já em (3.14b), parece que o filho enfurecido de um policial matou um policial específico, mencionado ou referido anteriormente no (con)texto. Livre de um (con)texto específico, entretanto, as sentenças em (3.14) poderiam até mesmo ser interpretadas como sinônimas. Mas, quando inseridas dentro de um contexto, isso se torna impossível. Essa capacidade de determinação de referências específicas não parece ser característica das línguas naturais, mas sim uma das características dos processos de computação subja-

¹³ De maneira sucinta, a dêixis é o fenômeno em que a referência das palavras ou das expressões depende absolutamente do contexto. A referência é sempre determinada pelo contexto; por exemplo, quando João diz ‘Eu odeio chuva’, ‘Eu’ está se referindo a João. Quando Maria diz ‘Eu odeio chuva’, ‘Eu’ está se referindo à Maria.

cente às línguas naturais envolvidos no fenômeno da referenciação.

O quinto e último problema apontado por Pinker (2002) é um fenômeno tipicamente associado às palavras nas diferentes línguas naturais: a sinonímia. Nos exemplos de Pinker (2002:92), em (3.15), abaixo,

- (3.15)a. Sam borrifou a parede com tinta.
 b. Sam borrifou com tinta a parede.
 c. A parede foi borrifada com tinta por Sam.
 d. Tinta foi borrifada na parede por Sam

parece que todas as sentenças se referem à mesma situação, ao mesmo acontecimento – nos quatro exemplos podemos concluir que há tinta na parede –, mas através de quatro arranjos de palavras diferentes dentro da sentença. Em outras palavras, alguma coisa deve estar representando o acontecimento único apontado pelas quatro sentenças diferentes. E não parece ser o sistema das línguas naturais.

Os cinco problemas apontados por Pinker (2002) a respeito de alguns fenômenos verificáveis nas línguas naturais parecem caracterizar bem a razão pela qual a linguagem do pensamento não pode ter a mesma natureza que as línguas naturais. Em verdade, esses exemplos demonstram a necessidade da existência de tal sistema interno de representações e de computação de representações. A LOT, então, subjaz às línguas naturais sendo, pois, a linguagem pela qual, o meio onde se dá o processamento da computação das línguas naturais.

Para tanto, a LOTH deve ter um componente responsável pela representação (do pensamento, dos estados mentais), uma teoria representacional do pensamento, por assim dizer. E outro componente responsável pelas atitudes quanto a esses estados mentais, ou, em outras palavras, uma teoria representacional do pensar (ou teoria computacional da mente). Esses dois componentes – uma teoria representacional do pensamento e uma teoria representacional do pensar – perfazem o que Fodor chama de Teoria Representacional da Mente.

3.2.2.1 - A Teoria Representacional da Mente

A Teoria Representacional da Mente é composta de duas subteorias: a teoria representacional do pensamento e a teoria representacional do pensar. A primeira está comprometida com a maneira como a mente representa o conhecimento, como a mente marca as representações. A segunda está comprometida com a maneira como se desenvolvem as computações sobre os *tokens* das representações da teoria representacional do pensamento.

Se assumirmos que as atitudes proposicionais são pensamentos da forma de sentenças de crença com verbos proposicionais e objetos de crença, como apresentamos anteriormente, podemos formalizar essa relação da seguinte maneira:

- (i) ‘*S*’ representa o sujeito da atitude proposicional;
- (ii) ‘*A*’ são os verbos proposicionais (‘acredita’, ‘deseja’, ‘teme’, etc.);
- (iii) ‘*P*’ representa qualquer sentença;
- (iv) ‘que *P*’ representa a proposição que é o objeto de crença da atitude proposicional;

e temos, então, que todas as atitudes proposicionais têm a forma:

- (v) *S* *As* que *P*.

Para que os pensamentos estivessem vinculados a um conteúdo, pare que os pensamentos sejam realmente uma representação, a teoria representacional do pensamento, então, postula que, para cada atitude proposicional *A*, existe uma relação psicológica única e dedicada *R* e, para todas as proposições *P* e sujeitos *S*, *S* *As* que *P* (o agente tem uma atitude proposicional para uma proposição qualquer) se e apenas se existir uma representação mental #*P*# tal que:

- (a) S tem R para $\#P\#$, e
- (b) $\#P\#$ significa ‘que P ’.

Já a teoria representacional do pensar, a teoria computacional da mente, por sua vez, postula que o pensar (e os processos mentais, no geral) consiste de seqüências causais de *tokens* de representações mentais, como apresentamos acima. O pensar é o processamento computacional das atitudes proposicionais, da interação entre as atitudes proposicionais, e das próprias proposições e da interação entre as proposições quanto ao seu conteúdo.

Mas os estados mentais, as proposições que constituem o objeto de crença das atitudes proposicionais, devem ser representações mentais pertencentes ao sistema de representação, símbolos desse sistema de representação, para que sejam passíveis de computação, de tal maneira que, de acordo com Fodor & Pylyshyn (1988:12-3):

- (1) as representações no sistema tenham uma sintaxe e uma semântica combinatórias: representações estruturalmente complexas – moleculares – são construídas sistematicamente a partir de constituintes estruturalmente simples – atômicos –, e o conteúdo semântico de uma representação molecular é uma função (no sentido fregeano de ‘função’) do conteúdo semântico dos seus constituintes atômicos junto com a sua estrutura sintática/formal e
- (2) as operações sobre as representações (constituindo, assim, juntamente com a teoria representacional do pensar, o domínio dos processos mentais, o pensar per se) são causativamente sensíveis à estrutura sintática/formal das representações definidas por essa sintaxe combinatória.

Esses dois componentes, um a teoria representacional do pensamento, e a outra a teoria representacional do pensar, descrevem as condições mínimas para que, se o modelo estiver correto, exista o processamento das representações mentais, e para que as próprias representações mentais existam.

A relação *R* na teoria representacional do pensamento, quando combinada com as representações mentais pertencentes ao sistema de representações deve ser entendida como uma relação *computacional/funcional*. Na LOTH, cada atitude está identificada com uma característica computacional/funcional desempenhada por uma sentença – na linguagem do pensamento – que é o objeto direto da atitude proposicional em questão. Os *tokens* (marcação particular) de representações mentais são como sentenças na linguagem do pensamento; eles possuem tanto uma estrutura constituinte sintática quanto uma estrutura constituinte semântica passíveis de análise.

3.2.2.2 - Inatismo e a Linguagem do Pensamento

Como apresentado, a Linguagem do Pensamento não é, e nem deveria ser, assumida ou tomada como uma língua natural. De acordo com Fodor (1975)

(3.16) “[A]prender uma primeira língua envolve a construção de gramáticas consonantes com algum sistema inatamente especificado de universais lingüísticos e testar essas gramáticas contra um *corpus* de enunciados observados em alguma ordem fixada por uma métrica de simplicidade inata. E, é claro, deve haver uma linguagem onde os universais, as gramáticas candidatas, e os enunciados observados são representados. E, é claro, esta linguagem não pode ser uma linguagem natural, visto que, por hipótese, é sua primeira língua que a criança está aprendendo.” (Fodor, 1975:58)

A principal razão para que Fodor acredite que LOT não tenha a mesma natureza das línguas naturais está em sua própria versão de inatismo¹⁴ (Fodor, 1975; 1981). De acordo com Fodor (1975), aprender uma língua natural signifi-

¹⁴ Em psicologia, o termo ‘inatismo’ se refere à visão de que certas habilidades e capacidades são “nativas” – inatas, intrínsecas ao cérebro/mente já no nascimento. Outros teóricos que adotam uma perspectiva inatista ou nativista são Noam Chomsky e Steven Pinker.

ca, entre outras coisas, aprender certas sentenças-T que trazem as condições de verdade das sentenças da língua-alvo. Por exemplo, a sentença ‘A neve é branca’ é verdadeira se e somente se a neve, no mundo real ou no contexto em que a palavra ‘neve’ está inserida, for, realmente, branca¹⁵. Mas, para Fodor, se a aprendizagem de uma língua natural – seja ela a primeira ou a segunda língua – for simplesmente a formulação e confirmação de hipóteses, as sentenças-T, então o aprendizado de uma língua natural pressupõe um meio onde as hipóteses possam ser formuladas e confirmadas. E, como apresentamos, Fodor propõe a linguagem do pensamento como esse meio, esse *medium*.

Então, se o aprendizado de uma língua natural qualquer envolve a formulação e confirmação de hipóteses, não se pode assumir que a LOT seja uma linguagem aprendida, pois aprender a LOT exigiria um meio, um sistema representacional interno para a formulação e confirmação de suas hipóteses, e a linguagem do pensamento já é esse meio onde as hipóteses são formuladas e confirmadas. A LOT, assim, não deve ser aprendida, mas deve ser nativa, inata, intrínseca ao cérebro/mente. Para Fodor, a aprendizagem de uma língua natural é a tradução das sentenças nas línguas naturais para a linguagem do pensamento.

Quanto à aprendizagem de conceitos, tópico relacionado mais diretamente à semântica lexical, Fodor tem a mesma postura: a aprendizagem de conceitos envolve, essencialmente, a formulação e a confirmação de hipóteses a respeito dos conceitos a serem aprendidos. Embora isso pareça implicar que os conceitos já existam, pelo menos potencialmente, no próprio sistema, Fodor (1998) coloca que, embora os conceitos não sejam nativos, inatos ao sistema, a sua extensão é essencialmente *dependente* do sistema.

Resumindo a presente subseção, se o aprendizado de uma língua natural é a formulação e a confirmação de hipóteses quanto às sentenças nessa língua natural, e se a aquisição de conceitos também se dá nessa mesma base, então tal

¹⁵ O leitor certamente poderia encontrar casos, em algum tipo de literatura, como a de ficção científica, por exemplo, em que o que é entendido por ‘neve’ não é branco ou, até mesmo, verificar que no mundo real existe um debate quanto aos vários tipos diferentes de neve que os esquimós identificam que, para olhos destreinados, são todos o mesmo. Para fins do presente texto, assumimos que a neve é branca.

aprendizado exige um meio, e esse meio é a Linguagem do Pensamento. Dada a diferença de natureza entre as línguas naturais e a linguagem do pensamento, é plausível afirmar que a linguagem do pensamento não é aprendida, mas inata, nativa, da mesma maneira que a gramática universal de Chomsky (1957).

3.2.2.3 – Naturalismo e a Linguagem do Pensamento

De acordo com Heloísa Feltes em sua tese de doutoramento de 1998, talvez o mais extenso e minucioso trabalho a respeito do programa de pesquisa de Jerry Fodor em língua portuguesa, a pesquisa desenvolvida por Fodor tem cunho naturalista¹⁶; i.e., o programa de pesquisa de Jerry Fodor inscreve-se em um macroprojeto que busca demonstrar que os estados mentais são parte do mundo natural. De acordo com Feltes (1998):

(3.17) “Em termos bem amplos, a idéia do naturalismo mental é a de que os estados mentais são parte do mundo natural, mas **não são ontologicamente primitivos**” (Feltes, 1998:93)(grifo – negrito – da autora original)

Que uma teoria seja de cunho naturalista, entretanto, não implica que essa teoria seja fisicalista¹⁷. Tye (1992), coloca que:

(3.18) “A suposição radical do naturalismo, então [...], é a de que os estados mentais têm essências que são expressáveis numa linguagem não-mental” (Tye, 1992:422)

Para Feltes (1998), essa é a exata posição de Fodor em seu projeto naturalista para as representações mentais. De acordo com Fodor (1990a):

¹⁶ O *naturalismo* é a corrente filosófica que não desvincula o sobrenatural da natureza. O naturalismo não afirma que os fenômenos ou hipóteses comumente rotuladas como sobrenaturais não existam ou estejam erradas, mas coloca que todos os fenômenos e hipóteses podem ser estudados através dos mesmos métodos.

¹⁷ O *fisicalismo* é uma posição metafísica de que tudo é físico; em outras palavras, o fisicalismo postula que não existe nada que não sejam as coisas físicas. Em filosofia da mente, a

(3.19) “A preocupação com a representação é, acima de tudo, de que o semântico (e/ou o intencional) mostrar-se-á permanentemente recalcitrante à integração na ordem natural; por exemplo, que as propriedades semânticas/intencionais das coisas falharão em supervir sobre propriedades físicas. O que é exigido para abrandar-se a preocupação é, portanto, no mínimo, a formulação das condições *naturalistas* para a representação. Isto é, o que queremos, no mínimo, é algo da forma ‘R representa S’ é verdadeiro sse C, onde o vocabulário em que a condição C é expressa não contenha expressões intencionais ou semânticas.” (Fodor, 1990a:32)

E Fodor (1994a) estabelece duas categorias de filosofias tradicionais da mente: (i) os dualistas, em que a mente é uma substância não-física, e (ii) os materialistas, em que o mental não é independentemente distinto do físico. Para Fodor (1994a), a grande falha do dualismo é não abordar adequadamente a causalidade mental, ou, em suas palavras:

(3.20) “(...) como pode o não-físico dar origem ao físico sem violar as leis da conservação de massa, de energia, de *momentum*?” (Fodor, 1994a:25)

Então, se o não-físico não é suficiente para afetar o físico, Fodor & Lepore sustentam que:

(3.21) “Para colocar no jargão filosófico padrão, as propriedades semânticas devem supervir às propriedades não-semânticas.” (Fodor & Lepore, 1994:143)

Feltes (1998) coloca que as propriedades semânticas não seriam, dessa maneira, irreduzivelmente semânticas. Fodor & Lepore (1994b) afirmam, então:

(3.22) “(N)ão nos preocupamos se as propriedades semânticas super-

posição fisicalista coloca que a mente deve ser uma coisa física em algum ponto.

vêm a algo que seja físico, contanto que elas supervenham a alguma outra coisa que não sejam elas mesma” (Fodor & Lepore, 1994b:143)

A discussão do naturalismo dentro da LOTH tem origem na necessidade de interação entre o que é físico com o que é não-físico. Para Fodor, a interação físico/não-físico decorre do fato de que ao se postular propriedades que são irredutivelmente psíquicas ou mentais, ter-se-ia de explicar, então, como essas propriedades poderiam pertencer à estrutura ontológica do mundo real. Em outras palavras, ao se postular propriedades que são de um ou de outro tipo – ou físicas, ou mentais – ter-se-ia de explicar como elas poderiam interagir entre si. A versão naturalista de Fodor concorda com Tye (1992), apontando uma interação entre o mental e o não-mental. A hipótese da linguagem do pensamento, nessa perspectiva, é uma tentativa de mostrar como as mudanças de estado em um sistema físico preservem as suas propriedades semânticas, mentais, na perspectiva de Fodor.

Para alcançar o ponto de interação entre o físico e o não-físico, Fodor mais uma vez busca amparo na metáfora clássica dos cognitivistas – aquela do computador:

(3.23) “Os computadores mostram-nos como conectar propriedades semânticas com propriedades causais por símbolos (...). Você conecta as propriedades causais de um símbolo com suas propriedades semânticas através de sua sintaxe. A sintaxe de um símbolo é uma de suas propriedades físicas de segunda ordem. Para uma primeira aproximação, pode-se pensar de sua estrutura sintática como um traço abstrato de (...) *forma*. Porque (...) a sintaxe reduz-se à forma, e porque a forma de um símbolo é um determinante potencial de seu papel causal, é bastante fácil ver como poderia haver ambientes em que o papel causal de um símbolo correlaciona-se com sua sintaxe.” (Fodor, 1990a:22; 1987:18-19)

E completa:

(3.24) “(A)penas símbolos têm sintaxe, e nossa melhor teoria disponível dos processos mentais – de fato a *única* teoria disponível dos processos mentais que não é *conhecida* como falsa – precisa de um quadro da mente como uma máquina dirigida-pela-sintaxe” (Fodor, 1990a:23; 1987:19-20)

Assim, relacionando a computação com a naturalização das atitudes proposicionais:

(3.25) “(A)creditar (etc.) é uma relação entre um organismo e uma representação mental. As representações mentais têm (*inter alia*) propriedades sintáticas, e os mecanismos de mudança de crença são definidos sobre as propriedades sintáticas das representações mentais” (Fodor, 1990a:145)

Para Fodor, as línguas naturais que as pessoas são capazes de aprender não são muito diferentes da linguagem do pensamento, a linguagem inata a todos os organismos relevantes, embora não tenham a mesma natureza. As sentenças que as pessoas são capazes de aprender e compreender nas línguas naturais não são muito diferentes das fórmulas que representam essas sentenças na linguagem do pensamento. Quando se aprende o que um predicado qualquer em uma língua natural significa, sua extensão é representada na linguagem do pensamento, na forma de uma representação marcada, uma fórmula, por assim dizer, que possui uma estrutura sintática e uma estrutura semântica combinatórias.

Se existe uma ligação computacional – combinatória – entre os predicados nas línguas naturais, por exemplo, e se existe também a sua representação na linguagem do pensamento, então o sistema computacional da linguagem do pensamento deve ter uma arquitetura parecida com a dos sistemas computacionais.

Para Fodor, os sistemas computacionais, dada a sua natureza, têm no mínimo duas linguagens: uma linguagem de *input/output*, através da qual é possível a comunicação com o ambiente, e uma linguagem de máquina, através da qual são executadas as computações. Nos sistemas computacionais existem compiladores que fazem a mediação entre as duas linguagens, especificando bicondicionais, em cujo lado esquerdo está uma fórmula no código de *input/output*, e em cujo lado direito está uma fórmula na linguagem da máquina, que são representações de condições de verdade para fórmulas na linguagem *input/output*. A habilidade de uma máquina para usar esta linguagem depende da

disponibilidade dessas definições; embora a máquina precise ter um compilador para usar a linguagem de *input/output*, ela não tem um compilador para a linguagem da máquina, pois a máquina é construída para usar essa linguagem. Assim, a linguagem da máquina difere da linguagem de *input/output* porque suas fórmulas correspondem diretamente aos estados físicos e operações da máquina que são computacionalmente relevantes, de modo que a física da máquina garante que as seqüências de estados e operações respeitem as restrições semânticas sobre as fórmulas em seu código interno. *A fortiori*, a definição de verdade para a linguagem da máquina é dada pelos princípios de engenharia que garantem esta correspondência.

Então, tal qual para a computação, a Hipótese da Linguagem do Pensamento também tem uma linguagem de *input/output*, e uma linguagem de máquina. Essa linguagem de máquina é a linguagem do pensamento. A posição de Fodor, então, é a de que ter uma atitude proposicional é estar em uma certa relação com uma representação interna. Desse modo, os estados mentais podem ser descritos como relações entre organismos e representações mentais. A passagem do físico para o não-físico se dá dentro do próprio sistema, que é construído para usar a linguagem do pensamento e mediar a interação *input/output* físicos com a linguagem do pensamento, não-física.

Descrevendo esse processo de maneira mais detalhada, poderíamos colocar que, de acordo com a teoria representacional da mente, da qual a teoria computacional da mente é dependente, o pensar, o processamento computacional, consiste em parte do *tokening* de estados que são (a) intensionais (i.e., que têm conteúdo representacional/proposicional) e (b) conectados causativamente. O pensar, então, é, pelo menos em parte, causativamente procedente de relações de estados físicos para estados não-físicos que fazem sentido semântico – as transições entre esses dois estados devem preservar alguma coisa de seu conteúdo semântico para serem classificadas como pensamento. O ‘conteúdo semântico’, nesse sentido, deve ser entendido como aquilo que é preservado na interação físico/não-físico. Assim, os *tokens* de atitudes proposicionais são relações com *tokens* de símbolos. Os símbolos, por sua vez, têm conteúdo intencional, e seus *tokens* são físicos e, por serem físicos, têm papéis causais. O pensar, assim,

é o processo computacional oriundo da interação entre essas duas instâncias, físico e não-físico, dada a fórmula representacional decorrente dessa interação. Essas fórmulas devem ser semanticamente avaliáveis para que possa existir raciocínio e computação, e tomadas de decisões por parte do organismo. O pensar, então, não é a simples passagem de um estado mental para outro de maneira arbitrária – os pensamentos também devem estar conectados semanticamente. Essa conexão entre os pensamentos é chamada de coerência semântica.

Mas essa conexão semântica, que não pode ser a simples passagem de um estado mental para outro de maneira arbitrária, também pode ser desencadeada de acordo com a vontade do organismo pensante. O pensar, então, deve ter um componente intencional, e os pensamentos, conteúdo intencional. Mas para Fodor, a Hipótese da Linguagem do Pensamento deve ser mais do que um simples Realismo Intencional. O realismo intencional coloca que (a) existem estados mentais aos quais se associam objetos intencionais, e que (b) esses estados mentais têm papéis causais. A diferença entre o realismo intencional e a hipótese da linguagem do pensamento, de acordo com Fodor (1987), é que:

(3.26) “(...) os estados mentais – e não apenas seus objetos intencionais – tipicamente têm estrutura constituinte” (Fodor, 1987:137)

Conseqüentemente, a parte intencional de um pensamento qualquer são fórmulas de estrutura composicional – fórmulas semanticamente avaliáveis que contêm outras fórmulas semanticamente avaliáveis como constituintes. Assim:

(i) algumas fórmulas mentais têm partes;

e

(ii) as partes são transportáveis para a composição de outras fórmulas mentais, como é o caso em que o ‘P’ que expressa a proposição *P* na fórmula ‘P’ é um *token* do mesmo tipo que o ‘P’ que expressa a proposição *P* numa fórmula qualquer.

A relação entre os estados mentais é estabelecida, então, através de sua estrutura constituinte sintático-semântica, interpretada dentro de um sistema simbólico como o da linguagem do pensamento. Assim, se o pensar, o processamento computacional, consiste no processamento de representações realizadas fisicamente no cérebro – da mesma maneira que a linguagem de máquina é realizada por um computador – e essas representações são fórmulas que têm uma estrutura sintática e uma estrutura semântica, ambas de natureza combinatoriais, então a passagem do conteúdo dos estados mentais de um estado físico para um estado não-físico se dá através da estrutura formal, sintática, preservando o conteúdo semântico, incluindo sua intencionalidade, sendo, ao mesmo tempo, parecida e diferente da maneira como um computador efetua os seus processos computacionais.

Essa passagem do conteúdo causal e do conteúdo intencional de um estado físico para um estado não-físico – e vice-versa – através de suas propriedades formais garante a naturalização da hipótese da linguagem do pensamento.

3.2.2.4 - Produtividade e a Linguagem do Pensamento

As pessoas parecem capazes de compreender um número indefinido de pensamentos, embora, durante suas vidas, elas contemplem – pensem – apenas um número muito pequeno, finito, deles. Os falantes considerados competentes são capazes de enunciar e compreender muitas sentenças que nunca tinham ouvido, ou sobre as quais não haviam pensado antes.

Como vimos, para a hipótese da linguagem do pensamento, compreender uma sentença é alcançar o pensamento, a proposição que ela expressa. Sendo assim, pode-se dizer que existe um número infinito de sentenças, ou um número infinito de pensamentos, que uma pessoa poderia alcançar/representar. Em termos técnicos, dizemos que as pessoas têm uma *competência* ilimitada para representar diferentes pensamentos, embora tenham uma *performance*, um *desempenho* limitado. Mas essa capacidade ilimitada deve ser alcançada através de meios finitos, combinatoriais. Por exemplo, nenhuma pessoa armazena em sua

memória todas as representações das sentenças que é capaz de produzir. Sendo assim, as capacidades cognitivas humanas devem ser capazes de representar um número ilimitado de pensamentos, um número ilimitado de atitudes quanto a um número ilimitado de proposições na base de um número limitado de recursos combinatoriais.

A esse fenômeno chamamos *produtividade*. A produtividade está ligada à propriedade de os sistemas simbólicos como a linguagem do pensamento serem capazes de expressar um número infinito de proposições; de acordo com Feltes (1998), reproduzido em (3.27), abaixo:

(3.27) “(...) a produtividade refere-se à capacidade de se gerar um novo pensamento ou uma nova sentença além daqueles já presentes num dado *corpus*.” (Feltes, 1998:73)

Ou seja, a produtividade está relacionada com a capacidade criativa, recursiva, combinatória de produção e compreensão de novas sentenças ou pensamentos, que podem ser infinitas, mas que não precisam fazer parte de qualquer grupo, caixa ou conjunto de dados já conhecidos por um indivíduo.

Fodor explicita a produtividade quanto à hipótese da linguagem do pensamento na seguinte passagem:

(3.28) “O argumento clássico de que estados mentais são complexos refere-se à produtividade das atitudes. Há um conjunto (potencialmente) infinito de – por exemplo – estados de crenças-*type*, cada qual com seu objeto intencional distinto e seu papel causal distinto. Isso é diretamente explicável sob a suposição de que estados de crença têm estrutura combinatorial; que eles são de algum modo construídos a partir de elementos, e que o objeto intencional e o papel causal de cada estado depende de quais elementos ele contém e como eles são combinados” (Fodor, 1987:147)

De acordo com Feltes (1998), a linguagem do pensamento é “*um paradigma desse tipo de explanação*”, pois assume objetos que têm uma estrutura constituinte sintática e uma estrutura constituinte semântica de natureza combinatorial. O argumento da produtividade é um dos principais argumentos a favor

da linguagem do pensamento, e está fortemente ligado a um outro argumento de peso a favor da LOTH – o argumento da sistematicidade, logo abaixo na próxima subseção.

3.2.2.5 - Sistematicidade e a Linguagem do Pensamento

A sistematicidade consiste do fato de que a habilidade para alcançar certos pensamentos está intrinsecamente conectada com a habilidade para se alcançar muitos outros. Por exemplo, se um indivíduo tem dois números, n e m , e esse indivíduo sabe que ' $n+m$ ' faz sentido dentro de seu sistema, então esse indivíduo também sabe que ' $m+n$ ' faz sentido dentro de seu sistema (porque n e m são do mesmo tipo – nesse caso, números). Se esse mesmo indivíduo sabe que a e b são nomes de pessoas, e se ele sabe que ' aRb ' faz sentido dentro de seu sistema, então esse indivíduo também sabe que ' bRa ' faz sentido dentro de seu sistema. De maneira mais clara, esse último exemplo poderia ser interpretado como: se um indivíduo sabe que 'João ama Maria' faz sentido dentro de seu sistema, então ele também sabe que 'Maria ama João' faz sentido dentro de seu sistema. Perceba-se que tanto a sistematicidade quanto a produtividade são propriedades de sentenças, não de palavras.

Fodor & Pylyshyn (1988) demonstram a força desse argumento ao comparar a aprendizagem de uma língua natural da maneira que fazemos com a aprendizagem de uma língua natural a partir da memorização de um enorme livro de frases. No modelo do livro de frases, não existe nenhum mecanismo que ensine ao aprendiz que 'João ama Maria' usa o mesmo mecanismo para 'Maria ama João'. Ainda no modelo do livro de frases, um indivíduo qualquer que aprendesse como dizer 'Quero meu café com leite' na língua !kung, não saberia dizer ou compreender qualquer outra frase nessa mesma língua. Um falante nativo, por outro lado, é capaz de compreender tanto 'João ama Maria' quanto 'Maria ama João' e 'Quero meu café com açúcar'. Em outras palavras, o conhecimento de um falante nativo da sua língua é sistemático.

A explicação de Fodor para o fenômeno da sistematicidade é que os falantes nativos dominam a gramática e o vocabulário de sua língua, e, em outras

palavras, isso significa dizer que as sentenças são atômicas, i.e., podem ser combinadas em moléculas, mas têm um constituinte sintático, responsável pelas combinações possíveis. Se um falante tem um vocabulário, então a gramática diz a esse falante como combinar as palavras em sentenças de maneira sistemática. Assim, se um indivíduo é capaz de construir determinado tipo de sentença a partir do arranjo de determinado tipo de palavras, então esse mesmo indivíduo é capaz de construir muitas outras sentenças do mesmo tipo da primeira usando o mesmo arranjo, mas palavras diferentes.

O princípio da sistematicidade também se aplica aos pensamentos. De acordo com Fodor & Pylyshyn, se a habilidade para compreender uma sentença está relacionada com a habilidade para compreender muitas outras, então a habilidade para pensar um pensamento está conectada sistematicamente com a habilidade para se pensar muitos outros, pois compreender uma sentença, na hipótese da linguagem do pensamento, é pensar o pensamento/a proposição que ela expressa. E se pensar um pensamento significa ter um *token* de uma representação correspondente, então a habilidade para ter um *token* de certas representações está sistematicamente ligada a habilidade para se ter o *token* de outras representações. Como o sistema de representações da linguagem do pensamento postula um sistema combinatorial sintático como no caso da sistematicidade das línguas naturais.

De acordo com Feltes (1998), a produtividade e a sistematicidade são interdependentes – se existem mecanismos para um, então automaticamente obtém-se mecanismos para a outra.

Entretanto, o pensamento não é apenas sistemático, mas, também, composicional. Pensamentos conectados sistematicamente também estão relacionados de maneira semântica tal que os pensamentos assim relacionados parecem ser compostos dos mesmos elementos semânticos. A coerência alcançada por esse arranjo composicional garante que a habilidade para pensar ‘João ama Maria’ está conectada com a habilidade para pensar ‘Maria ama João’, mas não com ‘prótons são feitos de quarks’. Essa composicionalidade é alcançada através de uma semântica combinatoria em conjunto com uma sintaxe combinatoria, onde um constituinte atômico de uma sentença mental faz (aproximadamente) a

mesma contribuição semântica em qualquer expressão mental complexa em que ocorre.

3.2.2.6 – Representações na Linguagem do Pensamento

Como apresentado anteriormente neste mesmo capítulo, a Hipótese da Linguagem do Pensamento postula uma linguagem interna, a linguagem do pensamento, o componente responsável por apreender os conceitos na cognição humana e confrontá-los com as línguas naturais conhecidas, para que essas possam então representá-los.

Essa apreensão de conceitos é feita de maneira independente; apreender um conceito independe de apreender quaisquer outros. Assim, para apreender a representação mental de CÃO¹⁸ não se depende de ter que apreender também as representações ANIMAL DOMÉSTICO, PELUDO, DE QUATRO PATAS, GATO, ANIMAL, BICO, e assim por diante. Em suma, a representação mental de cão é a tradução de CÃO para a linguagem do pensamento e a representação mental de CÃO não entra nas relações constitutivas de qualquer outro conceito. É por isso que chamamos tal teoria de teoria *atomista*, pois os conceitos são considerados – e tratados – como atômicos, independentes de quaisquer outros. Essa é a diferença básica de uma teoria semântica lexical atomista para outra decomposicionalista: em uma teoria decomposicionalista como a de Pustejovsky (1995), apresentada no capítulo anterior, todos os conceitos estão interligados.

Em uma teoria atomista como a de Fodor, os conceitos lexicais não são obtidos via compartilhamento de características, mas podem ser capturados por conjuntos de relações inferenciais obtidas de conceitos elementares e complexos, mas atômicos. Uma vez que o problema da ligação entre o objeto e sua referência lingüística foi resolvido por Fodor (1976), dada a postulação da linguagem do pensamento (as palavras referem conceitos na linguagem do pensamento, e são esses conceitos que representam os objetos no mundo real), esses

¹⁸ Na notação técnica da hipótese da linguagem do pensamento, palavras são grafadas em letras minúsculas, enquanto conceitos são grafados em letras maiúsculas. Por exemplo, a palavra gato e seu conceito correspondente na linguagem do pensamento GATO.

conjuntos de relações são mais bem representados por *postulados de significado* (veja subseção 1.2.2.4), que aqui não buscam representar o significado de diferentes itens lexicais, como em Carnap (1956c), mas sim as inferências que podem advir do conceito sob análise.

Dessa maneira, assume-se que, para cada conceito X, existe um conjunto de postulados de significado que constituem o *domínio inferencial* de X (um conceito lexical ou sentencial). Tomamos que o domínio inferencial de X é o conjunto A ($A = \{a, b, c, \dots, n\}$) de inferências que são causadas por X e também o subconjunto B de inferências que são causadas por Y, mas de cujos acarretamentos X toma parte. A noção de domínio inferencial pode ser exemplificada pelos postulados de significado relacionados com CÃO em (3.29), abaixo, onde a última expressão aponta que existem indefinidamente muitas propriedades que podem ser inferidas a partir de X (ou seja, que são causadas por X):

(3.29)

cão = CÃO

$(\text{CÃO}(x)) \rightarrow (\text{ANIMAL}(x))$

$(\text{ANIMAL}(x)) \rightarrow (\text{SER VIVO}(x))$

$(\text{ANIMAL}(x)) \rightarrow (\text{ANIMADO}(x))$

$(\forall(x))(P(x)) \rightarrow (Q(x))_n$

Na Hipótese da Linguagem do Pensamento, assume-se também que quaisquer relações entre conceitos podem ser representadas em termos de acarretamentos obtidos a partir de um sistema de derivações entre conceitos e outras expressões conceituais. Assim, se os postulados de significado constituem o mecanismo das inferências conceituais, e se, em muitos casos, os postulados de

significado permitem acarretamentos de duas-vias, podemos assumir que, *mutatis mutandis*, expressões como (3.30a) e (3.30b), abaixo, são ambas válidas e também tipificam de maneira geral os tipos de relações inferenciais obtidas entre os conceitos. Em outras palavras, eles materializam muitos casos de relações tais como sinonímia, hiponímia, meronímia e oposição (Cruse, 1986).

- (3.30) a. $(\forall(x))(VEGETAL(x) \vee ANIMAL(x)) \rightarrow (SER\ VIVO(x))$
 b. $(\forall(x)) (SER\ VIVO(x)) \rightarrow (VEGETAL(x) \vee ANIMAL(x))$

Sobre a natureza dessas inferências, devemos fazer três observações. A primeira, de que uma vez assumido que os elementos (ou os elementos “não-lógicos”, segundo Carnap) dos postulados de significado são representações atômicas, essa teoria se distancia das teorias de papéis inferenciais (ver Block, 1986), para as quais o conteúdo semântico das expressões é determinado pelas inferências das quais as expressões e seus constituintes participam. A segunda observação salienta a importância em se distinguir a presente teoria das teorias decomposicionistas: aqui, o conjunto A (ou B ou C) é o conjunto de inferências ou postulados de significado, e não um conjunto de conceitos ou características. Isso não é um simples caso de diferença notacional, técnica, pois, assim, os problemas ontológicos, definicionais, composicionais e holistas são evitados. E, finalmente, a terceira observação é a de que se assume que as inferências em A são causalmente conectadas com X mas não são constitutivas do conteúdo de X. Ou seja, embora X cause A, as inferências constitutivas de A não são de onde X tira o seu conteúdo. O que A faz é determinar as condições epistêmicas por parte das quais X e Y estão relacionados – onde X causa A, Y causa B, e A e B são ditos ter alguns dos mesmos postulados de significado (i.e., $A \cap B$).

3.2.2.6.1 – Causatividade Lingüística e a Hipótese da Linguagem do Pensamento

A Hipótese da Linguagem do Pensamento não busca explicar, de maneira direta, as línguas naturais e seu funcionamento. Na verdade, a Hipótese da Lin-

guagem do Pensamento visa a explicar um módulo da cognição humana. Nesse sentido, as línguas naturais, e, de maneira mais específica, as palavras, são assumidas apenas como a manifestação da cognição humana.

Assim, se em português brasileiro usa-se ‘dedo’ e, se no inglês, ‘finger’, a importância desse fato é apenas que duas palavras diferentes, em dois idiomas diferentes, remetem a um mesmo conceito. Palavras individuais ou compostas, expressões e outras manifestações nas línguas naturais não são o foco dessa teoria. Já a relação que um conceito estabelece com outro através das palavras das línguas naturais o é.

Assim, se um verbo causativo, tal como ‘afundar’, indica mudança de estado (na verdade, a palavra ‘afundar’ remete ao conceito AFUNDAR, que possui um domínio inferencial tal que, ‘ $Axy \rightarrow Dy$ ’¹⁹), a relação entre o agente que realiza a ação e o paciente que sofre a ação pode ser traduzida como uma mera mudança de predicado (‘boiar’ para ‘afundar’, por exemplo).

De maneira mais palpável, suponha-se duas pessoas, em um píer. A primeira, João, está mostrando seu barco para a segunda pessoa, Maria. O barco está boiando, amarrado ao píer para não flutuar para longe. O que Maria apreende dessa situação pode ser representado da seguinte maneira:

- (3.31) a. João tem um barco.
 b. O barco é de João.
 c. O barco flutua.
 d. O barco é branco.
 e. O barco tem velas.
 f. (outras entradas ligadas ao barco de João).

Se um outro barco, digamos, da marinha, estivesse por perto, e disparasse

¹⁹ ‘Se x afundou y, então y afundou’.

um tiro no barco de João, afundando-o, Maria apreenderia novos postulados que associaria aos outros postulados sobre o barco de João:

(3.31)(Cont.)

- f. O barco de João afundou.
- g. O barco de João está no fundo da marina.
- h. (novamente, a possibilidade de outras entradas).

Ou seja, a causatividade, a mudança de estado, indica também a introdução de novas entradas ligadas ao conceito em questão.

A ligação entre um evento causador e um evento causado na Hipótese da Linguagem se dá através de um processo inferencial de um conceito para outro na Linguagem do Pensamento. Se em uma sentença em linguagem natural um agente atua sobre um paciente mudando o estado desse último, um conceito – remetido pela palavra que refere a mudança de estado – simplesmente indica o outro.

Diferentemente do que acontece nas teorias decomposicionalistas tal como a Teoria do Léxico Gerativo de Pustejovsky, onde uma ou mais palavras participam do significado de uma outra, não existe qualquer participação de um conceito em outro(s) conceito(s). Assim, o conceito de ‘bolo’, por exemplo, não possui um postulado que diz que bolos necessitam do conceito ASSAR. O que pode acontecer é, quando o usuário da linguagem apreende que bolos são assados, então BOLO (o conceito), tem uma nova entrada associada, que diz que,

(3.32) $(\forall(x))(\text{BOLO}(x)) \rightarrow (\text{ASSADO}(x))$

O que pode acontecer é que o ASSADO da palavra ‘bolo’ e o ASSADO de ‘biscoito’, ou de ‘tijolo’, compartilhem das mesmas características inferenciais. Entretanto, e reafirmando, ASSAR não participa do domínio inferencial de

qualquer outro conceito.

Assim, se ‘João assou um bolo’, ‘João’, e, também, cada palavra dessa sentença, contribui para o significado total da molécula. Na Hipótese da Linguagem do Pensamento, ‘João’, a palavra, remete a JOÃO, o conceito, que possui entradas que apontam que ‘João’ pode ser agente de uma ação. ASSAR, por sua vez, refere a ação, no caso a mudança de estado, indicada pelo domínio inferencial desse conceito. O artigo ‘um’ contribui da mesma forma, bem como o substantivo ‘bolo’.

Por isso, é possível a criação de sentenças do tipo ‘João assou a torneira’, mesmo que pareçam sem sentido. A estranheza causada por essas sentenças não é o fato de que TORNEIRA não possui uma entrada que diz ‘Se é torneira, então pode ser assada’, mas que, normalmente, os falantes não estão acostumados com esse tipo de construção.

Se criarmos um contexto em que as torneiras são assadas, e todos, ou quase todos, os falantes possuem uma entrada em sua Linguagem do Pensamento que diz que ‘torneiras são assadas’, a falta de sentido e a estranheza não ocorreriam.

Assim, uma sentença que tem grande importância na história da Lingüística como um todo, elaborada e proferida por um dos maiores nomes dessa área, é, em nossa análise, mal avaliada. Então, a famosa frase de Noam Chomsky, ‘Incolores idéias verdes dormem furiosamente’, além de servir como exemplo de que a Sintaxe pode ser analisada como um componente independente da linguagem, serve também para mostrar a importância da Semântica: frases desse tipo só parecem anômalas porque à primeira vista parecem não fazer sentido – mas só não fazem sentido devido ao fato de que existe uma semântica subjacente a sua estrutura, mas cujas inferências possíveis de cada conceito referido pelas palavras que a formam não foram devidamente apreendida por todos os usuários da linguagem.

Apresentamos, pois, neste capítulo, a Hipótese da Linguagem do Pensamento, de Jerry Fodor, visando a enaltecer os pontos mais relevantes para o tema de nosso presente trabalho – o debate teórico entre Jerry Fodor e James Pus-

tejovsky quanto ao tratamento dos mecanismos causativos lexicais, foco de nosso próximo capítulo.

4 – O DEBATE

4.1 – SOBRE O NOSSO QUARTO CAPÍTULO

Em nosso quarto e último capítulo, apresentaremos o debate teórico entre a Teoria do Léxico Gerativo, de James Pustejovsky, e a Hipótese da Linguagem do Pensamento, de Jerry Fodor. Esse debate, tal como o desenharemos, se dará através do exame do tratamento dispensado por essas duas perspectivas para os verbos causativos, revisitando a questão dos fundamentos subjacentes às duas propostas à luz da Teoria das Interfaces, tal como delineada em Costa (2004; 2007). Dentro dessa perspectiva, os compromissos metodológicos entre a Semântica Lexical, as Ciências Cognitivas e as Ciências Computacionais determinam as nuances do debate e a viabilidade ou não tanto do decomposicionalismo quanto do atomismo.

Começaremos pela apresentação da Teoria das Interfaces, ponto comum pelo qual as duas teorias em jogo serão analisadas, seguindo então para o debate em si.

4.2 – A TEORIA DAS INTERFACES

A Teoria das Interfaces é uma perspectiva em Filosofia da Ciência que tem sido desenvolvida por Jorge Campos da Costa desde a década de 1980, e tem sido aplicada, de maneira mais direta, à Lingüística, Ciência da Linguagem. Entretanto, a Teoria das Interfaces fundamenta-se na Filosofia da Ciência, tra-

dição que tem sido desenvolvida por nomes tais como Popper, Kuhn e Feyerabend, e pode ser aplicada a qualquer área. É, portanto, uma meta-teoria científica.

4.2.1 – FUNDAMENTOS DA TEORIA DAS INTERFACES

Na Grécia Antiga, berço do pensamento Ocidental, as investigações científicas se davam em um contexto em que não havia disciplinas tais como as entendemos hoje, independentes entre si e limitadas aos seus próprios interesses e objetivos. Nessa época, a disciplina mais geral era a Filosofia, que englobava todas as outras, e regulava e regia a forma de investigação de cada uma. Cada disciplina específica, tal como a Aritmética, a Oratória e a Astronomia era entendida como apenas mais um ramo de investigação filosófica, e podia ser convocada em cada reflexão sobre qualquer outro tópico para ajudar a elucidar este ou aquele ponto, trazendo avanços não apenas para o ramo sendo investigado, mas, também, para todos os outros convocados à discussão.

As investigações científicas, assim, não estavam limitadas a um contexto disciplinar independente, mas se davam dentro de um quadro mais generalista em que a investigação em um ramo filosófico permitia – e, até mesmo, incentivava – a reflexão com a participação de outro(s) ramo(s). Esse é o quadro em que se insere o *Crátilo*, de Platão, que apresentamos no primeiro capítulo de nossa tese, em que Sócrates, em suas reflexões enquanto mediando o debate entre Crátilo e Hermógenes a respeito da conexão palavra-objeto referido, levantava questões sobre a adequabilidade (“justeza”) dos nomes quanto às propriedades do objeto referido no mundo real, a nomeação de objetos abstratos, a criação de palavras enquanto convenção social por um legislador, etc.

Essa perspectiva de uma disciplina mais geral, a Filosofia, englobando ramos menores, áreas mais específicas de conhecimento, se estendeu por muito tempo. Entretanto, com o desenvolvimento técnico de cada um desses ramos, áreas mais específicas, as disciplinas passaram a se tornar cada vez mais independentes entre si. Ao final da Idade Média, os catedráticos, especialistas em sua área, ministravam cada disciplina como uma parte vinculada somente a uma parte maior, a Ciência no geral, sem ligação entre as partes individuais.

parte maior, a Ciência no geral, sem ligação entre as partes individuais. Assim, o conhecimento disciplinar se tornou a norma, enquanto as investigações levando em consideração o todo foram deixadas de lado, e a Filosofia se tornou apenas mais um área de investigação, tal como a Física ou a Matemática. Começava, assim, a “Era das Disciplinas”.

A Ciência¹, nessa perspectiva, tornou-se a disciplina mais geral, que engloba todos os campos de conhecimento humano. Cada campo científico² é independente entre si, e a especialidade – tanto de maneira inter- quanto intra-teórica – se mantém hoje a norma. Assim, dentro da Ciência, temos teorias tais como a Física, que investiga a matéria e seu movimento, e, também, o espaço e o tempo. A Química, que é a teoria científica que investiga a composição, a estrutura e as propriedades da matéria e as mudanças que esta sofre durante as reações químicas. A Biologia, que é a teoria científica que investiga a vida, a origem da vida, a evolução, o crescimento, o desenvolvimento, e a função da vida e dos seres vivos. E assim por diante.

Entretanto, cada uma das teorias científicas remete aos objetivos mais gerais, a metodologia mais básica e aos pressupostos mais amplos da teoria em questão. Assim, na investigação de fenômenos particulares, surgem *subteorias*³ que buscam investigar fenômenos particulares. A Física, por exemplo, engloba subáreas tais como a Mecânica Clássica, o Eletromagnetismo e a Termodinâmica. A Química, por sua vez, engloba subteorias tais como a Química Nuclear, a Química Orgânica e a Química Analítica. Já a Biologia, subáreas tais como a Botânica, a Zoologia e a Ecologia.

Entretanto, a Ciência e as investigações científicas na era contemporânea viram ressurgir a necessidade de estudos que levam em consideração fenômenos que podem – ou que *devem* – ser investigados por mais de uma área ou subárea. Em outras palavras, a Ciência, nos dias de hoje, viu ressurgir a necessidade de

¹ Usaremos “Ciência”, com ‘c’ maiúsculo, para indicar essa área, esse campo, mais geral. Sempre que nos referirmos a uma disciplina usando a inicial em maiúsculas, estaremos nos referindo a toda uma área ou campo científico.

² Ou, também, ‘área científica’ ou ‘teoria científica’.

convocar para uma investigação dentro de uma área ou subárea específica a reflexão em conjunção com outras áreas de conhecimento. E, dessa necessidade, surgem os estudos interdisciplinares, os estudos intra-disciplinares os estudos multidisciplinares, entre outras nomenclaturas⁴ que referem estudos envolvendo mais de uma área ou subárea científica.

Apesar de os estudos multidisciplinares não serem novidade nos dias de hoje, o desenho de estudos desse tipo tal como têm sido desenvolvidos não valoriza, realmente, a contribuição individual de cada área ou subárea para o estudo – e o resultado final desse estudo – em si. Não existe uma sinergia real entre as áreas e subáreas envolvidas. Os estudos reunindo mais de uma área ou subárea que se propõem a investigar um fenômeno qualquer costumam separar as áreas e subáreas de maneira tal que cada área ou subárea é responsável apenas pela análise daquilo que já é próprio à área ou subárea em questão. O fenômeno de um estudo desse tipo, ao invés de ser construído de maneira a valorizar a contribuição de cada área ou subárea para o todo é apenas observado pelas áreas envolvidas de maneira individual. E a conclusão de estudos desenhados dessa maneira costuma ser apenas um agregado de resultados individuais da investigação individual de cada área ou subárea envolvida.

Assim, em um estudo no formato corrente, envolvendo mais de uma área, cujo tema é a influência do aquecimento global na reprodução das tartarugas marinhas, por exemplo, a Biologia observaria as tartarugas e os seus hábitos reprodutivos em um recorte específico de tempo, enquanto a Física verificaria os efeitos do aquecimento da temperatura do mar durante esse mesmo período, e a Geografia, por sua vez, observaria o ressecamento da areia das praias de mar em que as tartarugas costumam enterrar seus ovos ainda nesse mesmo recorte específico de tempo. A conclusão de tal estudo não passaria da soma das conclusões da investigação de cada área de maneira isolada. Não haveria contribuição ou sinergia real, nem contribuição mais profunda de cada área ou subárea para o

³ Ou, também, ‘subáreas’, ou ‘subcampos’.

⁴ Usaremos, aqui, ‘multidisciplinares’ como o termo mais geral para referir estudos em que mais de uma área é convocada a participar.

estudo em questão. Apenas uma série de estudos independentes dentro de um mesmo recorte de tempo. Ou seja, a *interface* entre as áreas teria sido mal construída.

4.2.2 – A TEORIA DAS INTERFACES

É nesse quadro insatisfatório de investigação multidisciplinar que surge a Teoria das Interfaces. A Teoria das Interfaces é uma meta-teoria que pode ser aplicada na construção de trabalhos envolvendo mais de uma área ou subárea, tanto de maneira interteórica⁵ quanto de maneira intra-teórica.

Para tanto, a Teoria das Interfaces assume que a Ciência, em sua expressão mais geral, pode ser dividida em três grandes áreas: as Ciências Formais, as Ciências Sociais, e as Ciências Naturais. As Ciências Formais englobam áreas tais como a Física, a Matemática e a Lógica, por exemplo. As Ciências Sociais englobam áreas tais como as Ciências Jurídicas, a Sociologia, e a História. Já as Ciências Naturais, por sua vez, englobam áreas tais como a Biologia, a Medicina e a Neurociência. As subáreas de cada uma dessas áreas, por hipótese, fazem parte do mesmo grupo mais geral ao qual a sua área-mãe pertence. Assim, se a Física é assumida como uma teoria formal, então a Mecânica Clássica, subteoria da Física, também é assumida como uma subteoria formal. Se a História é assumida como uma teoria social, então a História do Brasil será assumida como uma subteoria de cunho também social. E assim por diante.

Mas cada área também pode ser investigada do ponto de vista de uma das outras áreas mais gerais da Ciência. Assim, a Lingüística, por exemplo, pode ser assumida tanto como uma disciplina Social, quanto Formal ou Natural. O Estruturalismo Lingüístico de Ferdinand de Saussure, por exemplo, é parte das Ciências Sociais, visto que os seus pressupostos são todos de natureza social – a linguagem é um fenômeno social, e as línguas são fenômenos particulares de comunidades específicas. A Gramática de Montague, por sua vez, faz parte da

⁵ ‘Inter-teórico’ refere, aqui, estudos envolvendo áreas, teorias diferentes, tais como a Física e a Matemática, por exemplo. Já ‘intra-teórico’ refere estudos envolvendo subáreas, subteorias, tais como a Mecânica Clássica e a Botânica.

Lingüística enquanto Ciência Formal – para Richard Montague e seus associados, a linguagem é um fenômeno de mesma natureza que a Matemática. Já o Programa Gerativista de Noam Chomsky assume que a Lingüística faz parte da Biologia e da Psicologia Cognitiva, sendo a linguagem um fenômeno da cognição humana⁶.

Cada uma das teorias e subteorias pode ser articulada com outras, e de outras áreas, dando origem a trabalhos de interface, sejam eles intradisciplinares (dentro de uma mesma área de conhecimento) ou interdisciplinares (entre áreas diferentes). No caso de estudos interdisciplinares surgem pesquisas de interface tais como os da Psicologia Social (Ciências Naturais/Ciências Sociais), da Matemática Cognitiva (Ciências Formais/Ciências Naturais), ou da Lingüística Formal (Ciências Sociais/Ciências Formais), por exemplo. E se por um lado existem interfaces entre áreas diferentes de conhecimento, interdisciplinares, a Teoria das Interfaces também prevê a construção de interfaces internas a cada área. No caso da Lingüística, é possível construir interfaces entre Sintaxe e Semântica, Semântica e Pragmática, ou Fonologia e Sintaxe, por exemplo, buscando investigar um objeto específico, *construído* dentro dessa união inter- ou intra-disciplinar.

A Teoria das Interfaces assume uma abordagem de constituição de interfaces entre diferentes áreas de conhecimento, visando a *construir* objetos de investigação que sejam relevantes nas interfaces, um ponto muitas vezes ignorado por pesquisadores em estudos intra-, inter- ou multidisciplinares: a interface entre duas ou mais áreas só faz sentido quando o objeto de estudos é *construído* dentro da interface, relevante para todas as áreas envolvidas, e não apenas quando observado ou analisado sob o ponto de vista dessa ou daquela área, para uma comparação posterior dos resultados dos pontos de vista envolvidos. Não existe qualquer ganho, por exemplo, se em uma interface entre Matemática e Neurociência o pesquisador primeiro verificar os resultados de um sujeito em uma prova de geometria – sua nota – para, depois, em um momento posterior,

⁶ No restante de nossa apresentação da Teoria das Interfaces, usaremos a Lingüística como exemplo.

verificar quês partes do cérebro desse mesmo sujeito são ativadas quando ele se concentra em formas geométricas ou em cálculos matemáticos de maneira abstrata – só haverá qualquer ganho real se o estudo de interface entre Matemática e Neurociência tiver um objeto construído dentro dessa interface, relevante ao mesmo tempo para as duas áreas, como, por exemplo, quês partes do cérebro são ativadas no momento exato em que o sujeito da pesquisa está usando seus conhecimentos de geometria e matemática.

No caso da Lingüística, disciplina em que a Teoria das Interfaces tem sido mais aplicada, e, de maneira mais específica, nos estudos em Semântica, o número de interfaces é alto, tanto de maneira intra- quanto interdisciplinar. Dentro da Ciência da Linguagem, a Semântica pode fazer interface com todas as outras subáreas ou subteorias da Lingüística. Em um estudo de interface entre Semântica e Fonologia, por exemplo, um pesquisador poderia construir um objeto de maneira a verificar a mudança de significado quando da mudança da ênfase da entonação do falante – “**João** ama Maria” (quem ama Maria é o *João*, não o Paulo), “João **ama** Maria” (é *amor* o que João sente por Maria, e, não, amizade), ou “João ama **Maria**” (é a *Maria* quem o João ama, não a Mônica). Já em uma interface entre Semântica e Sintaxe, por exemplo, o pesquisador poderia investigar como a ordem e a organização das palavras em uma sentença influencia na interpretação do significado dessa sentença – “Amo muito tudo isso”, “Tudo isso amo muito”, “Amo isso muito tudo”, ou “Tudo muito isso amo”.

4.2.2.1 - A Semântica em Interface com a Lógica

Como mencionamos na seção anterior, a Teoria das Interfaces é uma meta-teoria que pode ser aplicada na construção de trabalhos envolvendo mais de uma área ou subárea, tanto de maneira interteórica quanto de maneira intrateórica. E ela tem sido aplicada, principalmente, em trabalhos de interface na área da Lingüística, a Ciência da Linguagem e, em especial, em trabalhos de interface entre a Lingüística e a Lógica.

Em um estudo multidisciplinar típico, tal como esses estudos têm sido desenvolvidos, em que o tópico de investigação é a inferência em linguagem natural, em que se poderia convocar Lingüística e Lógica, com ganhos para

tural, em que se poderia convocar Lingüística e Lógica, com ganhos para ambas as áreas, a Semântica trataria apenas do significado das sentenças usadas como exemplo, enquanto a Pragmática as investigaria dentro de contextos específicos. A Lógica, nesse sentido, seria usada apenas como ferramenta, avaliando a verdade de cada sentença dentro e fora de cada contexto. Os ganhos de tal estudo seriam mínimos, se algum, e não haveria avanço em qualquer das áreas e subáreas envolvidas.

Mas em um estudo desenvolvido baseado nos pressupostos da Teoria das Interfaces, em uma interface da Lingüística com as Ciências Formais, e, mais especificamente, com a Lógica, a Semântica se beneficia de toda uma tradição de precisão do raciocínio, lapidada em pelo menos dois milênios de investigação, e cujas origens remontam à Antigüidade Clássica, ao mesmo tempo em que a Lógica se beneficia de toda uma tradição de investigação semântica das propriedades do significado em linguagem natural. Os parágrafos a seguir demonstram um estudo desenvolvido assumindo-se os pressupostos da Teoria das Interfaces.

Na época dos grandes filósofos gregos, os fundadores do pensamento Ocidental, a preocupação com a verdade e, por conseguinte, com a precisão da condução para a verdade, levou à investigação dos mecanismos que, se seguidos, garantem um raciocínio preciso e conclusão adequada às premissas envolvidas em qualquer argumentação.

Em outras palavras, o que os gregos antigos buscavam eram maneiras de garantir que, uma vez apresentada uma argumentação qualquer, a conclusão dessa argumentação não fosse díspare com aquilo que era apresentado como premissa para conduzir à conclusão. Por exemplo, (4.01), abaixo:

(4.01)

Premissa (A)	Todos os homens são mortais.
Premissa (B)	Platão é homem.
Conclusão (C)	Platão é mortal.

O exemplo, apesar de simples, ilustra bem o que os filósofos gregos buscavam – precisão na passagem das premissas para a conclusão. E, para alcançar essa precisão na passagem das premissas para a conclusão, eles investigaram quês mecanismos garantiam a precisão de raciocínio⁷. Fundou-se, assim, a Lógica, a partir dos estudos do filósofo Aristóteles.

A Lógica é a disciplina que estuda os princípios e critérios válidos de inferência. ‘Inferência’ é a passagem de premissas para uma conclusão, baseado somente naquilo que é apresentado como premissas em uma argumentação qualquer. Por exemplo, em (4.01), acima, a inferência é a passagem das premissas (A) e (B) (o argumento) para a conclusão (C). Das premissas apresentadas, seria impossível concluir que Platão é imortal, que a PUC é uma universidade, ou que Pégaso é o cavalo alado, por exemplo – essas não são inferências válidas para as premissas/argumentação apresentados.

Como o que é importante na passagem das premissas para a conclusão é a precisão do raciocínio, e não o conteúdo das premissas, a Lógica não trabalha com **conteúdos específicos**, mas com a **forma dos raciocínios**. Por isso dizemos que a Lógica, assim como a Matemática, são Ciências Formais: elas lidam com a forma, e, não, com o conteúdo. Na Matemática, por exemplo, não importa se estamos contando maçãs ou laranjas; o que importa é que, se somarmos uma maçã com outra maçã, temos duas maçãs, e esse mesmo raciocínio – o da soma – vale para qualquer tipo de fruta, pessoa, veículo ou qualquer coisa que se possa imaginar, mesmo coisas diferentes (se alguém juntar uma maçã com uma laranja, percebe-se que o raciocínio não se perde – essa pessoa fica com duas frutas ou, se essa pessoa somar uma maçã com um carro, ficará com dois objetos). Assim, por esse caráter formal, livre de conteúdo específico, os estudos em Lógica e em outras áreas formais causam certo choque em pesquisadores de outras áreas, ou em pessoas comuns que se deparam com aparentes incongruências de raciocínio. Observe-se (4.02), abaixo:

⁷ Na Teoria das Interfaces, a clareza é um dos pontos mais importantes – deve existir uma razão clara de porquê uma ou outra área são convocadas para cada trabalho de interface.

(4.02)

Premissa (A)	Todo queijo tem buracos.
Premissa (B)	Buracos no queijo indicam menos queijo no total.
Premissa (C)	Quanto mais queijo, mais buracos.
Conclusão (D)	Quanto mais queijo, menos queijo.

Perceba-se que, na passagem das premissas acima para a sua conclusão, segue-se o mesmo tipo de raciocínio envolvido no exemplo em (4.01) – a conclusão é condizente com as premissas apresentadas, embora intuitivamente, para a nossa percepção, seja uma conclusão estranha. Se uma pessoa qualquer tem cada vez mais e mais de alguma coisa, parece óbvio concluir que essa pessoa tem cada vez mais e mais do que quer que seja que tenha, e, não, menos. Mas, como mencionamos, a Lógica – assim como a Matemática – não se preocupa com o conteúdo das premissas, apenas com a precisão na passagem das premissas para a conclusão. E é isto que a Lógica garante, mesmo que algumas conclusões sejam contra-intuitivas ou muito estranhas para a percepção humana, como no exemplo em (4.02).

Para garantir que o conteúdo das premissas não interfira no processo de raciocínio lógico, a Lógica se baseia em regras. As regras, por princípio, são livres de conteúdo e garantem a precisão na passagem de premissas para a sua conclusão. Uma das regras é aquela usada nos exemplos em (4.01) e (4.02), acima, chamada de Modus Ponendo Ponens ou, simplesmente, Modus Ponens. Essa regra diz que “se P, então Q, e P, portanto, Q”, ou, em linguagem lógica, $(P \rightarrow Q) \wedge P \vdash Q$. Isso quer dizer que, a partir de determinadas premissas, se essas premissas levam para determinada conclusão, então, necessariamente, sempre que tivermos essas premissas, teremos a sua mesma conclusão.

Além da regra de Modus Ponens, existem outras regras lógicas, e todas têm o mesmo objetivo, o objetivo mais geral da Lógica: garantir a precisão na passagem das premissas de um argumento para a sua conclusão.

Como o importante é a passagem das premissas para a conclusão, e não o conteúdo das premissas e da conclusão em si, a Lógica lida com valores de verdade. Um argumento pode ser verdadeiro ou falso, mas não ambos. Todo argumento ou é verdadeiro, ou é falso. Isso é relevante no sentido de que o que é verdadeiro ou falso é a precisão do raciocínio e, por conseguinte, a conclusão do argumento. Observe-se o exemplo em (4.03):

(4.03)

Premissa (A)	Todos os homens são mortais.
Premissa (B)	Sócrates é homem.
Conclusão (C)	Sócrates é imortal.

O argumento apresentado em (4.03) é verdadeiro ou falso? Falso, porque as premissas dizem que todos os homens são mortais e, dessa forma, se Sócrates é homem, então Sócrates *deve* ser mortal. Perceba-se que a precisão da Lógica é tal que a conclusão (C) nem mesmo poderia ser cogitada, uma vez que o predicado ‘imortal’ não aparece nas premissas do argumento.

Munido então de todo esse aparato formal, e mantendo a interface Semântica/Lógica, o pesquisador pode construir objetos que sejam relevantes para as duas áreas. Assim, pode-se investigar com a riqueza dos estudos lingüísticos e a precisão dos mecanismos formais propriedades da natureza de certos fenômenos da significação. Retomando um exemplo anterior, o da hiponímia, podemos afirmar que “se isto é uma rosa, então é uma flor” sem qualquer possibilidade de equívoco, mas o inverso é problemático: “se isto é uma flor, então isto é uma rosa”. Nesse caso, parece que ‘rosa’ acarreta ‘flor’, o que não acontece na passagem inversa – ‘flor’ não acarreta rosa, pois se um objeto é uma flor, pode ser uma tulipa, um cravo ou uma begônia, mas jamais será, *necessariamente*, uma rosa. Qual o verdadeiro problema por trás desse fenômeno? De acordo com a Lógica, percebe-se que o raciocínio é o mesmo daqueles nos exemplos em (4.01) e (4.02):

(4.04)

Premissa (A)	Se isto é uma flor, então isto é uma rosa.
Premissa (B)	Isto é uma flor.
Conclusão (C)	Isto é uma rosa.

O modo de apresentação formal do argumento não apresenta problemas. De um ponto de vista puramente lógico, não há qualquer equívoco na passagem das premissas para a conclusão. Mas ainda assim parece que a conclusão não se segue das premissas em questão. Em estudos de interface Semântica/Lógica, esse é o tipo de problema que pode ser levantado: como o conteúdo das premissas pode influenciar – positiva ou negativamente – na passagem das premissas para a conclusão. Mesmo que a Lógica por si só não trabalhe com o conteúdo das premissas, a Semântica o faz, e, lembremos sempre, os trabalhos de interface devem ser relevantes para todas as áreas envolvidas. Assim, esse é o tipo de investigação que a Teoria das Interfaces ajuda a construir. Esse tipo de trabalho traz avanço para todas as áreas envolvidas, e valoriza a contribuição individual de cada área participante. Afirmações típicas de que a Lógica não dá conta da linguagem natural, apesar de corretas, são, na perspectiva da Teoria das Interfaces, triviais – a Lógica não dá conta da linguagem natural porque não se propõe a estudar a linguagem natural como tal. Entretanto, em estudos de interface, a contribuição que a Lógica pode trazer torna-se relevante e valiosa. Uma interface mal construída será tão vazia quanto e tão pouco produtiva quanto um estudo multidisciplinar típico.

A Teoria das Interfaces, então, assume que a construção de interfaces amigáveis entre as áreas envolvidas em um estudo qualquer pode trazer avanços para todas as áreas envolvidas. A clareza é um dos pontos centrais para a construção de interfaces, pois a falta de clareza pode acarretar tanto na falta de clareza do estudo como um todo quanto na pouca contribuição de cada área envolvida. E, por se tratar de uma meta-teoria, a perspectiva da Teoria das Interfaces

pode ser usada também para a avaliação de estudos e teorias. Assim, na próxima seção, onde apresentaremos o debate entre a Teoria do Léxico Gerativo e a Hipótese da Linguagem do Pensamento, avaliaremos o tratamento dispensado por essas duas teorias para o léxico, em especial para os verbos causativos, à luz da Teoria das Interfaces.

4.3 – O DEBATE

Ao longo desta seção, apresentamos o debate teórico entre a Hipótese da Linguagem do Pensamento de Jerry Fodor e a Teoria do Léxico Gerativo, de James Pustejovsky.

Escolhemos para a nossa tese essas duas teorias por se tratarem de dois expoentes da tradição semântica – uma de cunho cognitivo, e, a outra, de cunho convencional-computacional.

À primeira vista, parece estranho proporcionar um debate entre teorias que assumem pressupostos diferentes – uma, a cognição, a outra, a linguagem enquanto sistema fechado em si mesmo. Um dos pontos que nos levou a escolher essas duas teorias como representantes de teorias decomposicionalistas e de teorias atomistas foram as críticas feitas por Fodor (& Lepore) ao programa de pesquisa de Pustejovsky, e a réplica desse último a essas críticas. Com o caminho aberto por uma discussão já estabelecida, nos pareceu uma estratégia interessante trilhá-lo e avaliá-lo.

Como o debate ao nível das críticas envolve questões referentes aos fundamentos das tuas teorias, esse será um ponto abordado pela nossa avaliação desse debate. Nesse sentido, todas as teorias, estejam elas inseridas na área que for, devem responder a algumas questões relevantes para a área em que se inserem. E o mesmo acontece com as teorias que se assume sejam teorias semânticas lexicais, ou que tragam algum tratamento de questões lexicais. No caso da Semântica Lexical, as questões mais relevantes dizem respeito à composicionalidade, às definições, à ontologia, e ao holismo.

Começaremos nosso debate, então, apresentando as questões mais relevantes para a Semântica Lexical, confrontando-as com os fundamentos assumi-

dos pelas teorias em jogo, e passaremos, então, para o debate ao nível das críticas tecidas por Fodor à Teoria do Léxico Gerativo. À última parte caberá a nossa avaliação do debate à luz da Teoria das Interfaces.

4.3.1 – O DEBATE AO NÍVEL DOS FUNDAMENTOS

Para comparar as duas teorias ao nível de seus fundamentos, apresentaremos, primeiramente, questões recorrentes em semântica lexical, e verificaremos e comentaremos o tratamento dispensado pela Teoria do Léxico Gerativo e pela Hipótese da Linguagem do Pensamento a essas questões.

4.3.1 – ALGUMAS QUESTÕES SEMÂNTICAS LEXICAIS

Qualquer teoria, seja na área que for, deve responder a algumas questões relevantes para a área em que se insere. No caso da Semântica Lexical, as questões mais relevantes dizem respeito à composicionalidade, às definições, à ontologia, e ao holismo.

Começaremos pela composicionalidade, talvez a questão mais central em Semântica Lexical, passando então para as definições, a ontologia e, por fim, para a questão do holismo.

4.3.1.1 – Composicionalidade

O princípio da composicionalidade, tal como proposto por Frege, diz que o significado de uma sentença é a soma das partes que compõem essa sentença mais a estrutura que carrega essas partes.

As representações semânticas são ditas composicionais quando mantêm o mesmo significado através de diferentes contextos. Ou seja, ‘chutar’ significa a mesma coisa nos contextos “-a bola”, “-a pedra” e “-o cachorro”. Pode-se dizer que, de acordo com o princípio da composicionalidade, as representações semânticas devem ter a mesma contribuição semântica em todos os contextos em que aparecem.

O termo ‘composicionalidade’ também é usado para referir a uma propri-

idade psicológica putativa que dá suporte à perspectiva de que existe uma Linguagem do Pensamento (tal como apresentada em nosso terceiro capítulo) que combina sintaticidade e semânticidade. O *locus classicus* desse argumento é de Fodor & Pylyshyn, 1988.

De acordo com Fodor & Pylyshyn (1988), existem, nos agentes cognitivos normais, conexões intrínsecas entre alguns pensamentos e outros. Os pensamentos vêm em grupos. Esse fato é o que chamamos de sistematicidade das representações cognitivas. A composicionalidade diz algo sobre a natureza dos pensamentos intrinsecamente conectados, e também sobre a natureza dos grupos de pensamentos: os pensamentos em cada grupo estão relacionados semanticamente. Ou seja, os pensamentos em cada grupo de pensamentos compartilham termos e predicados comuns. Assim, o pensamento ‘João ama Maria’ e ‘Maria ama João’ são conjuntos composicionais uma vez que ambos representam João, amar e Maria.

Ainda de acordo com Fodor & Pylyshyn (1988), a razão pela qual as representações cognitivas e a sistematicidade são composicionais é a de que existe uma Linguagem do Pensamento que combina a sintaticidade e semânticidade e que respeita o princípio da composicionalidade, em que as representações atômicas significam a mesma coisa em todos os contextos dos quais participam. A existência de uma Linguagem do Pensamento que respeita o princípio da composicionalidade explica a composicionalidade das representações semânticas.

Uma teoria que admita representações mentais, mas que rejeite estruturas combinatórias, carece de uma explicação genuína para a composicionalidade das representações semânticas. Mesmo que um agente cognitivo normal tenha pensamentos intrinsecamente conectados uns aos outros, não existe razão para esses pensamentos estarem relacionados semanticamente. Por exemplo, suponha-se um pensamento que envolve uma representação mental intrinsecamente conectada a uma outra representação mental. Mesmo que esse pensamento signifique ‘João ama Maria’, por que deveria significar ‘Maria ama João’ ao invés de ‘Pedro gosta de pizza’? Em uma teoria decomposicionalista, tal como a Teoria do Léxico Gerativo, parece não haver resposta a essa questão.

A composicionalidade é um dos principais problemas das teorias decomposicionalistas, uma vez que teorias dessa natureza assumem que todos os conceitos que compartilham estruturas representacionais semelhantes podem ser reduzidos a sinônimos, e que esses sinônimos podem se alternar em diferentes contextos sem alterar o valor do argumento ou sem afetar as inferências retiradas de tal argumento. Mas observe-se o exemplo (4.05), abaixo:

(4.05) a. João matou Pedro com um machado.

De acordo com a Teoria do Léxico Gerativo de Pustejovsky, a representação do verbo ‘parar’, como usado em (4.05a), traria, especificado em sua estrutura, que ARG₁ corresponde a ‘João’ e ARG₂ a ‘Pedro’, e o D-ARG, a ‘machado’. A sentença em si denotaria um *accomplishment*, a realização de uma determinada atividade, a saber, ‘causar a morte de’. Poderíamos então retirar o complemento da sentença, obtendo (4.05b), abaixo, pois, como mostrado, ele não precisa vir expresso sintaticamente, e essa mudança não afetaria a validade do argumento:

(4.05) b. João matou Pedro.

A estrutura representacional para o verbo ‘parar’ ainda se manteria a mesma, assim como a validade do argumento de evento. Uma vez decomposto o significado de ‘matar’ como ‘causar a morte de’, e assumindo-se que as duas expressões são sinônimas, o que, para Pustejovsky (1995), é possível, poderíamos substituir uma expressão pela outra sem danos ao valor composicional da sentença, obtendo (4.05c), abaixo:

(4.05) c. João causou a morte de Pedro.

Aparentemente, as duas sentenças são realmente sinônimas, pois tanto (4.05b) quanto (4.05c) denotam o mesmo evento. Entretanto, com uma análise não muito mais profunda, essa hipótese não se sustenta, uma vez que as inferências retiradas das duas sentenças não são as mesmas. De (4.05b), o ouvinte/leitor infere que João matou Pedro por ação direta, mesmo sem o complemento opcional ‘com o machado’. Mas o mesmo não acontece quando o leitor/ouvinte é exposto a (4.05c), inferindo que João causou a morte de Pedro indiretamente, sem agir ativamente para que o evento acontecesse.

Ou seja, apesar de as duas expressões serem consideradas sinônimas por Pustejovsky (1995) devido ao fato de denotarem a mesma situação de evento, e, assim, por aparentemente expressarem o mesmo significado, o que a semântica dessas expressões nos diz é que não é apenas *o quê* a palavra representa, mas *como* ela representa – em efeito, não é apenas a denotação da palavra que é importante, mas também o seu sentido.

Para Pustejovsky (1995:23), a semântica lexical deve especificar “como as palavras estão semanticamente relacionadas umas as outras”, incluindo, em particular, as relações de “sinonímia, antonímia, hiponímia e herança semântica, meronímia, acarretamento e pressuposição”. Mas, como demonstrado, uma semântica lexical puramente denotacional não é capaz de capturar todas as relações interlexicais. E uma vez que Pustejovsky barra o apelo aos postulados de significado (porque isso seria apenas a enumeração dos sentidos possíveis que uma palavra pode ter, transformando a teoria no todo em apenas mais um léxico de enumeração de sentido), então sua Teoria do Léxico Gerativo não pode ser levada adiante nem com relação aos verbos, nem com relação aos nominais ou aos adjetivos, ou coisa nenhuma, pois não restam alternativas. Ou seja, a metodologia não consegue coagir o léxico a reconstruir as inferências necessárias para a compreensão dos diferentes arranjos de sentido.

Com isso, pareceria que chegamos a um beco sem saída científico, mas isso não é verdade, pois se realmente somos capazes de retirar inferências de sentenças e expressões complexas (e nós realmente o somos), então a metodologia é que está errada, e não a nossa intuição da linguagem. Assim, apesar da resistência de Pustejovsky ao significado como composto de átomos de significa-

do mais regras de inferência, eles parecem ser a melhor opção metodológica para uma semântica lexical.

4.3.1.2 - Definições

As definições nada mais são que descrições simples do significado dos diversos e diferentes itens lexicais. Nesse sentido, não são diferentes dos léxicos de enumeração de sentido. O problema das definições é que a maioria dos conceitos não pode ser definido sem abarcar também problemas ontológicos. Se um item lexical precisa ser definido, então pressupõe-se que são necessários outros itens lexicais ou conceitos para caracterizá-lo, criando uma circularidade semântica que envolve todos as definições de todos os itens lexicais.

Em uma teoria decomposicionalista como a de Pustejovsky (1995), as definições dadas pela estrutura representacional de um determinado item lexical exigem que todas as definições sejam compartilhadas, não escapando ao problema da circularidade, o que não acontece em uma teoria atomista padrão, como a Hipótese da Linguagem do Pensamento de Fodor, em que os conceitos são apreendidos de maneira individual e, por não serem decompostos em quaisquer tipos de feixes de características/traços, mas computados como postulados de significado e domínios de inferências, permitem a existência paralela de outros conceitos que produzam inferências similares.

4.3.1.3 - Ontologia

Ontologia é o estudo do que existe. É um inventário do que existe. Um compromisso ontológico é um compromisso com a afirmação da existência de algo. Para mais bem explicar a noção de ontologia, a contrastaremos com termos relacionados e problemas levantados por outros pesquisadores através de seus estudos.

4.3.1.3.1 – Ontologia versus Metafísica

O que é comumente chamado de ontologia é a tentativa de afirmar quê

entidades existem. Já metafísica é a tentativa de afirmar, dentre essas entidades, o que elas são. Ou seja, a ontologia é a lista de entidades conhecidas por uma pessoa, enquanto que a metafísica dessa mesma pessoa é a teoria explanatória sobre a natureza dessas entidades. Por exemplo, um filósofo poderia incluir em sua ontologia quarks, pessoas, substâncias e instituições, enquanto sua metafísica poderia incluir afirmações do tipo: quarks são necessários tal maneira e obedecem tais leis físicas de tal maneira; pessoas são, em essência, seres racionais; substâncias são, por natureza, indestrutíveis; instituições são, em essência, entidades convencionalizadas, e assim por diante.

4.3.1.3.2 – A Visão Recebida de Compromisso Ontológico

Uma teoria do compromisso ontológico é uma teoria que diz quando estamos compromissados com a existência de certas entidades. Em Lingüística, deve-se assumir um compromisso ontológico porque isso permite ir das sentenças comumente aceitas como verdadeiras para afirmações de mais conteúdo sobre o que realmente existe no mundo. Se é possível demonstrar como passar de uma lista de afirmações verdadeiras para uma lista do que existe realmente, então é possível embasar as afirmações ontológicas de uma teoria de maneira mais consistente.

A teoria de compromisso ontológico mais conhecida é aquela oferecida por Quine em seu *On what there is* (1948). Ela pode ser adequadamente chamada de ‘visão recebida sobre o compromisso ontológico’. Na verdade, é uma combinação dos critérios do compromisso ontológico e a descrição daquilo a que os critérios se aplicam.

A noção de compromisso ontológico de Quine (1948) é a seguinte: uma sentença S está compromissada com a existência de uma entidade apenas se ou (i) existe um nome para a entidade na sentença ou (ii) a sentença contém, ou implica, uma generalização existencial em que a entidade é necessária para o valor da ligação com a variável. Em outras palavras, uma pessoa está compromissada a uma entidade se se refere a ela diretamente ou implica que existe algum indivíduo que é tal entidade.

A descrição de Quine sobre a que essa noção se aplica dá vazão à críticas. Para ele, uma sentença não está, de fato, compromissada a uma entidade se existe alguma paráfrase aceitável dessa sentença que evite seu compromisso para com ela como descrito na noção dada acima.

O apelo à paráfrase permite evitar o problema do barbeiro de Platão, ou o problema da não-existência de entidades que parecemos referir sem realmente o fazê-lo. Os nomes devem ser eliminados de maneira que o conjunto de afirmações verdadeiras remanescentes não contenha compromissos com quaisquer entidades desse tipo. Por exemplo, o nome ‘Pégaso’ é eliminado em favor do verbo ‘Pegasizar’, que é compreendido como o que alguém faz quando esse alguém é Pégaso. Poderíamos então dizer que nada Pegasiza (porque Pégaso não existe).

A visão recebida de compromisso ontológico também torna mais fácil refutar a existência de universais. O uso de predicados não compromete nenhum falante com universais ou com propriedades, como algo da forma “a é F”, nem requer que alguém nomeie uma propriedade como F ou quantifique tais entidades. Isso pode ser visto como uma vantagem, pois não é como se qualquer parte da linguagem usada deveria ter uma entidade correspondente. Se uma teoria está comprometida com universais, então esse compromisso deve se dar por virtude de sentenças como ‘Coragem é uma virtude’, em que a teoria se refere diretamente a tais entidades ou propriedades.

4.2.1.3.3 – Ontologia e Psicologia

Em Filosofia da Mente, as teorias de compromisso ontológico entram em jogo ao considerar-se afirmações psicológicas verdadeiras. Considere as seguintes afirmações psicológicas:

(4.06) João viu uma imagem vermelha.

(4.07) Pedro acredita que o céu é azul.

Cada sentença parece implicar um compromisso ontológico distinto. A maneira natural para passá-las para a forma lógica canônica é a seguinte:

(4.06) a. Existe um x tal que: $\text{Viu}(\text{João}, x)$ e x é uma imagem vermelha.

(4.07) a. $\text{Acredita}(\text{Pedro}, \text{que o céu é azul})$.

A primeira quantifica imagens vermelhas e a segunda usa um nome para uma atitude proposicional. Ambos os compromissos podem ser problemáticos.

Uma afirmação como (4.06) pode ser verdadeira mesmo que João esteja delirando e não existam objetos físicos vermelhos na situação em que João se encontra. Se (4.06) é assumida como verdadeira, isso compromete a sentença com imagens vermelhas, e então deve-se aceitar algo vermelho que não é físico, o que torna o materialismo da questão aparentemente falso.

Uma estratégia padrão para evitar esse comprometimento é o adverbialismo (Tye, 1989). Nessa perspectiva, ao invés de interpretar (4.06) como um par de entidades relacionadas, interpreta-se como o predicado de uma entidade única, um atributo complexo. O que parece ser uma segunda entidade relacionada à primeira é, na verdade, apenas uma modificação do predicado, ou seja, um advérbio. Ao invés de (4.06), então, teríamos algo do tipo de (4.06b), abaixo:

(4.06) b. João viu vermelhidez.

É claro que a deformação, em língua portuguesa, em (4.06b), não existe. O ponto é que a forma de (4.06) poderia ser entendida como um paralelo de:

(4.08) João correu devagar.

No caso em (4.08), um predicado modifica outro predicado e apenas uma entidade é implicada – nomeadamente, João.

O revés do adverbialismo pode ser encontrado na esperança de que ele torna mais fácil para o materialista acomodar um mundo em que as pessoas percebem de certa maneira e não em um mundo em que coisas como imagens vermelhas realmente existem. Se (4.06) fosse compreendida como (4.06b), então não haveria a implicação da existência de quaisquer entidades vermelhas.

O projeto adverbialista exige mais do que apenas a vontade para aceitar deformações como ‘Pedro acredita de certa maneira o-céu-é-azul’. O adverbialismo também requer que se mostre como tais paráfrases podem explicar tudo o que as sentenças originais explicavam, e isso pode ser um trabalho grande demais. Não está claro se elas capturam as mesmas distinções e implicações que as sentenças originais.

Atitudes proposicionais como (4.07) parecem comprometidas com algo como as proposições, e isso também parece ser indesejável. As proposições podem ser entendidas como problemáticas devido a seu caráter abstrato, ou, mais significativamente, elas podem ser vistas como problemáticas devido à dificuldade de se chegar a uma teoria razoável sobre o que uma proposição é, de maneira que ela seja aquilo que está fundamentado sobre essas relações. Se proposições são tomadas como conjuntos de mundos possíveis, por exemplo, então acreditar que $2+2=4$ acaba por se tornar a mesma coisa que acreditar no teorema de Pitágoras, um resultado inaceitável. Outras considerações que conduzem teorias sobre proposições com objetos de crença têm seus próprios problemas. Embora a estratégia adverbial tenha sido mais aplicada ao caso do fenômeno do objeto, ela também pode ser aplicada às atitudes proposicionais.

4.3.1.3.4 – Problemas da Visão Recebida

A visão recebida dos compromissos ontológicos encara pelo menos três problemas importantes, como o status da paráfrase, sua adequação para capturar relações ontológicas e a inescrutabilidade da referência.

4.3.1.3.4.1 – O status da paráfrase

A primeira dificuldade está voltada para os padrões que definem uma paráfrase adequada. Um problema é que não está claro até onde uma paráfrase vai ao eliminar os compromissos ontológicos. Talvez fosse melhor construir todas as sentenças do tipo ‘Chove’ de maneira que nada fosse realmente referido. Talvez ‘Tem um gato no sofá’ devesse ser parafraseado como ‘Gatear-no-sofá’, ou algo semelhante. Dadas os desvios do adverbialismo, deve-se que pensar o quanto e até onde esses compromissos devem ser evitados através da paráfrase. Uma preocupação relacionada, mas distinta, é que a teoria do compromisso ontológico parece encontrar um dilema fatal: ou a paráfrase é equivalente ao original, ou é uma substituição dele. Se é equivalente, então não está claro como a paráfrase, quando comparada ao original, pode ser privilegiada quanto aos compromissos ontológicos. Se o original estava comprometido com Pégaso, e a paráfrase é equivalente, porque não se deveria concluir que a paráfrase também está comprometida com Pégaso? Por outro lado, se a paráfrase não é equivalente, mas uma substituição do original, então a verdade do original é negada, e as vantagens de uma teoria do compromisso ontológico são perdidas. Como apontamos acima, a questão é encontrar aquelas afirmações que são verdadeiras em todos os contextos e só então discernir seus compromissos ontológicos. Como resposta a essa preocupação, Jackson (1980) propôs uma modificação que, em efeito, troca as paráfrases por relatos metalingüísticos sobre o aparato referencial envolvido nas sentenças originais. Sobre essa modificação, nenhuma equivalência é afirmada, nem a sentença original é rejeitada como falsa; pelo contrário, o relato metalingüístico é “privilegiado” ao transmitir os compromissos ontológicos no sentido de oferecer uma explicação semântica – e assim as implicações referenciais – da sentença.

4.3.1.3.4.2 – Ontologia Mundana versus Ontologia Categórica

A segunda preocupação é que a teoria da visão recebida de compromisso ontológico classifica fortemente as disputas ontológicas em Filosofia como em paralelo com disputas mais mundanas. Norton (1977:89) comparou as seguintes

questões:

- Existe um lápis sobre a mesa?
- João está tendo uma imagem-pós-azul?
- Existe algum número primo maior que um milhão?
- Existe uma classe formada de todas as coisas nessa sala?

com

- Os objetos materiais existem?
- Os dados sensoriais existem?
- Os números existem?
- As entidades abstratas existem?

Na verdade, existem algumas diferenças entre essas perguntas. As últimas são tipicamente filosóficas, enquanto as primeiras, não. Na teoria da visão recebida de compromisso ontológico, essas perguntas são todas de um mesmo tipo, o que implica que elas podem ser consideradas problemáticas.

Carnap (1950) apresenta uma teoria do compromisso ontológico que distingue esses grupos. O que ele chama de questões internas corresponde ao primeiro grupo; questões externas, ao segundo. Questões internas vêm à tona dentro de uma rede lingüística; a decisão do uso de certas regras lingüísticas e deve ser decidida sobre base empírica. As questões externas necessitam da adoção de redes lingüísticas. Certas regras lingüísticas fazem com que a existência de objetos materiais seja analítica. A escolha entre diferentes redes é feita apenas sobre terrenos pragmáticos; não há maneira de dizer se a escolha de uma rede lingüística é verdadeira ou falsa, apenas se é mais ou menos útil. Nessa perspectiva, então, existem dois tipos de compromissos ontológicos: o do tipo interno,

que na visão de Quine parece pretender a captura do objeto, e o externo que, em um certo sentido, é convencional. É claro que a teoria de Carnap apela à noção de analiticidade; aqueles que rejeitam a distinção analítico/sintético também devem rejeitar a teoria de Carnap.

4.3.1.3.4.3 – A Inescrutabilidade da Referência

Finalmente, chegamos ao terceiro problema da teoria quiniiana de compromisso ontológico, que, curiosamente, vem do próprio Quine. A doutrina de inescrutabilidade ontológica afirma que, dada uma classe de sentenças com valor de verdade, haverá mais de uma maneira de alcançar o mesmo referente, e que qualquer caminho obterá o valor-de-verdade correto de maneira que não há nada para escolher entre as sentenças de um mesmo grupo. Se isso é correto, entretanto, então não existe nenhum fato verdadeiro sobre o que são os compromissos ontológicos de um grupo de sentenças; se as várias maneiras de alcançar um referente permitem que se desligue de tais compromissos, então, nessa perspectiva, nenhum deles pode ser visto como amparando-se em compromissos ontológicos reais. Quine fala sobre esse problema em *Ontological relativity* (1968), aceitando que, em algum sentido, não existe nenhum fato verdadeiro sobre os compromissos ontológicos de uma teoria.

Quanto aos problemas ontológicos das teorias em jogo, nas teses decomposicionalistas como a de Pustejovsky, uma vez que as características que entram nos modelos conceituais são, supostamente, primitivos semânticos, não está claro em quê ou como elas se tornam o que são. Em outras palavras, se é preciso adquirir uma característica para adquirir um conceito, então essa característica ou é primitiva, ou é definida. Mas, dessa forma, as características seriam necessárias para definir as características, criando um *looping* ontológico nos moldes da brincadeira infanto-filosófica sobre o que veio antes, se o ovo ou a galinha. Já no caso das teorias atomistas, isso não acontece, uma vez que os conceitos são apreendidos de maneira individual pela linguagem do pensamento.

4.3.1.4 - Holismo

O holismo semântico – ou mental – é a doutrina em que a identidade do conteúdo de uma crença (ou o significado de uma sentença que a expressa) é determinado pelo seu lugar na rede de crenças ou sentenças de uma teoria ou grupo de teorias. O holismo pode ser contrastado com duas outras doutrinas: o atomismo e o molecularismo. O molecularismo caracteriza o significado e o conteúdo em termos de partes relativamente pequenas de uma rede, de maneira a permitir que muitas teorias diferentes compartilhem essas partes. Por exemplo, o significado de ‘solteiro’, para um molecularista, seria um homem que nunca se casou. Já o atomismo, por sua vez, não caracteriza o significado e o conteúdo em termos de uma rede; aqui, as crenças e sentenças têm significado ou conteúdo independentemente de sua relação a outras crenças ou sentenças, e são independentes de qualquer contexto em que possam aparecer.

Uma das maiores motivações para o holismo semântico/mental envolve a doutrina de Quine do holismo da confirmação, que diz “*Nossos enunciados sobre o mundo externo se deparam com o tribunal da experiência do sentido não como um corpo individual, mas corporativo*” (Quine, 1953). Essa perspectiva cresce em plausibilidade com a lógica da revisão de teorias. Um dado experimental confirma (i.e., verifica; aponta razões para acreditar em) um enunciado apenas em conjunto com um grande número de idéias teóricas, suposições sobre a experiência e suposições da lógica e da matemática, que poderiam ser (e, na história da Ciência costuma ser esse o caso) desafiados quando surgem problemas. Se o holismo da confirmação é combinado com o Positivismo Lógico⁸, ou seja, se combinarmos a doutrina de que o significado é a confirmação com a afirmação de que a confirmação é holística, chega-se ao holismo semântico. Isso implica que o significado de uma sentença isolada não tem mais sentido do que o sentido de ‘de’ fora do contexto em que essa preposição ocorre. Mas o positivismo e o holismo da confirmação não são as únicas motivações para o holismo semântico/mental. Se considerarmos como as pessoas realmente aprendem teorias ci-

⁸ Doutrina em que o significado de uma sentença é o método de verificação ou confirmação da verdade dessa sentença.

entíficas, teríamos aí ainda outra motivação: tipicamente, uma pessoa não consegue compreender afirmações científicas sem compreender, pelo menos, uma parte significativa da teoria da qual a afirmação faz parte. Por exemplo, ao aprender conceitos da Física newtoniana como ‘força’, ‘massa’ e ‘energia cinética’, uma pessoa não apreende qualquer definição dessas palavras como em termos conhecidos anteriormente, pois as definições específicas da teoria ainda não existem para essa pessoa. Ao invés disso, esses termos teóricos são aprendidos em conjunto com os procedimentos próprios para a resolução de problemas da Física.

O maior problema do holismo é que ele torna as generalizações na psicologia virtualmente impossíveis. Se o conteúdo de qualquer estado mental depende de todos os outros, parece extremamente raro que quaisquer duas pessoas possam compartilhar um estado com o mesmo conteúdo. Além disso, o holismo parece estar em conflito com a concepção ordinária de raciocínio. Quais sentenças aceitas por uma pessoa influenciam o que essa pessoa infere? Se uma pessoa aceita uma sentença e, mais tarde, a rejeita, essa pessoa então muda o papel inferencial dessa sentença para que o significado do que ela aceita não seja o mesmo do que ela não aceita? Nessa visão, seria difícil compreender como alguém poderia racionalmente – e até mesmo irracionalmente – convencer alguém. Pela mesma razão, a tradução e a compreensão seriam problemáticas. Os holistas têm respondido essas questões ou com (i), a proposta de que não deveríamos pensar em termos de significado “igual/diferente”, mas em termos de graus de similaridade de significado; ou com (ii), a proposta de teorias de “dois fatores” ou com (iii), simplesmente aceitando a consequência de que não existe diferença entre mudar os significados e mudar as crenças.

Como visto, o holismo se relaciona com o atomismo e com o molecularismo, mas não com o decomposicionalismo. Se isso é assim, é porque essa corrente não pressupõe que as relações entre conceitos estão logicamente relacionadas. O que está logicamente relacionado no decomposicionalismo são as palavras, cuja formação do significado, tal como exemplificado pela Teoria do Léxico Gerativo apresentada em Pustejovsky (1995), se dá através da decomposição em outras palavras, e as relações entre as palavras se dá através do com-

partilhamento de características e conceitos, o que pressupõe o argumento (i), acima, assumido por Pustejovsky e outros decomposicionalistas, em que deve-se pensar em graus de similaridade, caindo novamente no problema da circularidade do significado lingüístico e da negação do princípio da composicionalidade, o que é impensável em Semântica Lexical. Negar o princípio da composicionalidade implica a afirmação de que ‘João matou Pedro’ e ‘João causou a morte de Pedro’ têm o mesmo valor semântico, o que já demonstramos não ser verdade. Em suma, uma teoria semântica lexical não pode relevar nem a interação entre as partes que compõem uma sentença, nem a estrutura dessa sentença, e muito menos a ligação que invariavelmente existe entre estrutura, partes da sentença e o significado da sentença em si. Teorias atomistas, tal como a Hipótese da Linguagem do Pensamento, composicionais em sua própria natureza, não apresentam esse problema.

Encerra-se aqui então nossa apresentação do debate entre a teoria atomista de Fodor e a teoria decomposicionalista de Pustejovsky quanto ao nível dos fundamentos. A próxima seção tratará do debate ao nível das críticas.

4.3.2 – O DEBATE ENTRE JAMES PUSTEJOVSKY E A DUPLA FODOR & LEPORE (1998)

Nesta seção, apresentaremos o debate entre James Pustejovsky e a dupla de pesquisadores Jerry Fodor e Ernest Lepore.

Começaremos por apresentar a introdução aos argumentos de Fodor & Lepore (1998) tal como eles mesmos o fizeram, facilitando a apresentação do desenvolvimento de suas críticas.

4.3.2.1 – Os Fundamentos Assumidos Por Fodor & Lepore (1998)

A presente seção traz os fundamentos assumidos por Fodor & Lepore (1998) em suas críticas a Pustejovsky (1995).

Fodor & Lepore (1998) refutam o argumento de Pustejovsky (1995) de que a complexidade de entradas lexicais é necessária para a geratividade lexical, e, embora defendam um tipo de atomismo lexical, aceitam que as entradas

lexicais geralmente são complexas, embora essa complexidade não coloque em risco sua tese de que o significado lexical seja atômico nem a identificação do significado lexical com a denotação.

Fodor & Lepore (1998) começam por apresentar uma tese metafísica⁹ sobre o que chamam de Semântica de Papéis Inferenciais¹⁰ (SPI, daqui por diante), que diz: o significado¹¹, de uma expressão lingüística é constituído, ao menos em parte, por pelo menos parte de suas relações inferenciais. E mencionam que é parte de ‘cachorro’ significando cachorro, que a inferência de *x é um cachorro* para *x é um animal* é válida, e que é parte de ‘ferver’, que a inferência de *x foi fervido* é válida, e que é parte de ‘matar’, significando matar, que a inferência *x matou y* é válida, e assim por diante. A partir desse raciocínio, concluem Fodor & Lepore (1998), se uma inferência é constituinte do significado de uma palavra, então aprender a palavra significa aprender o que a inferência significa. Se ‘cachorro’ significa cachorro porque ‘cachorro’ → ‘animal’ é válido, então saber que ‘cachorro’ → ‘animal’ é válido é parte de saber o que a palavra ‘cachorro’ significa.

Para Fodor & Lepore (1998), a SPI limita as teorias gramaticais uma vez que, na visão da SPI padrão, o léxico semântico de uma linguagem deve ser o componente da gramática que faz explícito o que alguém deve (aprender e/ou) saber para entender as expressões lexicais dessa linguagem. Ou seja, a SPI implica que inferências constituintes de significado são parte das entradas semânticas do léxico que as têm. Assim, de acordo com a SPI padrão, as entradas lexicais são objetos tipicamente complexos (“feixes de inferências”). Mas Fodor

⁹ Como os próprios Fodor & Lepore (1998) explicam, por uma “tese metafísica sobre X”, entende-se uma tese sobre quês propriedades de X são essenciais. Ou seja: se a teoria T coloca que, para a metafísica da teoria T, é necessário que Xs sejam Ys, então T diz que ser Y é necessário metafisicamente para ser X, e que Y é “constituente” da propriedade X.

¹⁰ Inferential Role Semantics, traduzido aqui, pelo autor deste trabalho, como Semântica de Papéis Inferenciais (ou SPI, daqui em diante). Mas a SPI apresentada por Fodor & Lepore (1998) não é a única; outras SPI têm visões diferentes quanto ao fato de existirem ou não outros constituintes de significado que não os papéis inferenciais, e sobre quais dessas inferências ocorre uma expressão que constitui significado. A SPI assumida por ele aqui tem pretensão de ser geral o suficiente para se aplicar a todas as SPI.

¹¹ Ou, também, ‘conteúdo’, ou ‘sentido’.

& Lepore (1998) duvidam que a SPI possa ser sustentada, como já demonstraram em outros trabalhos (Fodor & Lepore, 1992). Por extensão, Fodor & Lepore (1998) duvidam da força dos argumentos que tomam a SPI como premissa, questionando se existem argumentos persuasivos para a complexidade das entradas lexicais que não pressupõem a SPI.

A alternativa de Fodor & Lepore (1998) para a afirmação de que as entradas lexicais são tipicamente complexas é a afirmação de que as entradas lexicais são tipicamente atômicas (i.e., elas não têm estrutura interna). Para sustentar seus argumentos, Fodor & Lepore (1998) propõem adotar uma versão dessa afirmação como uma *hipótese vazia*, que diz: a única coisa que uma entrada lexical especifica é a denotação do item que descreve. E exemplificam: a entrada para ‘cachorro’ diz que se refere a ‘cachorros’, a entrada lexical para ‘ferver’ diz apenas que se refere a ‘ferver’, e assim por diante. Mas, se for assumido que é necessário que cachorros sejam animais, então, o que quer que denote um cachorro também denota um animal¹².

Para Fodor & Lepore (1998), todos os argumentos convencionais que rejeitam essa hipótese vazia dependem ou de assumir SPI, ou então são fracos por si só.

4.3.2.2 - A Análise de Fodor & Lepore (1998) da Teoria do Léxico Gerativo de James Pustejovsky

Fodor & Lepore (1998) começam sua análise colocando que Pustejovsky (1995) afirma que sua teoria lexical está dentro da tradição SPI. E que, assim como outros proponentes da SPI, Pustejovsky (1995) acredita que os significados das palavras são constituídos por inferências, ou seja, que saber o que uma palavra significa envolve saber (algumas das) inferências das quais ela participa. Mas, para Fodor & Lepore (1998), isso implica algo comum às teorias do significado que assumem SPI: que é *pressuposto*, mas não explicado, que o léxico semântico deve, de alguma forma, especificar as inferências pelas quais o

¹² Tal como apresentado na seção 3.2.2.6 de nossa presente tese.

significado (ou o conhecimento do significado, ou a compreensão da sentença) é constituído.

Fodor & Lepore (1998) atacam esse ponto por achar que Pustejovsky (1995) escreve como se não fosse a especialidade dos papéis inferenciais, mas, sim, das denotações, a preocupação da Semântica Lexical:

(4.09) “Lexical semantics is the study of how and what the words of a language denote” (Pustejovsky, 1995)

A interpretação de Fodor & Lepore (1998) para essa afirmação é de que as entradas lexicais especificam denotações através de seus significados, de maneira que, por exemplo, expressões co-extensivas podem ser marcadas por entradas lexicais distintas. Assim, as sentenças ‘João comprou o livro de Maria’ e ‘Maria vendeu o livro para João’ são verdadeiras devido ao mesmo evento, mas diferem devido a uma propriedade de “direcionamento” ou “foco”, que herdam das entradas lexicais de seus respectivos verbos. Mas “direcionamento” não é uma propriedade das denotações (“coisas no mundo”), e sim das denotações *como representadas*. Embora Pustejovsky (1995) afirme que “*direcionamento é uma propriedade de todos os tipos de eventos*”, Fodor & Lepore (1998) acreditam que ele não quer dizer isso, mas sim que “direcionamento” é (em língua inglesa) uma propriedade de todas as representações (semanticamente bem formadas) de *tipos* de eventos.

Para Fodor & Lepore (1998), é importante contrastar o projeto de Pustejovsky (1995) com uma semântica denotacional de “boa fé”, de acordo com a qual as condições de satisfação e as propriedades definidas em termos delas são as únicas características semânticas de expressões lingüísticas que as entradas lexicais especificam, embora Pustejovsky (1995) enumere uma variedade de limitações às teorias semânticas que um léxico puramente denotacional não poderia sustentar; ou seja, limitações que deveriam motivar uma noção mais rica de representação semântica do que a que um léxico denotacional poderia prover.

A partir daí, as críticas de Fodor & Lepore (1998) se tornam mais especí-

ficas, tocando pontos que a dupla de autores acreditam ser mais problemáticos: as relações interlexicais, a boa-formação semântica e a distribuição sintática.

Quanto às relações interlexicais, Fodor & Lepore (1998) ressaltam a preocupação de Pustejovsky (1995) sobre o quê a Semântica Lexical deve especificar: “*how words are semantically related to one another, including, in particular, relations of synonymy, antonymy, hyponymy and lexical inheritance, meronymy, entailment and presupposition*” (Pustejovsky, 1995:23). Mas o problema, segundo Fodor & Lepore (1998), é que uma entrada lexical que diz apenas que ‘cão’ refere-se a cães não poderia especificar que cães são animais (a relação de hiponímia), nem que ‘solteiro’ significa a mesma coisa que ‘não-casado’ (sinonímia), por exemplo. Esse problema gera, pelo menos, uma outra questão – se o léxico de uma língua deve ser constituído apenas por inferências que constituem o significado, ou seja, por aquelas inferências que o indivíduo deve conhecer para compreender o significado da palavra em questão, então um indivíduo não poderia saber que o que é redondo não é quadrado a menos que também soubesse que o que é quadrado não é triangular, e assim ad infinitum, de maneira circular, sem um conceito próprio de uma determinada entrada lexical.

O segundo ponto ressaltado por Fodor & Lepore (1998), sobre a boa-formação semântica, diz respeito à própria formulação de tal noção por Pustejovsky (1995). Para os dois críticos, Pustejovsky (1995) não é claro sobre o quê boa-formação semântica realmente é. Aparentemente, a boa-formação semântica consiste em sentenças redundantes ou de certa maneira confusas. Por exemplo, sentenças do próprio Pustejovsky (Pustejovsky 1995:40-41), reproduzidas em (4.10), abaixo:

- (4.10) a. Mary kicked me with her foot.
 b. Mary buttered the toast with butter.
 c. John began the dictionary.
 d. Mary began the rock.

Para Pustejovsky (1995), as quatro sentenças acima não são bem-formadas semanticamente. As duas primeiras, (4.10a) e (4.10b), devido à redundância de que se um indivíduo chuta algo ou alguém, o faz com o pé, ou se alguém passa manteiga (“*butter*”) em algo ou alguém, então o faz com manteiga. Já os problemas das duas últimas sentenças, (4.10c) e (4.10d), está no complemento – as entradas lexicais para ‘dicionário’ e ‘pedra’ não permitem o uso do verbo ‘começar’ (“*begin*”), pois ninguém começa a ler um dicionário como se fosse um livro comum, um romance, por exemplo, e tampouco alguém começaria uma pedra, pois não existe maneira de se começar uma pedra.

O que Pustejovsky (1995) considera estranho, entretanto, são construções possíveis em linguagem natural, simples, até, nos casos em (4.10a) e (4.10b). O que o autor ignora, aqui, é a possibilidade de sentenças tais como (4.10c) e (4.10d) serem encaixadas em algum contexto, como mostrado nos estudos de De Almeida (2002), onde é possível dizer (4.11a) e (4.11b), abaixo:

(4.11) a. João tinha apenas mais um livro para encapar. John began the dictionary. (encapar)

b. Maria era escultora. Mary began the rock. (a esculpir)

De acordo com Pustejovsky (1995), como já apresentado em nosso segundo capítulo, o complemento se ajusta ao verbo através da mudança de tipos, o que acontece porque o verbo seleciona um dos papéis télicos de seu objeto. Mas uma vez que os objetos como ‘dicionário’ e ‘pedra’ não trazem, em uma teoria tal qual a de Pustejovsky (1995), nenhuma entrada que leve ao entendimento das sentenças em (4.10a) e (4.10b) como elas aparecem em (4.11a) e (4.11b), então tais formas não apresentariam boa-formação semântica, embora possam ser compreendidas quando encaixadas em contextos próprios.

Quanto à distribuição sintática, Fodor & Lepore (1998) argumentam, novamente, que a imprecisão com a qual Pustejovsky (1995) expõe seus argumentos atrapalha na interpretação de sua teoria. Embora ele argumente que a sintaxe

é determinada pela semântica, seus exemplos são confusos e sua explicação, pouco convincente. Observe-se os exemplos em (4.12)¹³, abaixo:

- (4.12) a. The woman ate her meal quickly.
 b. The woman ate quickly.
 c. The dog devoured the cookie.
 d. The dog devoured.

Segundo Pustejovsky (1995), a diferença básica para que o objeto do verbo ‘*eat*’ possa ser omitido, de (4.12a) para (4.12b), e o mesmo não possa acontecer com o do verbo ‘*devour*’, em (4.12c) e (4.12d) é que ‘*eat*’ denota (pelo menos lexicalmente) uma atividade de duração indefinida, enquanto ‘*devour*’ carrega uma implicatura de ação de duração finita que não aparece em ‘*eat*’. Para Fodor & Lepore (1998), o que Pustejovsky está querendo provar não fica claro através de seus exemplos, pois se o autor acredita que existe uma palavra tal como ‘*eat*’, que é lexicalmente representada como denotando uma atividade de duração indefinida que permite omitir seu objeto, então ele não deveria acreditar que existe uma palavra que quer dizer a mesma coisa que ‘*eat*’ mas que não possa ficar sem objeto. Aqui, a imprecisão da metalinguagem de Pustejovsky (1995) torna inviável uma análise mais profunda de seus argumentos (crítica já recorrente por parte de Fodor & Lepore (1998)).

4.3.2.3 - A Contra-Argumentação de Pustejovsky às Críticas de Fodor & Lepore

Rebatendo as críticas de Fodor & Lepore (1998), Pustejovsky (1998) diz que a posição adotada pelos dois autores em suas críticas deve ser caracterizada como uma forte dualidade metodológica, no sentido chomskyano, em que os padrões para qualquer teoria semântica são elevados demais e inatingíveis por

¹³ Exemplos de Pustejovsky (1995:10).

qualquer trabalho motivado empiricamente – como as pesquisas na Química ou na Física, em que a observação e teoria encontram um certo equilíbrio. A alternativa oferecida por Fodor & Lepore (1998) deve ser capaz de alcançar seus padrões, uma vez que sua teoria, trabalhando sem mecanismos explícitos e não operando sobre qualquer corpo identificável de dados, satisfaz, em sua visão, pelo menos dois critérios: (a) rejeita a analiticidade e (b) mantém a composicionalidade.

Ainda sobre a avaliação de uma teoria semântica, Pustejovsky (1998) coloca que, embora Fodor & Lepore (1998) não concordem com o holismo radical de Quine e sua posição sobre o significado convencionalizado, eles ainda assim aceitam sua proposta – uma vez que existe pouco argumento para chamá-la de conclusão – de que não existe distinção viável entre expressões analíticas e sintéticas. Para Pustejovsky (1998), embora seja possível avaliar os poderes descritivos e explanatórios de um sistema semântico de maneira independente da questão da analiticidade, é interessante notar que as críticas recentes de Fodor & Lepore (1998) sobre a hipótese representacional em semântica de linguagem natural conta com a impossibilidade de tal distinção (Lepore, 1994; Fodor & Lepore, 1992, 1996). Segundo Pustejovsky (1998), o que essa visão acarreta, entre outras coisas, é que não existe nada na forma de representação semântica associada com uma palavra que possa ser identificado como parte de seu significado. Mas isso não parece verdadeiro. Considerando a distinção ilustrada em (4.13) e (4.14), abaixo:

(4.13) a. Mary enjoys watching movies.

b. Mary enjoys movies.

(4.14) a. Mary likes to watch movies.

b. Mary likes watching movies.

c. Mary likes movies.

d. Mary likes for John to watch movies with her.

e. Mary likes that John watches movies with her.

f. Mary likes it that John watches movies with her.

Como colocado em Pustejovsky (1995), é o nosso conhecimento associado com o verbo ‘gostar’ (“*like*”) que permite a variação sintática vista em (4.14), e não os padrões complementares em (4.13). Para compreender esse verbo é necessário saber que ‘gostar’ expressa uma atitude relacionada a qualquer tipo que, na Teoria do Léxico Gerativo, permita a maior variação de subcategorização possível. Já o verbo ‘apreciar’ (“*enjoy*”), em (4.13), expressa uma relação mais específica de como o sujeito participa da descrição de um evento denotado pela frase complementar. Essa distinção não é apenas pragmática, revelando convenções diferentes quanto ao uso dos dois verbos, mas oriunda das distinções de tipo selecionadas para esses verbos. Quando uma pessoa entende que as relações de ‘gostar’ estão em contradição às de ‘apreciar’, essa pessoa manifesta uma distinção de conceito e de categoria entre essas duas intenções. Assim, por exemplo, a única maneira de um falante entender (4.15a), abaixo, é a relação das condições interiores invioláveis da semântica de ‘gostar’; em outras palavras, deve existir alguma descrição do evento controlado relativo à chave da sala para que se possa apreciá-la:

(4.15) a. ?!Eu apreciei a chave do meu quarto.

b. Eu gosto da chave do meu quarto.

Entretanto, tal condição não está presente em (4.15b), com o verbo ‘gostar’, pois esse verbo expressa uma atitude diferente em relação a seu argumento.

A analiticidade não requer os conceitos de definição e substituição, como assumido convencionalmente¹⁴. Mas pressupõe, entretanto, um modo específico de identificação no cálculo da expressão. Em outras palavras, as relações que

¹⁴ Aqui, Pustejovsky (1998) cita Quine, (1961).

detém o cálculo sobre o predicado quanto ao sujeito em uma sentença assumem uma noção muito pobre de como se calcula o significado de uma expressão. O fato é que qualquer visão descritiva adequada sobre a semântica da linguagem natural requer cálculos muito mais complexos que esse. Mas como a analiticidade é determinada quando modelos mais ricos de significado (como a Teoria do Léxico Gerativo) são usados para a descrição e computação? A essa pergunta, Pustejovsky (1998) responde dizendo que, em parte, no processo de determinação da interpretação de uma sentença, podemos identificar quais subprocessos são analíticos em sua natureza, e quais não o são. Assim, as preocupações de Fodor & Lepore (1998) em evitar a armadilha da analiticidade são tornados óbvios pelos avanços na teoria lingüística e nos formalismos semânticos dos últimos anos.

Sob essa ótica, continua Pustejovsky (1998), quando estuda-se a discussão sobre analiticidade e o conhecimento semântico fundamental, a noção de composicionalidade de Fodor & Lepore (1998), e sua falha em aceitar a Teoria do Léxico Gerativo e outros sistemas decomposicionalistas, sua avaliação de teorias semânticas se torna irrelevante. Considere-se (4.16), abaixo:

- (4.16) a. Aquela é uma cascavel.
 b. Ela está agitando seu chocalho.
 c. Ela é perigosa

Lepore (1994) levanta a questão de como (4.16c) é menos parte do significado de (4.16a) que de (4.16b), pois se uma teoria não tem um princípio sobre como distinguir as relações entre os tipos de conhecimento oriundo das palavras, então elas são inferências igualmente fortes e relevantes no processo de assimilação da sentença. Fodor & Lepore (1996) usam o mesmo argumento quanto à composicionalidade mostrada acima. Afirmar que “vacas marrons” são perigosas, quando nem ‘marrom’, nem ‘vacas’ contém informações sobre perigo é, como eles argumentam, devastador para a visão de que os significados são

construídos composicionalmente, a partir do significado das palavras. Entretanto, o raciocínio aqui é circular, uma vez que assume que todas as inferências associadas com a composição dessas expressões têm a mesma força. Essa posição confunde o conjunto de inferências possíveis e identificáveis com aquelas que são automáticas e não surpreendentes dessa expressão.

Segundo Pustejovsky (1998), a interpretação de composicionalidade vista apenas como “permissão para uma inferência” tem pouco a ver com a noção padrão de composição limitada em qualquer sistema semântico. Muitas visões sobre esse tópico não incluem todas as implicaturas nem todas as inferências que podem acompanhar uma expressão, como se contidas em uma estrutura que faz parte de uma expressão, e determinada por composição. Para Pustejovsky (1998), essa talvez seja a questão mais excitante na semântica contemporânea, mas ela é excitante apenas em estudos que fazem distinções semânticas que Fodor & Lepore (1998) dizem ser arbitrários e não-existentes.

4.3.2.4 - A Nossa Avaliação do Debate Fodor & Lepore versus Pustejovsky ao Nível das Críticas

As críticas de Fodor & Lepore (1998) à Teoria do Léxico Gerativo de James Pustejovsky nos parecem relevantes e merecidas. Relevantes, uma vez que apontam problemas que se estendem a outras teorias semânticas lexicais decomposicionalistas, ressaltando, entre esses problemas, principalmente, uma das questões de maior relevância teórica nesse subcampo de estudos: a da composicionalidade das representações semânticas. E merecida, uma vez que a imprecisão da metalinguagem e a falta de clareza de Pustejovsky (1995) atrapalham uma compreensão melhor de seu projeto.

Como apresentado na seção 4.3.1, teorias decomposicionalistas tal como a de Pustejovsky (1995) falham em explicar diversos tópicos de alta importância para a Semântica Lexical. Teorias como a do Léxico Gerativo, aqui em jogo, não explicam a natureza da apreensão de conceitos – apenas assumem que o léxico realmente reflete tais conceitos, e operam sobre tal léxico e suas ramifica-

ções sintáticas e semânticas. Diferente da Hipótese da Linguagem do Pensamento, que enraíza a apreensão de conceitos em uma linguagem inata, a Linguagem do Pensamento inata, responsável por traduzir, para as diferentes línguas porventura aprendidas pelo indivíduo, esses conceitos.

Ainda que se diga que a Teoria do Léxico Gerativo não se propõe a explicar a natureza do conhecimento lexical, essa teoria ainda falha em responder a questões de grande relevância para a Semântica Lexical. Dentre elas, o problema ontológico, diretamente ligado à natureza do conhecimento lexical, e de mesma maneira, ignorado. Ou a questão das definições, tão comuns em teorias semânticas decomposicionalistas, que exigem, para explicar o que um determinado item lexical representa, o conhecimento de todos os outros itens existentes, não escapando da circularidade, onde se precisa de um item lexical para explicar outro, e mais um para explicar o anterior, e assim por diante. Ou, ainda, a questão do holismo, onde uma vez que teorias decomposicionalistas como a do Léxico Gerativo não pressupõem que as relações entre conceitos estão logicamente relacionadas. E, por fim, e talvez a questão mais importante da Semântica Lexical, a da composicionalidade. Ao ignorar o princípio da composicionalidade em sua forma mais básica, a Teoria do Léxico Gerativo cai por terra, pois Pustejovsky (1995) esquece de um detalhe: o significado de uma sentença não é dado apenas pelo conteúdo de suas partes, mas, sim, pela soma de suas partes mais a estrutura que a carrega. Daí a diferença de significado entre ‘João matou Pedro com um machado’ e ‘João causou a morte de Pedro’.

Quanto à contra-argumentação de Pustejovsky às críticas de Fodor & Lepore, elas são, em grande parte, um apelo ao passado de seus críticos, uma vez que Fodor foi um decomposicionalista quando do início de sua carreira, quando trabalhava com Jerrold J. Katz. O que Pustejovsky parece ignorar é que a visão teórica de Fodor mudou e, em nossa opinião, não deixou de evoluir, e seu passado como decomposicionalista não fere sua atual posição de teórico atomista.

4.3.3 – O DEBATE À LUZ DA TEORIA DAS INTERFACES

Apresentado, então, o debate ao nível dos fundamentos assumidos pelas

duas teorias quanto a questões centrais à Semântica Lexical, e, também, quanto ao nível das críticas de Fodor & Lepore ao projeto semântico lexical de Pustejovsky, passamos agora ao debate à luz da Teoria das Interfaces.

Como apresentado, a Teoria das Interfaces é uma meta-teoria que pode ser aplicada tanto à construção de trabalhos multidisciplinares de interface quanto à elaboração de teorias. Duas das questões centrais a Teoria das Interfaces é a clareza quanto à formatação da participação de cada área ou subárea envolvida em uma pesquisa, e a construção dos objetos investigados dentro da interface. Entretanto, a Teoria das Interfaces também pode ser usada como ponto imparcial, mediador, de análise de teorias.

No presente trabalho, usaremos a Teoria das Interfaces como mediadora do debate entre as teorias semânticas lexicais decomposicionalistas e atomistas, aqui representadas pela Teoria do Léxico Gerativo e pela Hipótese da Linguagem do Pensamento.

4.3.3.1 - O Debate ao Nível dos Fundamentos à Luz da Teoria das Interfaces

Como apresentado anteriormente neste mesmo capítulo, existem algumas questões recorrentes a cada área ou subárea de investigação. Embora nem todos os teóricos as respondam diretamente (e, às vezes, nem mesmo indiretamente), e nem deixem-nas explícitas em suas teorias, ainda assim elas estão lá, no nível dos fundamentos de cada teoria.

No caso da Teoria do Léxico Gerativo, tal como apresentada em Pustejovsky (1995), alguns pressupostos podem ser observados ainda que de maneira indireta. Como apresentamos na seção 3.2, identificamos a Teoria do Léxico Gerativo como encaixada na corrente convencionalista tal como apontada por Sócrates. A corrente convencionalista assume que a linguagem é uma convenção social, e que as palavras referem de forma arbitrária.

No desenvolvimento da corrente convencionalista de Sócrates, temos Ferdinand de Saussure e o seu Estruturalismo Lingüístico, que, de acordo com o convencionalismo grego, assume a linguagem como um fenômeno social. Nessa

perspectiva, assumida de maneira indireta por Pustejovsky (1995), a linguagem e as línguas naturais são um fenômeno social caracterizado por estruturas lingüísticas de diversos níveis (sintáticas, semânticas, fonéticas, etc.), espalhadas pelo sistema de cada língua.

A Teoria do Léxico Gerativo, por sua vez, assume que o decomposicionalismo semântico das palavras é dado de maneira tal que o significado de uma palavra qualquer pode ser decomposto em palavras outras que participam do significado da palavra primeira, sob análise. Mas Pustejovsky (1995) não assume qual é a relação subjacente a essa ligação entre o significado das palavras, apenas que existem mecanismos de restrição e combinação de natureza semântica que podem ser descritos e aplicados visando à decomposição lexical. De acordo com o tipo de decomposicionalismo assumido pela Teoria do Léxico Gerativo, temos de assumir que, para essa teoria, o significado de uma palavra, tal qual para Saussure, está dentro do sistema da língua sob análise. Os próprios mecanismos semânticos de Pustejovsky (1995) ou tem essa natureza, ou são apenas outro modo de enumerar os diversos sentidos que uma palavra pode assumir dependendo do contexto de uso.

Como demonstrado na apresentação do tratamento dispensado pela Teoria do Léxico Gerativo para os verbos causativos, por exemplo, qualquer palavra que pode ser classificada como um artefato, na nomenclatura de Pustejovsky (1995), deve ter, em sua decomposição, um verbo causativo responsável pela maneira como esse artefato veio a ser o que é. A decomposição de ‘tijolo’, assim, inclui o verbo ‘assar’, pois um tijolo se torna um tijolo sendo assado em um forno. Da mesma forma, ‘bolo’ inclui em seu significado o mesmo verbo ‘assar’, pois bolos também são assados. Ou seja, o significado de uma palavra pode ser dado na função do significado de várias outras palavras, cujo significado final só será alcançado dentro de um sistema fechado, holista, em que para se conhecer o significado de uma palavra, ou para se definir o significado de uma palavra, necessita-se de uma outra palavra, e assim por diante.

Um dos principais problemas que parecem atrapalhar Pustejovsky é a falta de clareza, tão importante para a Teoria das Interfaces: quando se refere à ‘palavra’, a Teoria do Léxico Gerativo está, ao mesmo tempo, se referindo ao

objeto referido pela palavra, e à palavra em si. Em Semântica, essa é uma distinção básica entre uso e menção. Assim, enquanto tijolo, objeto real no mundo real, é assado, ‘tijolo’, a palavra que refere tijolo de maneira arbitrária no mundo real não o é; é apenas uma convenção para referir a um objeto real no mundo real cuja existência está ligada ao processo de assar.

Além da falta de distinção quanto a uso e menção, a Teoria do Léxico Gerativo mistura níveis diferentes de análise. Embora se proponha a explicar a constituição do significado de uma sentença a partir da interação de diferentes mecanismos gerativos presentes nas palavras que compõem essa sentença, essa interação não prevê, e nem sempre dá conta, de todas as possibilidades de interpretação de uma sentença, principalmente quando dentro de um contexto específico. Por exemplo, na sentença em (4.05), reproduzido em (4.17), abaixo:

(4.17) a. João matou Pedro.

o verbo ‘matar’ poderia ser substituído por ‘causar a morte de’, uma vez que o significado de um verbo causativo tal como ‘matar’ pode ser decomposto em seu aspecto mais evidente, aquele de mudança de estado, servindo, assim (4.17b), abaixo, como paráfrase de (4.17a):

(4.17) b. João causou a morte de Pedro.

Mas, além de ser evidente para qualquer falante nativo do português brasileiro, a mudança de significado na paráfrase de (4.17a) como (4.17b) não parece ser importante para Pustejovsky e a Teoria do Léxico Gerativo. Embora ‘matar’ e ‘causar a morte de’ possam realmente ser assumidos como expressões sinônimas, existe uma diferença de significado entre essas duas expressões quando dentro de um contexto. Embora o evento final – a morte de Pedro – seja o mesmo, a maneira como esse evento é alcançado é diferente. Assim, de acordo com a Teoria das Interfaces, a disciplina que é convocada para a análise das du-

as sentenças é a Semântica, quando o uso é, na verdade, domínio da Pragmática. E, quanto ao seu uso em um contexto, (4.17a) e (4.17b) são evidentemente diferentes. Dependendo da teoria assumida, essas duas sentenças não seriam nem mesmo sinônimas – apenas se refeririam a um mesmo evento. Além da confusão quanto a quê área é convocada para a análise ou composição do significado de uma sentença, a Teoria do Léxico Gerativo também se vê ameaçada no que tange o princípio da composicionalidade: embora o significado de uma sentença seja dado pela soma das suas partes mais a estrutura que a carrega, o sentido para alcançar esse significado difere – ‘matar’ e ‘causar a morte de’ são esses sentidos diferentes, expressões diferentes que indicam, que levam a um mesmo significado. Em linguagem natural, essa diferenciação de dois ou mais sentidos conduzindo para uma mesmo evento final é o que muitas vezes a define. Por exemplo, as sentenças em (4.18), abaixo:

- (4.18) a. João se alimentou com um filé de peito de frango.
 b. João se alimentou com um prato de arroz e feijão.
 c. João se alimentou com vinho.
 d. João se alimentou.

exemplificam essa diferença quanto ao sentido: embora em todas as sentenças em (4.18), acima, João tenha se alimentado, em cada uma, tomada de maneira individual, João se alimentou de maneira *diferente*. Isso não é apenas um mero detalhe, mas, sim, um problema teórico grave, que a Teoria do Léxico Gerativo parece menosprezar – o significado composicional de uma sentença é dado pela soma das partes da sentença que a carrega, e, em um conjunto de sentenças quaisquer tal como as em (4.18), em que o significado final do evento apontado é o mesmo, existe uma diferença de sentido entre as expressões.

Quanto aos problemas ontológicos, a Teoria do Léxico Gerativo também se vê ameaçada – se tudo o que existe dentro de um sistema lingüístico está dentro do próprio sistema, então ou esse sistema prevê tanto a existência de tudo o

que já existiu quanto de tudo o que ainda está por existir, ou esse sistema é aberto. No caso de Pustejovsky (1995), embora não traga a forma como novas palavras são criadas dentro de um sistema lingüístico qualquer, apenas assuma que palavras já dentro do sistema podem assumir novas referências, é cabível assumir que o sistema é realmente aberto, e que novas palavras podem ser incluídas em um sistema já existente. Isso conta a favor de nossa interpretação de que a Teoria do Léxico Gerativo se encaixa na corrente convencionalista, já que um dos pressupostos implícitos dessa teoria é que a ligação entre as palavras e sua referência é arbitrária, convencional, dada por uma comunidade de falantes. Ou isso, ou a Teoria do Léxico Gerativo não permite que novas palavras sejam incluídas em um sistema lingüístico qualquer. Assim, embora a Teoria do Léxico Gerativo seja aberta, o problema ontológico continua, uma vez que o que existe, para tal teoria, está dentro do sistema e é definido por esse mesmo sistema. O problema ontológico de Pustejovsky (1995) acarreta em um problema definicional – se o que existe como ontologia é definido tal como uma entrada de dicionário, e como a decomposição do significado de uma palavra em uma teoria decomposicionalista tal como a Teoria do Léxico Gerativo se dá na base da participação de uma palavra no significado de outra, então o problema da ontologia e das definições leva ao holismo. E o problema do holismo, tão grande ou ainda maior que o problema da composicionalidade é que, assumidos os pressupostos de uma teoria decomposicionalista convencional, tal como a Teoria do Léxico Gerativo, para um indivíduo qualquer conhecer o significado de uma palavra, esse indivíduo precisa conhecer, também, todas as outras palavras do sistema. E, embora Pustejovsky (1998) afirme que teorias fortes como a Química e a Física se baseiam em um equilíbrio entre teoria e observação, não se conhece um ser humano sequer que conheça *todas* as palavras de qualquer língua que domine.

4.3.3.2 – O Debate ao Nível das Críticas à Luz da Teoria das Interfaces

As críticas de Fodor & Lepore (1998) ao projeto decomposicionalista de Pustejovsky (1995) são, em nosso juízo, como mencionamos, relevantes e mere-

cidas. Embora Fodor & Lepore (1998) não assumam um horizonte amplo e organizado em ciência tal como a Teoria das Interfaces, os dois autores tocam em pontos similares à essa perspectiva. Afirmar que teorias decomposicionalistas tal como a Teoria do Léxico Gerativo assumem que saber o que uma palavra significa saber pelo menos algumas das inferências das quais essa palavra participa é o mesmo que dizer que o significado de uma palavra, se decomposto em outras palavras, leva ao holismo semântico, implodindo qualquer teoria que assumira esse pesado ônus.

O que Fodor & Lepore chamam de projeto de “boa fé” é, na verdade, a afirmação de não existe preocupação do sistema de Pustejovsky (1995) em explicar como as palavras adquirem seu significado, alcançam a sua referência, apenas que as palavras referem devido a sua posição como referência sistema-mundo dentro de um sistema lingüístico qualquer. Em uma perspectiva de interfaces, esse problema é, novamente, a distinção entre uso e menção, que não é clara na Teoria do Léxico Gerativo – as palavras referem objetos no mundo real, dentro do sistema lingüístico e, ao mesmo tempo, são tratadas como a coisa-em-si referida por elas. ‘Tijolo’ (a palavra) e tijolo (o objeto real no mundo real) são assumidos como se fossem exatamente a mesma coisa – ou seja, tanto a palavra ‘tijolo’ quanto o objeto tijolo no mundo real são tratados como se tivessem sido criados por um mesmo evento: ser assado em um forno.

Quanto à noção de boa-formação semântica da Teoria do Léxico Gerativo, ela é tão obscura quanto à mistura entre Semântica e Pragmática (não) dada por Pustejovsky (1995). Por exemplo, (4.19), abaixo:

- (4.19) a. João saiu para fora.
 b. João entrou para dentro.
 c. Ela subiu para cima.
 d. Ela desceu para baixo.

De acordo com Pustejovsky (1995), as quatro sentenças em (4.19) não

apresentam boa-formação semântica por serem redundantes. Entretanto, em um contexto, domínio da Pragmática, qualquer uma dessas sentenças faz sentido:

- (4.19) a. João saiu para fora. (da sala para dentro do corredor)
 b. João entrou para dentro. (da casa, ele estava no pátio)
 c. Ela subiu para cima. (uma formiga, subindo a parede de um elevador que estava subindo)
 d. Ela desceu para baixo. (uma formiga, que estava descendo a parede de um elevador que estava descendo)

Assim, à luz da Teoria das Interfaces, a falta de clareza da Teoria do Léxico Gerativo quanto à contribuição que cada área pode trazer para uma investigação tal como a das propriedades do significado do léxico das línguas naturais há uma falha tremenda e uma falta de clareza enorme.

Quanto à contra-argumentação de Pustejovsky às críticas de Fodor & Lepore (1998), nova mistura quanto às áreas em jogo. Por exemplo, em (4.15), reproduzido em (4.20), abaixo:

- (4.20) a. ?!Eu apreciei a chave do meu quarto.
 b. Eu gosto da chave do meu quarto.

não existe qualquer problema em um indivíduo apreciar a chave do próprio quarto. Novamente, o que é domínio da Pragmática é analisado de um ponto de vista Semântico. Observe-se (4.21), abaixo:

- (4.21) a. Eu apreciei a chave do meu quarto. (era uma chave de madeira com entalhes em ouro)
 b. Eu gosto da chave do meu quarto.

Parece que, contextualizada, (4.21) não apresenta qualquer problema. Assim, o maior problema da Teoria do Léxico Gerativo é quanto à falta de clareza na constituição das interfaces, entre tantos outros problemas de fundamentos, explanatórios e definicionais.

4.3.4 – A NOSSA AVALIAÇÃO DO DEBATE À LUZ DA TEORIA DAS INTERFACES

O debate entre a Teoria do Léxico Gerativo e a Hipótese da Linguagem do Pensamento demonstrou, desde uma análise dos fundamentos assumidos pelas duas teorias, que teorias decomposicionalistas tal como a apresentada em Pustejovsky (1995) não se sustentam ou, pelo menos, apresentam problemas fundamentacionais, tanto quanto à composicionalidade das representações semânticas quanto ao holismo semântico, entre outros (ontologia, definições).

A falta de clareza quanto à construção dos mecanismos de relações de decomposição do significado das palavras é outro problema da – embora mais específico à – Teoria do Léxico Gerativo. Embora Pustejovsky (1995) ofereça uma abordagem que reúne idéias mais antigas com idéias novas, a falta de clareza quanto à construção e interação desses mecanismos e idéias ainda parece ser o problema prático mais evidente dessa teoria.

A Hipótese da Linguagem do Pensamento, por outro lado, não sofre dos mesmos problemas da Teoria do Léxico Gerativo em qualquer nível de análise. Com metodologia e construção de objetos de maneira clara, a teoria de Jerry Fodor se sustenta em qualquer uma das instâncias nas quais a proposta de Pustejovsky falha ou se vê ameaçada.

Entretanto, existe uma última instância de análise que não mencionamos até agora: a funcionalidade de cada teoria. A Hipótese da Linguagem do Pensamento, de base cognitiva, além de estar à altura de todas as instâncias apontadas em nosso presente trabalho, é, também, funcionalmente bem-sucedida.

A Teoria do Léxico Gerativo, embora falhe em todas as instâncias de análise apontadas em nosso trabalho, também é funcionalmente bem-sucedida.

Embora esse fato, por si só, não seja suficiente para salvar a teoria de Pustejovsky como um todo, quanto aos seus próprios objetivos, a Teoria do Léxico Gerativo é bem-sucedida. A Teoria do Léxico Gerativo, enquanto modelagem das línguas naturais para os computadores, é uma boa teoria. Com ajustes nos pontos que salientamos em nosso trabalho, principalmente no que tange à clareza das interfaces, a Teoria do Léxico Gerativo pode se tornar ainda mais útil e mais funcional, ajustada, quem sabe, para as línguas naturais.

Lembrando que o sentido usado para alcançar um evento é tão importante quanto o próprio evento apontado, consideramos que a Teoria do Léxico Gerativo, embora através de um sentido diferente, também alcança o seu objetivo mais geral, a funcionalidade.

Entretanto, o debate, tal como apresentado até aqui, se inicia com o ataque de Fodor & Lepore (1998) ao projeto de Pustejovsky (1995). Nesse sentido, nossa análise segue o caminho aberto pelas críticas de Fodor & Lepore, explorando-o e expandindo-o dentro de um panorama de diálogo entre os pressupostos assumidos por esses autores, e seus respectivos argumentos.

Mas, dentro de uma perspectiva tal como aquela da Teoria das Interfaces, esse panorama de diálogo não é uma interface tão amistosa quanto poderia parecer à primeira vista. De fato, tal como destacamos na seção 4.3, a Teoria do Léxico Gerativo e a Hipótese da Linguagem do Pensamento assumem pressupostos diferentes sobre os quais embasar o seu desenvolvimento – uma, a cognição, a outra, a linguagem enquanto sistema fechado em si mesmo.

Para a Teoria das Interfaces, é necessário que cada interface seja desenhada de maneira amigável, seja a interface inter- ou intra-disciplinar. Isso para *estudos* envolvendo mais de uma área. E não apenas para estudos, mas, também, para *debates* entre teorias tal como aquele proposto em nossa presente tese. Até aqui, desenhamos o debate entre Fodor & Lepore e James Pustejovsky de maneira tão amigável quanto possível, convocando, para tal empresa, argumentos que aproximem Fodor & Lepore de Pustejovsky.

Mas o debate, se analisado do ponto de vista da Teoria das Interfaces, também deve ser desenhado tendo em vista uma interface amigável entre as teo-

rias em jogo. Assim, embora tenhamos aproximado Fodor & Lepore de Pustejovsky através de níveis de análise relevantes para a área da Semântica Lexical, e avaliado as teorias aqui apresentadas quanto a esses mesmos níveis, o verdadeiro debate quanto ao nível das interfaces se dá em outra base. Ele se dá na base da proximidade – ou não – dos fundamentos, pressupostos e objetivos assumidos pelas teorias em questão e, não, na proximidade mais geral indicada pela área em que as teorias sob avaliação se inserem. Ou seja, embora duas teorias, A e B, se insiram em uma mesma área, digamos, X, e estejam compromissadas com questões relativas à X, os pressupostos de ambas, sendo de natureza diferente, é que tornam a avaliação de um debate entre ambas, e o próprio debate entre ambas, relevante ou não.

Nesses termos, faz-se necessário reavaliar os argumentos de Fodor, Lepore e Pustejovsky tendo em vista a sua relevância para um trabalho de interface. E, como apontamos, o debate entre Fodor & Lepore e James Pustejovsky nasce das críticas tecidas pela dupla de autores à Teoria do Léxico Gerativo. Mas em sua avaliação do projeto de Pustejovsky, Fodor & Lepore assumem pressupostos próprios a sua própria linha de trabalho e, não, àquela de Pustejovsky. Ou seja, quando Fodor & Lepore apontam que a Teoria do Léxico Gerativo tende ao holismo, uma vez que um falante qualquer precisa saber o que ‘redondo’ significa para definir o que ‘quadrado’ significa, e que esse mesmo falante precisa saber o que ‘triangular’ significa para definir ‘quadrado’ e, também, ‘redondo’, e assim por diante, Fodor & Lepore estão incorrendo no erro de não assumir os mesmos pressupostos que Pustejovsky. Se o holismo é ou não um problema enfrentado pela Teoria do Léxico Gerativo não é o ponto sob análise – o que está sob análise é a maneira como Fodor & Lepore criticam a Teoria do Léxico Gerativo usando a questão do holismo.

Enquanto para Fodor & Lepore a linguagem faz parte da capacidade cognitiva humana, e o conhecimento do significado das palavras de uma língua é a ligação inferencial entre uma palavra em um idioma qualquer e o seu conceito na linguagem do pensamento, para Pustejovsky, tal como o identificamos em nosso presente trabalho, a linguagem é uma experiência socialmente compartilhada, e o conhecimento do significado das palavras é a ligação entre um objeto

no mundo e a sua referência no sistema lingüístico, dada arbitrariamente. Ou seja, Fodor & Lepore assumem fundamentos diferentes daqueles de Pustejovsky, e, trabalhando em cima de fundamentos diferentes, ainda que na mesma área, acabam por atacar Pustejovsky e a Teoria do Léxico Gerativo em pontos que, embora sejam relevantes de seu ponto de vista, acabam sendo triviais e irrelevantes do ponto de vista do outro. O problema do holismo semântico, identificado por Fodor & Lepore e detalhado e exemplificado em várias seções de nosso trabalho, parece, assim, diminuído, assumindo-se os fundamentos de Pustejovsky, seus pressupostos, e o próprio objetivo mais geral da Teoria do Léxico Gerativo – a funcionalidade da teoria enquanto modelo computacional de análise e modelagem lingüística¹⁵.

O mesmo argumento vale para outras críticas de Fodor & Lepore, e, também, para apontamentos delineados por nós mesmos ao longo da presente tese. Assim, o debate entre a Hipótese da Linguagem do Pensamento e a Teoria do Léxico Gerativo se enfraquece mais e mais com o aprofundamento da análise do debate sob o ponto de vista da Teoria das Interfaces. Ao ancorar suas críticas em pressupostos próprios ao seu trabalho e não aos pressupostos do próprio Pustejovsky, as críticas de Fodor & Lepore no nível teórico aos poucos se tornam mais e mais vazias (embora críticas tais como a imprecisão da meta-linguagem e falta de profundidade ou descaso quanto aos exemplos e à meta-linguagem se mantenham¹⁶).

O debate, assim, fica enfraquecido, a tal ponto que se dilui, visto que as duas teorias, ancoradas em fundamentos, pressupostos e objetivos diferentes, acabam por se mostrar afastadas demais e, por vezes, irrelevantes demais para qualquer tipo de confronto. Assim, embora algumas das críticas de Fodor & Le-

¹⁵ Perceba-se que, embora pareça – e, talvez, realmente seja este o caso – que a mente/cérebro humanos seja incapaz de processar todas as inferências do tipo “X não é Y”/“X não é Z”, um computador, devidamente modelado, seria capaz de processar qualquer número de inferências desse mesmo tipo, e, em teoria, de maneira muito mais rápida e satisfatória que qualquer organismo humano.

¹⁶ Aqui, fica claro que as críticas são, então, de outro nível – por um lado, algumas das críticas de Fodor & Lepore se esvaem no que tange o nível teórico, por outro, as críticas meta-teóricas se mantêm, visto que todas as teorias precisam seguir certas regras gerais, como precisão de meta-linguagem, por exemplo.

pore, e, também, a contra-argumentação de Pustejovsky, se mostrem verdadeiras do ponto de vista desses teóricos, elas se tornam todas ao mesmo tempo verdadeiras e triviais quando confrontadas com os fundamentos, pressupostos e objetivos de cada teórico envolvido.

Assim, embora seja possível demonstrar a proximidade entre teorias situadas sob o escopo de uma mesma área-mãe, também é possível demonstrar como o debate entre essas mesmas teorias pode sequer existir quando as aproximamos usando um filtro mais claro e imparcial tal qual a Teoria das Interfaces.

CONCLUSÃO

O presente trabalho inseriu-se no âmbito da Lingüística, a Ciência da Linguagem. Mais especificamente, no âmbito da Semântica Lexical. A Semântica Lexical é a subdisciplina semântico-lingüística que investiga as propriedades do significado lexical. Através da história desta subdisciplina, como apresentamos na introdução e no primeiro capítulo de nossa tese, duas questões se tornaram centrais:

(A) Como as palavras referem?

e

(B) O quê as palavras referem?

Ao longo de nosso trabalho, e, principalmente em capítulos específicos, apresentamos um breve percurso histórico-teórico envolvendo essas duas questões. Além disso, confrontamos duas perspectivas concorrentes para o tratamento do léxico, buscando avaliar qual dessas duas teorias apresenta um tratamento mais apropriado do léxico e das questões lexicais – a saber, a Teoria do Léxico Gerativo, de James Pustejovsky, e a Hipótese da Linguagem do Pensamento, de Jerry Fodor, tendo em vista a defesa que este último faz da noção de que palavra é a unidade mínima para se alcançar o conceito, e a contraposição do primeiro a essa noção, argumentando a favor da existência de traços primitivos constitutivos dos

lexemas de uma língua.

O debate, tal como o desenhamos, se deu através da análise do tratamento dispensado por essas duas perspectivas para os verbos causativos, na base de questões recorrentes e fundamentacionais para o campo científico em que se inserem – a Semântica Lexical. Mas esse debate foi desenhado a partir das críticas de Jerry Fodor e Ernest Lepore ao projeto de James Pustejovsky. Dessa feita, o debate já nasceu contaminado pela perspectiva própria a essa dupla de autores. Fez-se necessário, assim, que o debate fosse redesenhado e reexaminado, dessa vez sob uma perspectiva imparcial. Entra em jogo a Teoria das Interfaces, de Jorge Campos da Costa.

Dentro dessa perspectiva, os compromissos metodológicos entre a Semântica Lexical, as Ciências Cognitivas e as Ciências Computacionais determinaram as nuances do debate e a viabilidade ou não tanto do decomposicionalismo quanto do atomismo. A nossa hipótese de trabalho, e a hipótese mais geral que guia o desenho e a avaliação do debate da maneira que propomos entre atomistas e decomposicionalistas, que é:

- (C) A resposta para (A) e (B) depende de compromissos meta-teóricos, assumidos como fundamentos, pressupostos e objetivos gerais e específicos.

E essa hipótese geral foi confirmada, tanto na apresentação das teorias em jogo, em seus capítulos próprios, quanto ao longo de nossa tese. Os compromissos de uma teoria com todo o conjunto de fundamentos e pressupostos assumidos tanto pela área em que a teoria se insere quanto pela própria teoria se mostrou de suma importância tanto para todo o desenvolvimento da teoria em si quanto para o desenvolvimento das questões mais fundamentais da área em que a teoria se insere. A Teoria do Léxico Gerativo, assim, não poderia escapar dos compromissos computacionais oriundos de seu objetivo de modelar as relações entre os significados das palavras para máquinas, nem deixar de se desenvolver dentro de

uma perspectiva convencionalista, onde a linguagem é fechada em si mesma e compartilhada por uma comunidade qualquer de falantes. Assim, os compromissos metodológicos e de interface, tal como era esperado, se mostraram fundamentais para o desenvolvimento da Teoria do Léxico Gerativo.

A nossa hipótese mais específica, (D):

(D) Confrontar duas teorias quaisquer, mesmo que pertencentes a mesma área-mãe, exige que todas as teorias em jogo compartilhem dos mesmos fundamentos, pressupostos e de pelo menos alguns dos mesmos objetivos.

por sua vez, também foi confirmada. Como demonstramos em nosso quarto capítulo, para estabelecer o diálogo, ou o debate, entre duas teorias quaisquer, ainda que pertencentes a mesma área-mãe, dentro da perspectiva da Teoria das Interfaces, faz-se necessário que todas as teorias em jogo compartilhem dos mesmos fundamentos, pressupostos e de pelo menos alguns dos mesmos objetivos.

Dessa forma, tendo em vista (D), o debate entre uma teoria de cunho convencionalista e outra cognitiva acabou por se diluir dadas as diferenças entre fundamentos, pressupostos e objetivos das duas teorias. Ainda que ambas as teorias tenham compromissos metodológicos com a mesma área – a Semântica Lexical –, esses compromissos não comprometem o desenvolvimento de cada teoria; na verdade, guiam o seu desenvolvimento dentro do campo do qual fazem parte.

Entretanto, os compromissos que ligam as duas teorias em jogo com a área em que se inserem, e que guiam o seu desenvolvimento dentro dessa área, são de natureza diferente daqueles que conduzem o seu desenvolvimento per se. Assim, embora uma teoria semântica lexical qualquer esteja voltada para o estudo semântico do léxico, e compromissada com questões tais como (A) e (B), essa mesma teoria também está compromissada com os pressupostos da *interface* assumida pela teoria. No caso da Hipótese da Linguagem do Pensamento, os

compromissos de interface são com as Ciências Cognitivas, enquanto que a Teoria do Léxico Gerativo tem compromissos de interface com as Ciências Computacionais e com as Ciências Sociais (uma vez que identificamos esta última com a corrente convencionalista tal como apontada por Sócrates).

Enfim, revisitando a questão dos fundamentos subjacentes às duas propostas à luz de uma teoria de interfaces, tal como delineada por Costa (2004; 2007) em sua Teoria das Interfaces, o debate entre atomistas e decomposicionalistas se dilui, dadas as diferenças não entre os compromissos metodológicos com a área em que se inserem, mas com os compromissos de interface entre as duas teorias.

6 – BIBLIOGRAFIA DA TESE

ACKERMAN, F. How Does Ontology Supervene on What There Is? In: E. SAVELLOS, E.; YALÇIN, Ü. (eds.), *Supervenience: New Essays*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

ALMEIDA, R. G. de. *The representation of lexical concepts: A psycholinguistic inquiry*. Tese de doutoramento não publicada, New Brunswick: Rutgers University, 1998.

BACK, S.; HECKLER, E. *Curso de lingüística 1*. São Leopoldo: UNISINOS, 1988.

BLOCK, N. Advertisement for a semantics for psychology. *Midwest Studies in Philosophy*, n. 10. p. 615-679, 1986.

CARNAP, R. "Meaning postulates". In: CARNAP, R. *Meaning and necessity*. Chicago: Chicago University Press, 1956c.

CARNAP, R. Empiricism, Semantics, and Ontology. *Revue Internationale de Philosophie*, n. 4, p. 20-40, 1950. Reimpresso em RORTY, R. (ed.). *The Linguistic Turn*. Chicago: University of Chicago Press.

CARNAP, R. *Logical Syntax of Language*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1937.

CARNAP, R. *Meaning and necessity*. Chicago: University of Chicago Press, 1956b.

CHISHMAN, R. L. de O. A teoria do léxico gerativo: uma abordagem crítica.

- IBAÑOS, A. M. T.; SILVEIRA, J. R. C. da. (orgs.). *Na interface semântica/pragmática*, p. 51-82, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- COSTA, Jorge Campos. A arbitrariedade do signo lingüístico. *Enfoque*, v. 02, 1973.
- CRUSE, D. A. *Lexical semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- FODOR, J. A. *A theory of content and other essays*. Cambridge: MIT Press, 1990
- FODOR, J. A. *Concepts: Where cognitive science went wrong*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- FODOR, J. D., FODOR, J. A., GARRETT, M. F. “The psychological unreality of semantic representations”. In: *Linguistic Inquiry*, n. 6, p. 515–531, 1975.
- FODOR, J. *Psychosemantics*. Cambridge: MIT Press, 1987.
- FODOR, J. *The language of thought*. New York: Crowell, 1975.
- FODOR, J.. (1968) *Psychological Explanation*, Random House, 1968.
- FODOR, J.. “Concepts; Where Cognitive Science Went Wrong”. In: *The 1996 John Locke Lectures*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- FODOR, J.. “The Elm and the Expert, Mentalese and Its Semantics”. In: *The 1993 Jean Nicod Lectures*. Massachusetts: MIT Press, 1994.
- FODOR, J.. *A Theory of Content and Other Essays*. Massachusetts: MIT Press, 1990.
- FODOR, J.. *In Critical Condition*. Massachusetts: MIT Press, 1998.
- FODOR, J.. *Psychosemantics; The Problem of Meaning in the Philosophy of Mind*. Massachusetts: MIT Press, 1987.
- FODOR, J.. *Representations; Essays on the Foundations of Cognitive Science*, Massachusetts: MIT Press, 1979.
- FODOR, J.. *The Language of Thought*. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

- FODOR, J.. *The Mind Doesn't Work That Way; the Scope and Limits of Computational Psychology*. Massachusetts: MIT Press, 2000.
- FODOR, J.. *The Modularity of Mind: An Essay On Faculty Psychology*. Massachusetts: MIT Press, 1983.
- FODOR, J.. *The Psychology of Language*, New York: McGraw Hill, 1974.
- FODOR, J.; KATZ, Jerrold. (eds.) *The Structure of Language*. London: Prentice Hall, 1964.
- FODOR, J.; LEPORE, E. "The emptiness of the lexicon: reflections on James Pustejovsky's the generative lexicon". In: *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 29, n. 2, p. 269-288, primavera de 1998.
- FODOR, J.; LEPORE, E.. (eds.). "Holism: A Consumer Update". In: *Grazer Philosophische Studien*, vol 46. Amsterdam: Rodopi, 1993.
- FODOR, J.; LEPORE, Ernest. *Holism: A Shopper's Guide*. Malden: Blackwell, 1992.
- FODOR, J.; PYLYSHYN, Z. "Connectionism and cognitive architecture: A critique". In: *Cognition*, n. 28, p. 3-71, 1988.
- FREGE, G. *Translations from the Philosophical writings of Gottlob Frege*.
- GEACH, P.; BLACK, M. (eds.). Oxford: Blackwell.
- HARNAD, S. Mind, machines and Searle. *Journal of theoretical and experimental artificial intelligence*, n. 1, p. 5-25, 1989.
- HAUGELAND, J. (ed.). *Mind Design*. Cambridge: MIT Press, 1981.
- JACKSON, F. Ontological Commitment and Paraphrase. *Philosophy*, n. 55, p. 303-315, 1980.
- JACKSON, F. *Perception: A Representative Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- KAHN, Charles. "Language and ontology in the Cratylus". In: LEE, Edward N.; MOURELATOS, Alexander; e RORTY, Richard. (eds.). *Exegesis and Argument: Studies in Greek philosophy presented to Gregory Vlastos*. Assen: Van Gorcum 1973.

- KATZ, J. J. Common sense in semantics. LEPORE, E.; LOEWER, B. (eds.). *New directions in semantics*, p. 55-81. Londres: Academic Press.
- KATZ, J. J. *Semantic theory*. New York: Harper and Row, 1972.
- KATZ, J. J.; FODOR, J. The structure of a semantic theory. *Language*, n. 39, p. 170-210, 1963.
- LEHMAN, F. (ed.). Semantic Networks. Edição especial de *Computers and mathematics with applications*, n. 23, p. 2-9, 1992.
- LEVIN, B. Unaccusativity : at the syntax-lexical semantics interface. Cambridge: MIT Press, 1995.
- MARCONI, D. *Lexical Competence*. Cambridge: The MIT Press, 1997.
- MCDERMOTT, D. "Artificial Intelligence Meets Natural Stupidity". In HAUGELAND, J. (ed.). *Mind Design*. Cambridge: MIT Press, 1981.
- MINSKY, M. A framework for representing knowledge. WINSTON, P. (ed.). *The psychology of computer vision*, p. 211-277. New York: McGraw Hill.
- MONTAGUE, R. English as a formal language. MONTAGUE, R. *Formal philosophy: selected papers of Richard Montague*. THOMASON, R. H. (ed.). News Haven: Yale University Press, 1974a.
- MONTAGUE, R. *Formal philosophy: selected papers of Richard Montague*. THOMASON, R. H. (ed.). News Haven: Yale University Press, 1974b.
- NORTON, B. *Linguistic Frameworks and Ontology*. The Hague: Mouton Publishers, 1977.
- PARTEE, B. Montague grammar, mental representations and reality. OEHMAN, S.; KANGER, S. (eds.). *philosophy and grammar*, p. 59-78. Dordrecht: Reidel.
- PLATÃO. (trad. Pe. Dias Palmeira) *Crátilo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1994.
- PUSTEJOVSKY, J. Generativity and explanation in semantics: a reply to Fodor and Lepore. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 29, n. 2, p. 289-311, primavera de 1998.
- PUSTEJOVSKY, J. *The generative lexicon*. Cambridge: The MIT Press, 1995.

- PUTNAM, H. Is semantics possible? *Philosophical Papers*, vol. 2, *Mind, language and reality*, 139-152. Cambridge University Press, 1975a.
- PUTNAM, H. Is semantics possible? *Philosophical Papers*, vol. 2, p. 215-271. *Mind, language and reality*, 215-271. Cambridge: Cambridge University Press, 1975b.
- PUTNAM, H. The Analytic and the synthetic. *Philosophical Papers*, vol. 2, *Mind, language and reality*, 33-69. Cambridge University Press, 1975a.
- PUTNAM, H. The meaning of 'meaning'. *Philosophical Papers*, vol. 2, *Mind, language and reality*, 199-217. Cambridge University Press, 1975c.
- QUILLIAN, M. R. Semantic memory. MINSKY, M. (ed.) *Semantic information processing*. Cambridge: MIT Press, 1968.
- QUINE, W. V. O. Notes on existence and necessity. LINSKY, L. *Semantics and the philosophy of language*. Urbana: University of Illinois Press, 1953.
- QUINE, W. V. O. On What There Is. *Review of Metaphysics*, n. 2, p. 21-38, 1948. Reimpresso em *From a Logical Point of View*. Cambridge: Harvard University Press, 1953.
- QUINE, W. V. O. Ontological Relativity. *Journal of Philosophy*, n. 65, p. 185-212, 1968. Reimpresso em *Ontological Relativity and Other Essays*. New York: Columbia University Press.
- ROSCH, E. Cognitive representation of semantic categories. *Journal of experimental Psychology: General*, n. 104, p. 192-233, 1975a.
- RUSSELL, B. "The Philosophy of Logical Atomism", *The Monist*, 1918. Reimpresso em, MARSH, R. B. (ed.). *Logic and Knowledge: Essays 1901-1950*. London: Unwin Hyman, 1956, p. 177-281. Reimpresso também em PEARS, D. *The Philosophy of Logical Atomism*. La Salle: Open Court, 1985, p. 35-155.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1997.
- SCHIFFER, S. *Remnants of Meaning*. Cambridge: MIT Press, 1987.
- SMITH, E. E. Concepts and categorization. In SMITH, E. E., OSHERSON, D.

N. (eds.). *An invitation to cognitive science: Thinking*. vol. 3, n. 2, p. 3–33, Cambridge: MIT Press, 1995.

TARSKI, A. The semantical concept of truth and the foundations of semantics. *Philosophy and Phenomenological Research*, n. 4, Berkeley: University of California Press, 1944.

TYE, M. *The Metaphysics of Mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-philosophicus*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1922.

Gustavo Brauner
Curriculum Vitae

Abril/2008

Gustavo Brauner

Curriculum Vitae

Dados Pessoais

Nome Gustavo Brauner
Filiação Ricardo Brauner e Sandra Guz Brauner
Nascimento 11/05/1979 - Porto Alegre/RS - Brasil
Carteira de Identidade 9071229893 II - RS - 09/03/1994
CPF 98954814034

Endereço residencial Rua Santo Antônio, 888 apto:36
Bom Fim - Porto Alegre
90220010, RS - Brasil
Telefone: 51 3311-0156

Endereço eletrônico

e-mail para contato : gustavo_brauner@yahoo.com
e-mail alternativo : gustavo.brauner@gmail.com

Formação Acadêmica/Titulação

- 2004 - 2007** Doutorado em Lingüística e Letras.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC/RS, Porto Alegre, Brasil
Título: Causativos: (De)composicionalidade & Holismo, Ano de obtenção: 2008
Orientador: Jorge Campos da Costa
Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- 2002 - 2003** Mestrado em Lingüística e Letras.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC/RS, Porto Alegre, Brasil
Título: SOBRE A TEORIA SEMÂNTICA LEXICAL: FODOR & LEPORE versus PUSTEJOVSKY, Ano de obtenção: 2004
Orientador: Jorge Campos da Costa
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- 1998 - 2001** Graduação em Letras.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC/RS, Porto Alegre, Brasil
Título: RPG seen as an example of semantic relations
Orientador: Ana Maria Tramunt Ibaños
Bolsista do(a): Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Atuação profissional

1. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS

Vínculo institucional

1999 - 2005 Vínculo: Outro , Enquadramento funcional: bolsista de iniciação científica ,
Carga horária: 20, Regime: Parcial

Atividades

04/1999 - 12/2000 Projetos de pesquisa, Faculdade de Letras, Departamento de Letras

Estrangeiras

Participação em projetos:

Projeto Organização e Catalogação da Classe História Editorial do Acervo Literário de Erico Verissimo

03/2001 - 10/2001 Projetos de pesquisa, Faculdade de Letras, Departamento de Estudos Literários

Participação em projetos:

Projeto Nexus:Registro de base de dados

08/2001 - 12/2001 Estágio, Faculdade de Letras, Departamento de Letras Estrangeiras

Estágio:

Colégio Marista Champagnat

08/2003 - 12/2003 Projetos de pesquisa, Faculdade de Letras, Departamento de Pós-Graduação em Letras

Participação em projetos:

Projeto Inferências Convencionais e Conversacionais Generalizadas na Interface Semântica/Pragmática

Projetos

2003 - 2003 Projeto Inferências Convencionais e Conversacionais Generalizadas na Interface Semântica/Pragmática

Descrição: Pesquisa bibliográfica sobre o tópico de Inferências Convencionais e Conversacionais Generalizadas na Interface Semântica/Pragmática.

Situação: Concluído Natureza: Pesquisa

Alunos envolvidos: Graduação (0); Especialização (0); Mestrado acadêmico (1); Mestrado profissionalizante (0); Doutorado (0);

Integrantes: Gustavo Brauner (Responsável);

Financiador(es):

2001 - 2001 Projeto Nexus:Registro de base de dados

Descrição: Levantamento e catalogação de bibliografias relevantes aos cursos de Graduação e Pós-graduação na área de Letras.

Situação: Concluído Natureza: Desenvolvimento

Alunos envolvidos: Graduação (1); Especialização (0); Mestrado acadêmico (0); Mestrado profissionalizante (0); Doutorado (0);

Integrantes: Gustavo Brauner (Responsável);

Financiador(es): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul-FAPERGS

1999 - 2000 Projeto Organização e Catalogação da Classe História Editorial do Acervo Literário de Erico Verissimo

Descrição: Organização e catalogação da Classe História Editorial do Acervo Erico Verissimo

Situação: Concluído Natureza: Pesquisa

Alunos envolvidos: Graduação (1); Especialização (0); Mestrado acadêmico (0); Mestrado profissionalizante (0); Doutorado (0);

Integrantes: Gustavo Brauner (Responsável);

Financiador(es): Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUC/RS

Revisor de periódico

1. DragonSlayer -

Vínculo

2007 - Atual Regime: Parcial

Membro de corpo editorial**1. DragonSlayer -**

Vínculo

2007 - Atual Regime: Parcial

2. ReVEL - Revista Virtual de Estudos da Linguagem -

Vínculo

2003 - Atual Regime: Parcial

Áreas de atuação

1. Semântica
2. Pragmática
3. Línguas Estrangeiras
4. Lingüística
5. Filosofia da Linguagem
6. Sintaxe

Idiomas

Inglês Compreende Bem , Fala Bem, Escreve Bem, Lê Bem

Espanhol Compreende Bem , Fala Bem, Escreve Razoavelmente, Lê Bem

Francês Compreende Razoavelmente , Fala Razoavelmente, Escreve Razoavelmente, Lê Razoavelmente

Português Compreende Bem , Fala Bem, Escreve Bem, Lê Bem

Produção em C, T & A

Produção bibliográfica**Artigos completos publicados em periódicos**

1. BRAUNER, Gustavo, OTHERO, G.
Revisitando Crátilo. Caderno Seminal Digital (Rio de Janeiro). , v.6, p.127 - 136, 2007.

Artigos aceitos para publicação

1. BRAUNER, Gustavo

A Gramática Funcional de Talmy Givón Sob a Perspectiva das Interfaces: Reflexões Críticas. Revista Virtual de Estudos da Linguagem. , 2007.

Capítulos de livros publicados

1. BRAUNER, Gustavo, OTHERO, G.

Pesquisa em Letras In: Pesquisa em Letras.1 ed.Porto Alegre : EDIPUCRS, 2007, v.1, p. 92-105.

Comunicações e Resumos Publicados em Anais de Congressos ou Periódicos (completo)

1. BRAUNER, Gustavo

Sobre a Semântica Lexical: James Pustejovsky versus Jerry Fodor & Ernest Lepore In: V Semana de Letras, 2005, Porto Alegre.

Anais da V Semana de Letras. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

Comunicações e Resumos Publicados em Anais de Congressos ou Periódicos (resumo)

1. BRAUNER, Gustavo

Causativos: (De)Composicionalidade e Holismo In: I Colóquio de Lingüística PUCRS, 2006, Porto Alegre, RS.

I Colóquio de Lingüística PUCRS. , 2006.

Artigos em revistas (Magazine)

1. BRAUNER, Gustavo

Complete Scoundrel.. DragonSlayer. , p.10 - 10, 2007.

2. BRAUNER, Gustavo

Green Ronin Agora no Brasil.. DragonSlayer. , p.10 - 10, 2007.

3. BRAUNER, Gustavo

Ptolus - O Maior Pode Também Ser o Melhor?. DragonSlayer. São Paulo, SP, p.10 - 10, 2007.

Demais produções bibliográficas

1. CASSARO, M., SALADINO, R., BRAUNER, Gustavo

Academy Arcane. Porto Alegre:Jambô Editora, 2006. (Livro, Tradução)

2. MARTIN, J., BRAUNER, Gustavo

Guia de Personagens dos Reinos de Ferro (Revisão; 400 páginas; ISBN: 8589134180). Revisão. Porto Alegre:Jambô Editora, 2006. (Outra produção bibliográfica)

3. BRAUNER, Gustavo, LEONEL, C.

O Inimigo do Mundo (Revisão; 360 páginas, ISBN: 8589134172). Revisão do manuscrito. Porto Alegre:Jambô, 2006. (Outra produção bibliográfica)

4. CASSARO, M., SALADINO, R., TREVISAN, J. M., BRAUNER, Gustavo

Tormenta D20: Guia do Mestre v. 3.5 (Revisão; 144 páginas; ISBN:858913413X). Revisão. Porto Alegre:Jambô Editora, 2005. (Outra produção bibliográfica)

Produção Técnica Trabalhos Técnicos

1. PRAMAS, C., BRAUNER, Gustavo
Loucura em Porto Livre, 2007

2. BRAUNER, Gustavo, MARTIN, J.
Monstronomicon, 2007

3. CALDELA, L., BRAUNER, Gustavo
O Crânio e o Corvo, 2007

4. BRAUNER, Gustavo, CALDELA, L., CASSARO, M., TREVISAN, J. M., SALADINO, R.
Piratas & Pistoleiros, 2007

5. PRAMAS, C., BRAUNER, Gustavo
Terror em Porto Livre, 2007

6. MARTIN, J., BRAUNER, Gustavo
Guia de Personagens dos Reinos de Ferro, 2006

7. PRAMAS, C., BRAUNER, Gustavo
Morte em Porto Livre, 2006

8. CASSARO, M., SALADINO, R., TREVISAN, J. M., BRAUNER, Gustavo
Tormenta D20: Guia do Mestre v. 3.5, 2005

9. CALDELA, L., BRAUNER, Gustavo
O Inimigo do Mundo, 2004

Demais produções técnicas

1. CASSARO, M., SALADINO, R., BRAUNER, Gustavo
Academy Arcane (versão do texto original em português intitulado Academia Arcana - 32 páginas, ISBN: 8589134148). Porto Alegre: Jambô, 2006. (Outra produção técnica)

2. MACHADO, D., BRAUNER, Gustavo
ALDYM - Acervo Literário de Dyonelio Machado - Conservação da biblioteca de Dyonelio Machado (i.e., obras que pertenciam a esse autor - total de itens: 02), 2006. (Conservação, Manutenção de obra artística)

3. MACHADO, D., BRAUNER, Gustavo
ALDYM - Acervo Literário de Dyonelio Machado - Conservação da história editorial de Dyonelio Machado (total de itens: 06), 2006. (Conservação, Manutenção de obra artística)

4. MACHADO, D., BRAUNER, Gustavo
ALDYM - Acervo Literário de Dyonelio Machado - Conservação de comprovantes de adaptação da

obra de Dyonelio Machado (total de itens: 06), 2006. (Conservação, Manutenção de obra artística)

5. MACHADO, D., BRAUNER, Gustavo

ALDYM - Acervo Literário de Dyonelio Machado - Conservação de comprovantes de edição da obra de Dyonelio Machado (total de itens: 29), 2006. (Conservação, Manutenção de obra artística)

6. MACHADO, D., BRAUNER, Gustavo

ALDYM - Acervo Literário de Dyonelio Machado - Conservação de esboços e notas de Dyonelio Machado (total de itens: 60), 2006. (Conservação, Manutenção de obra artística)

7. MACHADO, D., BRAUNER, Gustavo

ALDYM - Acervo Literário de Dyonelio Machado - Conservação de objetos de arte de propriedade de Dyonelio Machado (total de itens: 03), 2006. (Conservação, Manutenção de obra artística)

8. MACHADO, D., BRAUNER, Gustavo

ALDYM - Acervo Literário de Dyonelio Machado - Conservação de publicações na imprensa de autoria de Dyonelio Machado (total de itens: 89), 2006. (Conservação, Manutenção de obra artística)

9. BRAUNER, Gustavo

ALDYM - Acervo Literário de Dyonelio Machado - Conservação da correspondência trocada por terceiros sobre Dyonelio Machado (total de itens: 02), 2005. (Conservação, Manutenção de obra artística)

10. MACHADO, D., BRAUNER, Gustavo

ALDYM - Acervo Literário de Dyonelio Machado - Conservação da memorabilia referente a Dyonelio Machado (total de itens: 57), 2005. (Conservação, Manutenção de obra artística)

11. MACHADO, D., BRAUNER, Gustavo

ALDYM - Acervo Literário de Dyonelio Machado - Conservação de documentos referentes à vida de Dyonelio Machado (total de itens: 06), 2005. (Conservação, Manutenção de obra artística)

12. MACHADO, D., BRAUNER, Gustavo

ALDYM - Acervo Literário de Dyonelio Machado - Conservação de ilustrações de autoria de Dyonelio Machado (total de itens: 7), 2005. (Conservação, Manutenção de obra artística)

13. MACHADO, D., BRAUNER, Gustavo

ALDYM - Acervo Literário de Dyonelio Machado - Conservação de publicações na imprensa sobre Dyonelio Machado (total de itens: 1700), 2005. (Conservação, Manutenção de obra artística)

14. MACHADO, D., BRAUNER, Gustavo

ALDYM - Acervo Literário de Dyonelio Machado - Conservação da correspondência recebida por Dyonelio Machado (total de itens: 500), 2004. (Conservação, Manutenção de obra artística)

15. MACHADO, D., BRAUNER, Gustavo

ALDYM - Acervo Literário de Dyonelio Machado - Conservação de documentos audiovisuais de Dyonelio Machado (total de itens: 1081), 2004. (Conservação, Manutenção de obra artística)

16. MACHADO, D., BRAUNER, Gustavo

ALDYM - Acervo Literário de Dyonelio Machado - Conservação de ilustrações de Dyonelio Machado (total de itens: 09), 2004. (Conservação, Manutenção de obra artística)

17. MACHADO, D., BRAUNER, Gustavo

ALDYM - Acervo Literário de Dyonelio Machado. Conservação de correspondência enviada por Dyonelio Machado (total de itens: 80), 2004. (Conservação, Manutenção de obra artística)

18. MACHADO, D., BRAUNER, Gustavo

ALDYM - Acervo Literário de Dyonelio Machado: Conservação dos originais de Dyonelio Machado (total de itens: 159), 2004. (Conservação, Manutenção de obra artística)

19. MACHADO, D., BRAUNER, Gustavo

ALDYM - Acervo Literário de Dyonelio Machado - Conservação de comprovantes de crítica da obra de Dyonelio Machado (total de itens: 48), 2000. (Conservação, Manutenção de obra artística)

Produção artística/cultural

1. SENGIK, L. S., BRAUNER, Gustavo
P35 III, 2005.
2. SHAKESPEARE, W., BRAUNER, Gustavo
Cenas de Othello, de Shakespeare, 2004.
3. BRAUNER, Gustavo
Assembléia de Mulheres, 2000.
4. BRAUNER, Gustavo
Lisístrata, 1999.

Demais Trabalhos

1. BRAUNER, Gustavo, LEONEL, C.
O Inimigo do Mundo. (Revisão; 360 páginas; ISBN: 8589134172). Porto Alegre: Jambô, 2006.
2. BRAUNER, Gustavo, TREVISAN, J. M., CASSARO, M., SALADINO, R., LEONEL, C.
O Panteão. (Revisão; 160 páginas; ISBN: 8589134164) Porto Alegre: Jambô., 2006.

Eventos

Participação em eventos

1. Apresentação Oral no(a) **VII CELSUL**, 2006. (Congresso)
ATOMISTAS VERSUS DECOMPOSICIONALISTAS: UM DEBATE ENTRE JAMES PUSTEJOVSKY E JERRY FODOR.
2. Apresentação Oral no(a) **I Colóquio de Lingüística PUCRS**, 2006. (Encontro)
Causativos: (De)Composicionalidade e Holismo.
3. **O Código Secreto do Santo Graal**, 2006. (Encontro)
.
4. **Como são criadas as regras de GURPS?**, 2006. (Encontro)
.
5. **I Colóquio de Lingüística PUCRS**, 2006. (Encontro)
.
6. **VII CELSUL**, 2006. (Congresso)
.
7. **Illuminati**, 2006. (Oficina)
.
8. **XIV Encontro Internacional de RPG**, 2006. (Encontro)
.
9. **Aquisição da Linguagem de Sinais**, 2005. (Outra)
Aquisição da Linguagem de Sinais.

10. **Gêneros em Discurso da Mídia Impressa**, 2005. (Oficina)
Gêneros em Discurso da Mídia Impressa.
11. **I Jornada de Estudos Lingüísticos: Letras e Comunicação - Um Diálogo de Linguagens**, 2005. (Outra)
I Jornada de Estudos Lingüísticos: Letras e Comunicação – Um Diálogo de Linguagens.
12. Apresentação Oral no(a) **Atomistas X Decomposicionalistas – Jerry Fodor vs. James Pustejovsky**, 2005. (Encontro)
IV Semana de Letras: Ler, Dizer e Fazer Acontecer.
13. **IV SENALE - Seminário Nacional sobre Linguagem e Ensino**, 2005. (Congresso)
IV SENALE – Seminário Nacional sobre Linguagem e Ensino.
14. **Travessias/Encontro de Escritores Atlânticos/Açores/Brasil**, 2005. (Encontro)
Travessias ∩ Encontro de Escritores Atlânticos ∩ Açores/Brasil.
15. **V Semana de Letras**, 2005. (Encontro)
V Semana de Letras.
16. **XIII Encontro Internacional de RPG**, 2005. (Encontro)
.
17. **As Senhoras dos Anéis**, 2005. (Encontro)
.
18. **RPG e outras Atividades Lúdicas na Educação**, 2005. (Encontro)
.
19. **Tolkien e a Lingüística**, 2005. (Encontro)
.
20. Apresentação Oral no(a) **Cenas de Othello, de Shakespeare**, 2004. (Seminário)
Cenas de Othello, de Shakespeare.
21. **Anime Friends 2004**, 2004. (Encontro)
.
22. **VI Encontro Nacional de Acervos Literários Brasileiros**, 2003. (Encontro)
VI Encontro Nacional de Acervos Literários Brasileiros.
23. **Dragão Fest**, 2003. (Encontro)
.
24. **Curso Representação de Traços na Fonologia Baseada em Restrições**, 2002. (Outra)
Curso Representação de Traços na Fonologia Baseada em Restrições.
25. **Curso Teoria da Otimidade e Línguas Românicas**, 2002. (Seminário)
Curso Teoria da Otimidade e Línguas Românicas.
26. **Curso Tópicos de Análise do Discurso**, 2002. (Congresso)
Curso Tópicos de Análise do Discurso.
27. **II Seminário Internacional de Fonologia**, 2002. (Seminário)
II Seminário Internacional de Fonologia.
28. **III Semana de Letras Estrangeiras**, 2001. (Encontro)
III Semana de Letras Estrangeiras.
29. Apresentação de Poster / Painel no(a) **Projeto Organização e Catalogação da Classe História**

Editorial do Acervo Literário de Erico Verissimo, 2000. (Encontro)
I Salão de Iniciação Científica.

30. Curso de Extensão Criação Literária: O Conto, 1999. (Seminário)
Curso de Extensão Criação Literária: O Conto.

31. Encontro Regional do Projeto VARSUL, 1999. (Encontro)
Encontro Regional do Projeto VARSUL.

32. Encuentro Creativo de América del Sur, 1999. (Encontro)
Encuentro Creativo de Docentes de América del Sur.

33. II Semana de Letras Estrangeiras, 1999. (Encontro)
II Semana de Letras Estrangeiras.

34. III Círculo de Estudos Linguísticos do Sul do Brasil - CELSUL, 1999. (Oficina)
III Círculo de Estudos Linguísticos.

35. IV Encontro Nacional de Acervos Literários Brasileiros, 1999. (Encontro)
IV Encontro Nacional de Acervos Literários Brasileiros.

36. IV Seminário Internacional de Lingüística, 1999. (Seminário)
IV Seminário Internacional de Lingüística.

37. I Semana de Letras Estrangeiras, 1998. (Encontro)
I Semana de Letras Estrangeiras.

Organização de evento

1. BRAUNER, Gustavo, OTHERO, G.
I Colóquio de Lingüística, 2006. (Outro, Organização de evento)

Totais de produção

Produção bibliográfica

Artigos completos publicado em periódico.....	1
Artigos aceitos para publicação.....	1
Capítulos de livros publicados.....	1
Revistas (Magazines).....	3
Comunicações em anais de congressos e periódicos (proceedings e suplementos).....	2
Traduções (Livro).....	1
Demais produções bibliográficas.....	3

Produção técnica

Trabalhos técnicos (outra).....	9
Manutenção de obra artística (conservação).....	18
Outra produção técnica.....	1

Eventos

Participações em eventos (congresso).....	4
Participações em eventos (seminário).....	5
Participações em eventos (oficina).....	3
Participações em eventos (encontro).....	22
Participações em eventos (outra).....	3
Organização de evento (outra).....	1

Produção cultural

Apresentação de obra artística (teatral).....	3
Composição musical (canto).....	1
Demais trabalhos relevantes	
Demais trabalhos relevantes.....	2